



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GUSTAVO MORAES ARANTES SEGATTO

***A miséria, a religião e a moral: a recepção crítica de Os Miseráveis, de Victor Hugo, nos periódicos brasileiros (1862-1863)***

**Goiânia – GO**

**2025**



**UFG**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE HISTÓRIA

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

**Exemplos:** Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

#### 2. Nome completo do autor

Gustavo Moraes Arantes Segatto

#### 3. Título do trabalho

*A miséria, a religião e a moral:* a recepção crítica de *Os Miseráveis*, de Victor Hugo, nos periódicos brasileiros (1862-1863)

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

**a)** consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

**b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**

05/12/25, 18:27

SEI/UFG - 5774383 - Termo de Ciência e de Autorização (TECA)



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Machado Gonçalves Campos Salomon, Professora do Magistério Superior**, em 10/11/2025, às 07:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Moraes Arantes Segatto, Discente**, em 24/11/2025, às 22:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5774383** e o código CRC **89849FA3**.

---

Referência: Processo nº 23070.053900/2025-98

SEI nº 5774383

GUSTAVO MORAES ARANTES SEGATTO

***A miséria, a religião e a moral: a recepção crítica de Os Miseráveis, de Victor Hugo, nos periódicos brasileiros (1862-1863)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração em Culturas, Fronteiras e Identidades.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raquel Machado Gonçalves Campos Salomon.

**Goiânia – GO**

**2025**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Segatto, Gustavo Moraes Arantes

A miséria, a religião e a moral [manuscrito] : a recepção crítica de Os Miseráveis, de Victor Hugo, nos periódicos brasileiros (1862-1863) / Gustavo Moraes Arantes Segatto. - 2025.  
CXXXIX, 139 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Raquel Machado Gonçalves Campos Salomon.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2025.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras.

1. Victor Hugo. 2. Os Miseráveis. 3. A Cruz (RJ). 4. Diário de Pernambuco (PE). 5. Correio Mercantil (RJ). I. Salomon, Raquel Machado Gonçalves Campos, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

Ata nº **062/2025** da sessão de Defesa da **Dissertação** de **GUSTAVO MORAES ARANTES SEGATTO**, que confere o título de **MESTRE em História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco**, a partir da(s) **14h15min**, em **formato híbrido (Sala de Defesas do PPGH/Vídeoconferência)**, realizou-se a sessão pública de **Defesa de Dissertação** intitulada **“A miséria, a religião e os jornais: a recepção de Os Miseráveis nos periódicos brasileiros (1862-1863)”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Raquel Machado Gonçalves Campos Salomon (PPGH-UFG)**, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Ana Lorym Soares (UFG)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Valéria Cristina Bezerra (FL-UFG)**, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta, a fim de concluir o Julgamento da **Dissertação**, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Raquel Machado Gonçalves Campos Salomon**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

*A miséria, a religião e a moral: a recepção crítica de Os Miseráveis, de Victor Hugo, nos periódicos brasileiros (1862-1863)*



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Pereira Alencar Arrais, Coordenador de Pós-Graduação**, em 07/11/2025, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Machado Gonçalves Campos Salomon, Professora do Magistério Superior**, em 10/11/2025, às 07:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Valeria Cristina Bezerra, Professor do Magistério Superior**, em 12/11/2025, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

05/12/25, 18:39

SEI/UFG - 5716284 - Ata de Defesa de Dissertação



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5716284** e o código CRC **F584E09B**.

---

**Referência:** Processo nº 23070.053900/2025-98

SEI nº 5716284

## RESUMO

Esta dissertação investiga a recepção crítica do romance *Os Miseráveis*, de Victor Hugo, nos periódicos brasileiros no momento imediato de sua publicação, entre os anos de 1862 e 1863. O objetivo central deste trabalho é analisar como diferentes jornais interpretaram o romance, transformando-o em um campo de batalha ideológico que retratava as tensões sociais, políticas e religiosas do Brasil Imperial. A pesquisa tem como referencial teórico a Estética da Recepção e se debruça sobre as críticas publicadas nos jornais *A Cruz: Jornal Religioso, Litterário, Histórico e Filosófico* (RJ), *Diário de Pernambuco* (PE) e *Correio Mercantil e Instructivo Político Universal* (RJ). Os resultados revelam leituras distintas: o periódico católico e conservador *A Cruz* (RJ) buscou demonstrar os perigos morais da obra, denunciando principalmente o fatalismo social e a miséria, enquanto os jornais liberais *Diário de Pernambuco* (PE) e *Correio Mercantil* (RJ) apresentaram elogios à genialidade poética e aos ideais revolucionários do autor, embora o último tenha escrito um ponto negativo sobre o final “pouco cristão” do romance. Foi concluído que a crítica do período buscou realizar um trabalho de mediadora cultural que filtrou, traduziu e moldou o horizonte de expectativa de seus leitores, em um claro embate entre o conservadorismo e o liberalismo.

Palavras-chave: Victor Hugo; *Os Miseráveis*; *A Cruz* (RJ); *Diário de Pernambuco* (PE); *Correio Mercantil* (RJ).

## ABSTRACT

This dissertation investigates the critical reception of Victor Hugo's novel *Les Misérables* in Brazilian periodicals at the immediate moment of its publication, between the years 1862 and 1863. The central objective of this work is to analyze how different newspapers interpreted the novel, transforming it into an ideological battlefield that portrayed the social, political, and religious tensions of Imperial Brazil. The research is theoretically grounded in Aesthetic of Reception and focuses on the critiques published in the newspapers *A Cruz: Jornal Religioso, Litterário, Histórico e Filosófico* (RJ), *Diário de Pernambuco* (PE), and *Correio Mercantil e Instructivo Político Universal* (RJ). The results reveal distinct readings: the Catholic and conservative periodical *A Cruz* (RJ) sought to demonstrate the moral dangers of *Les Misérables*, mainly denouncing social fatalism and misery, while the liberal newspapers *Diário de Pernambuco* (PE) and *Correio Mercantil* (RJ) offered praise for the author's poetic genius and revolutionary ideals, although the latter wrote a negative point about the novel's "un-Christian" ending. It was concluded that the criticism of the period sought to perform the work of a cultural mediator that filtered, translated, and shaped the horizon of expectations of its readers, in a clear clash between conservatism and liberalism.

Keywords: Victor Hugo; *Les Misérables*; *A Cruz* (RJ); *Diário de Pernambuco* (PE); *Correio Mercantil* (RJ).

## Lista de Figuras

Figura 1 - Primeira publicação de Os Miseráveis no Brasil .....	23
Figura 2 - Primeira crítica sobre Os Miseráveis em A Cruz (RJ).....	40
Figura 3 - Edição 4 de maio de 1862 do Jornal do Comércio (RJ) .....	42
Figura 4 - Segunda página com a crítica sobre Os Miseráveis.....	44
Figura 5 - Folhetim de 26 de julho de 1862 .....	54
Figura 6 - Padre-mestre Gustavo professor no colégio Pedro II .....	82
Figura 7 - Padre-mestre Gustavo e literatura nacional .....	83
Figura 8 - Padre-Mestre Gustavo no Apóstolo (RJ).....	84
Figura 9 - Primeira publicação de A Cruz.....	87
Figura 10 - O que é a revolução?.....	91
Figura 11 - O perigo do romance.....	95
Figura 12 - Crítica no Diário de Pernambuco (PE) .....	101
Figura 13 - Página com a publicação do texto “O final dos Miseráveis” .....	119
Figura 14 - Folhetim com "O final dos Miseráveis" .....	119

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
<b>Victor Hugo e a Imprensa: Um Encontro entre a Arte e a Política no Brasil do Século XIX.....</b>	<b>14</b>
<b>A Crítica e a Imprensa: Mediação Cultural e a Formação do Horizonte de Expectativas do Leitor.....</b>	<b>25</b>
<b>O Panorama Historiográfico da Recepção de Victor Hugo no Brasil e a Proposta Desta Pesquisa.....</b>	<b>27</b>
<b>Capítulo 1. O Jornal <i>A Cruz</i> (RJ): A Crítica Doutrinária Contra O “Veneno” De <i>Os Miseráveis</i>.....</b>	<b>38</b>
<b>1.1 A Releitura Moral do Romance: A Inversão de Personagens e Temas de <i>Os Miseráveis</i> para Fins Doutrinários.....</b>	<b>38</b>
O Bispo Myriel.....	43
Fantine.....	48
Cosette e Os Monastérios.....	53
Marius e a Sociedade do ABC.....	63
Conclusão moral para <i>A Cruz</i> (RJ).....	76
<b>1.2 A Formação e a Missão Doutrinária do Padre-Mestre Gustavo Gomes dos Santos.....</b>	<b>80</b>
<b>1.3 <i>A Cruz</i> (RJ) e a Defesa da Moral Católica contra as Doutrinas Modernas.....</b>	<b>86</b>
<b>1.4 A Revolução como “Rebelião Contra Deus”: A Visão Contrarrevolucionária de <i>A Cruz</i> (RJ).....</b>	<b>89</b>
<b>1.5 O Romance como Ameaça à Moralidade: <i>A Cruz</i> (RJ) e a Luta contra o “Veneno” da Ficção.....</b>	<b>93</b>
<b>1.6 A Pobreza como Virtude: <i>A Cruz</i> (RJ) e a Contestação da “Fatalidade Social” de Victor Hugo.....</b>	<b>97</b>
<b>Capítulo 2 - O <i>Diário De Pernambuco</i> (PE) e a Crítica Liberal: O Romance Como Luta Entre A Lei Humana E A Divina.....</b>	<b>100</b>

<b>2.1 O Elogio à Arte e ao Gênio: A Leitura de <i>Os Miseráveis</i> sob a Ótica Liberal do Diário de Pernambuco (PE)</b> .....	100
<b>2.2 Clément Caraguel: O Crítico Irônico e a Defesa do Gênio de Victor Hugo</b> .....	109
<b>2.3 O <i>Diário de Pernambuco</i> (PE): Do Pioneirismo à Consolidação de uma Força Intelectual no Norte do País</b> .....	111
<b>2.4 Victor Hugo como Referência Liberal e Republicana: A Presença Política do Autor nas Páginas do <i>Diário de Pernambuco</i> (PE)</b> .....	114
<b>Capítulo 3 - A Crítica Liberal do <i>Correio Mercantil</i> (RJ): Entre o Elogio aos Revolucionários e a Crítica ao Final Religioso</b> .....	118
<b>3.1 A Análise do Romance no <i>Correio Mercantil</i> (RJ): Entre o Elogio da Arte e a Crítica ao Desfecho “Pouco Cristão”</b> .....	118
<b>3.2 Um Periódico Liberal na Corte Imperial e seu Diálogo com o Público e a Crítica Social</b> .....	127
<b>3.3 A Voz Política de Victor Hugo no <i>Correio Mercantil</i> (RJ): A Circulação de Ideias Liberais e Abolicionistas em um País Escravagista</b> .....	129
<b>CONCLUSÃO</b> .....	132
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	134

## INTRODUÇÃO

Victor Hugo tornou-se um escritor mundialmente reconhecido, especialmente por seus romances e suas poesias. Em 1831, ele publicou o romance *Notre-Dame de Paris* (no Brasil, conhecido como *O Corcunda de Notre-Dame* ou *Nossa Senhora de Paris*), que se tornou um clássico do gênero romântico. Mais tarde, em 1862 e 1866, respectivamente, publicou outros dois grandes romances: *Os Miseráveis* e *Les Travailleurs de la Mer*. Essas obras formam a trilogia do autor sobre o mundo, na qual ele representou "o obstáculo na forma de superstição, na forma de preconceito e na forma de elemento. Uma tripla anaque pesa sobre nós, a anaque dos dogmas, a anaque das leis, a anaque das coisas" (Campbell, 1866, apud Hugo, 2022, p. 25).<sup>1</sup>

A ideia e escrita de *Os Miseráveis*, assim como sua publicação, surgiram durante o período de exílio de Victor Hugo, entre 1850 e 1862.<sup>2</sup> Os motivos eram os desentendimentos com o chefe de Estado francês, Napoleão III. No entanto, suas críticas não se limitavam apenas ao governo: *O Corcunda de Notre-Dame* foi um dos exemplos mais claros dessa postura, pois o romancista criticou diretamente o clero, marcando o início de seus desentendimentos com a Igreja. Dessa forma, Victor Hugo encontrou em sua arte um espaço para expressar suas críticas à sociedade, abordando a miséria, a pena de morte, a escravidão, o governo de Napoleão III e outros inúmeros assuntos relevantes para o século XIX.

No Brasil, a referência a Victor Hugo por grandes personalidades da época é notável. Um dos casos mais expressivos é o de Machado de Assis, cuja aparição na crônica machadiana é documentada por Daniela Mantarro Callipo (2010). Além disso, a presença do autor em território nacional não se limita a Machado de Assis: o livro *Victor Hugo no Brasil* (1960), de Carneiro Leão, mas também demonstra como o romancista francês estava imerso na cultura nacional, seja por meio de citações, seja por referências em poesias, seja por inúmeras outras formas.

Com base nesse contexto, as perguntas que orientam esta pesquisa são: Como Victor Hugo (1802-1885), uma grande personalidade do século XIX, foi recebido em território

---

<sup>1</sup>Fragmento retirado do prefácio do livro *Os Trabalhadores do Mar* da editora UNESP. A citação é referida a Sir G. Campbell, porém, no livro utilizado para a citação, não é definido o nome do autor que a realiza.

<sup>2</sup> Grande parte dos dados sobre a vida pessoal de Victor Hugo foram retirados da biografia escrita por Graham Robb (1998).

brasileiro por meio de seu romance *Os Miseráveis*? Qual é a relevância do seu pensamento no Brasil neste momento, considerando sua atuação na política, na esfera social e na arte?

Esta análise se baseia também na relevância que o romancista demonstrou, lançando *Os Miseráveis* (1862), no Brasil, em folhetim, com um mês de antecedência para o resto do mundo (Bergman, 2009).

Embora o estudo sobre a recepção de Victor Hugo no Brasil não seja inédito, esta pesquisa buscou encontrar novas informações que demonstrem a recepção do romancista. A possibilidade de uma análise minuciosa surgiu graças à Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional, que permite uma busca por palavras específicas nos jornais, disponibilizando dados de difícil acesso.

### **Victor Hugo e a Imprensa: Um Encontro entre a Arte e a Política no Brasil do Século XIX**

Para entender Victor Hugo é crucial compreender seus posicionamentos políticos e ideais, já que ele os apresentava em seus romances – mais especificamente para esta pesquisa, representados em *Os Miseráveis* (1862). Para isso, foi necessário: realizar uma pesquisa sobre a presença do romancista nos periódicos da época; conhecer as opiniões que ele expressava e traduzia para os jornais brasileiros. Essas opiniões incluem tanto aspectos ligados diretamente a *Os Miseráveis* (1862), quanto a outros mais gerais que destacam a visão pessoal de Victor Hugo.

A partir deste ponto, a Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional permitiu encontrar diversas ocorrências nos discursos de Victor Hugo, pois era comum a transcrição de suas falas nos periódicos. Um dos exemplos é "*O Brasil: Vestra res agitur* (RJ) que, em 15 de abril de 1848, na seção de notícias diversas, anunciou a nomeação de Victor Hugo como *maire* (representante político) do 9º distrito de Paris. Isso demonstra que ele também participava ativamente das decisões do Estado francês.

No mesmo periódico, *O Brasil* (RJ), foram transcritas algumas opiniões políticas, expondo o ponto de vista de Victor Hugo quanto às decisões tomadas pelo governo francês. Na edição de 8 de janeiro de 1849, ele foi citado novamente, com a transcrição de uma breve passagem sobre a república:

–*O Diário* traz alguns artiguinhos de pouco interesse; entre eles se distinguem as cartas em que Victor Hugo, Montalambert e Proudhon explicam o seu voto contra a constituição da república. – V. Hugo tudo teme de uma câmara única, – Montalambert, além desse motivo,

reprova o modo de eleição por departamentos que falseia o sufrágio universal, – Proudhon repele toda a constituição para atacar a soberania do povo. (*O Brasil*, 8/jan./1848, p. 3)

Essa passagem demonstra a preocupação de Victor Hugo com a constituição de uma república com câmara única. O problema, para ele, não é a república em si, mas a possibilidade de um poder centralizado, que ele teme por remeter a tirania do passado.

Outro texto importante para analisar a ideologia de Victor Hugo, conforme apresentada nos periódicos brasileiros, foi publicado no *Correio Mercantil, e Instrutivo, Político, Universal* (RJ). O discurso foi traduzido do *Journal des Débats* (FR). Nele, Victor Hugo fala sobre a necessidade de previdência pública para evitar a miséria, que viria a ser o ponto principal abordado em *Os Miseráveis* (1862). O romancista diz que:

É preciso saber aproveitar o silêncio imposto às paixões anárquicas para tratar das questões de negócios, para criar em grande escala a previdência social, para substituir as esmolas, que degradam, o adjutório, que fortifica [...], para fundar estabelecimentos de todas as formas, que garantam os desgraçados, e animem os trabalhadores. [...]

É preciso aproveitar a desapareição do espírito de revolução, e a volta da tranquilidade, para assegurar, não a paz das ruas, mas a verdadeira paz, a paz geral; é preciso enfim que a derrota da demagogia seja a vitória do povo. [...]

Colocai esta comissão em uma eminência, reuni as luzes espalhadas, as experiências disseminadas, todas as boas vontades, para chegar-se a um centro comum, para fazer-se o grande código cristão do adjutório e previdência pública, para sufocar enfim as quimeras que iludem sob a realidade dos fatos. [...]

Eu não sou daqueles que julgam que o sofrimento seja eterno, sou dos que pensam que se pode destruir a miséria, essa enfermidade do corpo social: sim, é possível destruir a miséria. [...]

Sabeis até que ponto chega a miséria, já não falo da Irlanda, porém mesmo junto de vós, mesmo em Paris? Os fatos são bem tristes. Quisera que os trabalhos desta assembleia lançassem alguma luz sobre o estado dessa miséria, [...]; o que julgo sumamente necessário. Porque como é possível curar-se o mal, se se não conhece a chaga?

Nos bairros, em que as comoções tão frequentemente recrutam seus soldados, há famílias inteiras em que homens, mulheres e meninos vivem todos em montão, não tendo por cama, cobertura, e mesmo por vestimenta mais do que os molambos que apanham nos mosteiros [...]. Um desgraçado homem de letras morreu de fome; não exagero, senhores: tem-se provado depois da sua morte que não tinha nada comido havia seis dias. [...]

– O Sr. Victor Hugo: Nada tendes feito enquanto o povo sofrer [...]; nada tendes feito enquanto aqueles que estão no vigor da idade não acharem em que trabalhar; não tendes nada feito enquanto os que são velhos e a quem faltam forças, não tiverem pão para comer, enquanto o sofrimento for geral, enquanto se fizerem vãos esforços nos campos, e se morrer de fome nas cidades [...].

Nada tendes feito enquanto não ajudardes os bons obreiros, a esta corajosa gente que tem mais do que nunca precisão de apoio das pessoas corajosas. Nada, em uma palavra, tendes feito enquanto subsistir a hedionda e ameaçadora miséria! Lembrai-vos de que os malvados têm por colaboradores os desgraçados! [...].

Ora bem, Srs., repito-vos, que não é à vossa generosidade, nem à vossa compaixão somente que me dirijo; é também a vossa sabedoria! Tendes feito leis contra a anarquia, fazei-as agora contra a miséria. (*Correio Mercantil* (RJ), 19/set./1849, p. 2-3)

Victor Hugo proferiu um discurso forte contra a miséria, e o *Correio Mercantil* (RJ) o transcreveu para seu público. Nesse texto, o romancista demonstra que a miséria é um dos

grandes problemas sociais da França. A proposta de previdência pública tem o objetivo de diminuir o sofrimento da população cidadina, já que o Estado deveria assegurar condições de vida apropriadas para a parcela da população sem condições de trabalho. Victor Hugo deixa claro que é preciso agir, e, além de falar sobre o problema, ele também o expõe em seus romances.

A citação do *Correio Mercantil* (RJ) demonstra que Victor Hugo não era lido apenas por suas poesias e romances. Seus discursos em assembleias legislativas francesas, assim como suas cartas, eram traduzidos e publicados em jornais brasileiros, mostrando outro ambiente que seu pensamento atuava.

No *Correio Mercantil* (RJ), há outro exemplo de um discurso traduzido de Victor Hugo na assembleia parisiense. O trecho, retirado do *Journal du Havre* (FR), relata uma sessão de 22 de agosto de 1849, em que Victor Hugo pede o voto universal, a igualdade entre os países, a paz e a harmonia na civilização.

Dia virá em que que vós, França, Rússia, Itália, Inglaterra, Alemanha, vós, nações todas do continente, sem perderdes vossas qualidades distintivas e vossa gloriosa individualidade, vos haveis de fundir em uma estreita unidade superior, e haveis de constituir a fraternidade europeia absolutamente, como a Normandia, a Bretanha, a Borgonha, Lorraine e Alsace, e todas as mais provinciais nossas se fundiram na França.

Dia virá em que as balas e bombas serão substituídas pelos votos, pelo sufrágio universal dos povos, pelas veneráveis deliberações de um grande senado venerável, que será na Europa o que o parlamento é na Inglaterra, o que a dieta é na Alemanha, o que a assembleia legislativa é na França! (*Aplausos.*)

Dia virá em que se há de mostrar uma peça nos museus como hoje se mostra um instrumento de tortura, admirando-se os vindouros de que tenha podido existir uma semelhante coisa. (*Risadas e bravos.*)

Nem se julgue que estamos quatrocentos anos distante desse dia, porque vivemos em um tempo rápido, vivemos em uma torrente de acontecimentos e de ideias as mais impetuosas que tenham jamais impelido a humanidade, e na época em que nos achamos um ano faz às vezes a obra de um século. (*Muito bem!*) (*Correio Mercantil*, 24/out./1849, p. 1).

As falas de Victor Hugo representavam a ideologia republicana e liberal que ele tanto defendia. Essa citação é um grande exemplo, ela versa sobre a harmonia entre os países europeus e o sufrágio universal, além de incluir uma observação sobre a aceleração do tempo advinda das diversas revoluções do período, em que “um ano faz às vezes a obra de um século”.

Continuando com a busca nos jornais, nota-se a existência de outro texto traduzido e publicado no Brasil, o qual traz uma opinião importante para a análise das obras de Victor Hugo, uma discussão referente ao papa e à revolução. Essa passagem foi retirada de *O*

*Publicador Maranhense* (MA), tendo sido publicada originalmente no jornal *O Nacional* (PT). Ela é exposta no jornal como:

Discurso de Victor Hugo, proferido na câmara dos Pares da França, na sessão de 13 de janeiro.

A discussão versava sobre a emenda de um artigo da resposta ao discurso do trono, emenda que acabava por estas palavras: “Uma nova era de civilização e de liberdade desponta sobre os estados italianos. Nós votamos todas as nossas simpatias e esperanças ao pontífice magnânimo, que a inaugura com tanta sabedoria como coragem, e aos soberanos que seguem com ele, a vereda das reformas pacíficas, pela qual caminham unidos os governos e os povos”. (*Publicador Maranhense*, 18/abr./1848, p. 1)

Victor Hugo segue por dizer então:

A hora em que estou falando, está sentado na cadeira de S. Pedro um homem, um Papa, que subitamente aboliu todos os ódios, todas as desconfianças, direi mais, todas as heresias, e todos os cismas; um homem que se tem feito admirar – eu adoto plenamente sobre este ponto, as palavras do nosso nobre e eloquente colega, o Sr. Conde de Montalembert, – que se tem feito admirar, não só dos povos que vivem no grêmio da igreja romana, mas ainda da Inglaterra não católica, da Turquia não cristã; homem finalmente, que deu impulso avantajado à civilização humana; e isto de que maneira? Da maneira mais suave, mais simples, mais grandiosa; comunicando publicamente, ele Papa, com as ideias dos povos, com as ideias de emancipação, e de fraternidade; comércio augusto, aliança útil e admirável, da autoridade e da liberdade; da autoridade, sem a qual não há sociedade; de liberdade, sem a qual não há nação. [...]

Estes princípios eternos, que nada é capaz de manchar, nem destruir, que fomentaram a nossa revolução, e lhe sobreviveram, estes princípios de direito, de igualdade, de dever recíproco, que há cinquenta anos apareceram momentaneamente no mundo, majestosos, é verdade, mas ferozes, formidáveis e terríveis, debaixo da influência do *bonnetrouge*; estes princípios, Pio IX os transfigura, e os apresenta ao mundo, ... resplandecentes pela sua mansidão, suaves e venerandos, à sombra de sua tiara. Está é que é a sua coroa de glória (*muito bem! muito bem!*) Pio IX ensina o caminho seguro e bom a reis e a povos, a homens de estado, a filósofos, a todos. Parabéns, lhe sejam dados. Ele se constituiu a auxiliar evangélico, o auxiliar supremo e soberano daquelas sublimes verdades sociais, que o mundo, com muita honra nossa, chama ideias francesas. Ele veio como revolucionário firme que é, mostrar às nações fascinadas e desgarradas pelos acontecimentos trágicos, pelas conquistas, pelos prodígios militares e guerras de gigantes que sucederam no fim do século passado, e no princípio do corrente; veio, digo eu, mostrar às nações, que para tornar fecundo o campo onde germina o futuro dos povos livres, não é mister derramar sangue, basta derramar ideias; que o Evangelho contém todas as cartas; que a liberdade de todos os povos, e bem assim a alforria de todos os escravos estava no coração de Cristo, e deve estar no coração de todos os bispos; que um homem de paz, em o querendo ser, é um conquistador mais poderoso ainda, que o homem de guerra; que aquele que tem na sua alma a caridade divina, a verdadeira fraternidade humana, tem ao mesmo tempo na inteligência o verdadeiro gênio político, e finalmente, que para quem governa os homens, ser santo e ser grande é uma mesma coisa. (*Apoiados!*)

Senhores! Eu não falo do papado antigo senão com veneração e respeito; mas também digo que a aparição de um Papa como o atual é um acontecimento grandioso. (*Pausa.*)

Sim, torno a dizê-lo, um Papa que adota a revolução francesa, (*murmúrio*) que a converte em revolução cristã e que a santifica com a benção que ele se deita de cima da varanda do Quirinal, sobre Roma, e sobre o Universo, *urbi et orbi*, um Papa que faz estas coisas extraordinárias e majestosas, não é um homem ordinário; é um acontecimento grandioso.

Acontecimento social, e acontecimento político, social, porque daí sairá uma nova fase da civilização moderna; político porque daí sairá uma nova Itália.

Ou melhor direi, com o coração cheio de reconhecimento e de alegria, sairá daí a velha Itália. (*Sinais de admiração.*)

Este é outro aspecto deste grande acontecimento.

Senhores! Eu sou daqueles que sinto palpitar-me o coração quando me lembra que Roma, essa antiga e fecunda Roma, essa metrópole da unidade, depois de ter produzido uma unidade da fé, a unidade do dogma, a unidade cristã, se prepara ainda para produzir, com aplauso de todo Universo, a unidade da Itália. [...]

Ajudemos com todas as nossas forças a chegar a este resultado. (*Murmúrio*) E, pois, que um pensamento patriótico é sempre louvável, recordemo-nos que nós os mutilados de 1815 nada temos que perder nestes movimentos providenciais da Europa, que tendem a restituir às nações a sua forma natural e necessária! [...]

Senhores Pares! Nós em outro tempo ajudamos a Grécia; ajudemos hoje a Itália.

Não nos esqueçamos, e não nos esqueçamos nunca, que a civilização tem uma avó, que se chama Grécia; uma mãe, que se chama Itália; uma filha primogênita, que se chama França. E sirva-nos isto de governo, para julgarmos, nós as câmaras francesas, qual é o nosso direito, que vem quase a dizer qual é o nosso dever. (*Agitação.*)

Senhores Pares! À vista dos majestosos acontecimentos que sucedem na Itália. Pela influência soberana de Pio IX, e que são favoráveis a todas as nações, e a todos os homens, o silêncio fora impossível; e o meu fim era só dizer claramente qual o motivo por que subscrevo a emenda proposta (*Publicador Maranhense*, 18/abr./1848, p. 1-2).

O discurso de Victor Hugo deixa claro seu posicionamento e sua visão a respeito do papa Pio IX, da Questão Italiana e do caráter liberal das revoluções de 1848. Na mesma época, em 15 de dezembro de 1849, aparece outro texto no *Jornal do Comércio* (RJ). O artigo, traduzido do *Manchester Guardian* (ING), transcreve uma das falas de Victor Hugo na Assembleia Legislativa francesa, datada de 19 de outubro de 1849, discorrendo sobre a revolução na Itália.

O Sr. Victor Hugo, que lhe sucedeu na tribuna, falou com grande calor em defesa do partido revolucionário de toda a Europa. O *motu-próprio* [anúncio papal] do Papa não era aceitável, e o orador empenhou-se com a assembleia para que insistisse em uma anistia sem condições, e para que abandonasse Roma o mais breve possível, antes que se tornasse uma nova Argélia para devorar o seu sangue e os seus tesouros. Porém, se se descuidassem de exigir garantias para a liberdade do povo romano, deixariam atrás de si o germe de novas revoluções; o seu exército teria ido a Roma para não fazer nada: enganava-se, teria ido para se cobrir de vergonha. (*Jornal do Comércio*, 15/dez./1849, p. 1)

Essas duas citações se complementam, pois trazem um momento específico de revoltas na Itália, em que a França atua para tentar conter o avanço da crise popular. No entanto, Victor Hugo discursa sobre o problema de a França atuar em território italiano. Inicialmente, o romancista já se coloca a favor de todos os partidos revolucionários da Europa. Em seguida, ele fala sobre o problema do retorno do poder ao Papa em Roma, argumentando que resolver essa questão dessa forma seria inútil, pois "deixariam atrás de si o germe de novas revoluções".

Com essas citações fica evidente o posicionamento político e religioso de Victor Hugo; sua presença nos jornais trazia uma perspectiva liberal ao leitor que já o conhecia por meio de outras publicações nacionais. Por esses trechos, fica perceptível seu ponto de vista combativo e a grande repercussão de suas ideias.

Devido à sua participação política e à grande exposição de suas ideias em romances, jornais, revistas e poesias, no momento da conclusão e publicação de *Os Miseráveis* (1862), Victor Hugo morava em Guernsey, uma pequena ilha pertencente à coroa Britânica, localizada entre a Inglaterra e a França. Ele se exilara da França para a Bélgica devido aos seus conflitos políticos com Napoleão III, “Le Petit”<sup>3</sup>, e, posteriormente, havia se mudado da Bélgica, devido aos desentendimentos com o rei belga, passando por um período em Jersey; posteriormente se mudou, finalmente, para a ilha de Guernsey.

Durante o período de 1847 a 1861, Victor Hugo escreveu *Os Miseráveis*, publicando em 1862, cujo enredo se inicia por volta de 1815. Nesse período de turbulências na sociedade francesa, Jean Valjean, o personagem principal, é preso por furtar um pão para alimentar sua família. Após passar anos nas galés, Valjean consegue sua liberdade. No entanto, os fantasmas do passado o atormentam: ele é obrigado a usar um passaporte amarelo. Esse passaporte expunha seu passado a quem ele o mostrasse, fazendo com que todos em sua volta soubessem que ele era um ex-condenado. A condição de ex-forçado fez Valjean permanecer na miséria, pois ninguém confiaria em alguém que havia cometido um erro.

Victor Hugo desenvolve o personagem principal entrelaçando sua história aos encontros com outros personagens: Javert, o Bispo Myriel, Fantine, Thénardier, Cosette e Marius. Javert, o inspetor que seguia uma lógica legalista ao extremo, respeitando as leis à risca e não permitindo que o protagonista se esqueça de seu passado. O Bispo Myriel é responsável pela salvação da alma de Jean Valjean por meio da fé. Fantine representa a mulher oprimida pela pobreza, aquela que se afunda em miséria devido à perda de seu emprego após descobrirem a existência de sua filha. Os Thénardiens são uma família de marginais que, no início, cuidam de Cosette e extorquem sua mãe, Fantine. Cosette demonstra a pureza na obra: uma criança que perde a mãe e fica aos cuidados do protagonista. Por último, Marius permite o descanso de Jean Valjean ao se casar com Cosette, garantindo a segurança da jovem.

---

<sup>3</sup>Em uma publicação no jornal *O Correio da Tarde* (RJ) se encontra uma das críticas que Victor Hugo realizava diretamente na câmara ao próprio Luiz Napoleão. “O Sr. Victor Hugo queixou-se de que não havia liberdade de tribuna, visto não lhe ser lícito dizer o que lhe parecia. (Assentimento na esquerda). Sustentou depois que, sendo impossível a monarquia dos legitimistas e a dos orleanistas, restava outra, que era a monarquia da glória. Desejava lhe dissessem onde é que havia a menor glória no atual governo. (*Risadas na esquerda*). O honrado membro proferiu então uma violenta diatribe contra o governo de Luiz Napoleão, acrescentando que assim como tinha havido um Napoleão-o-Grande, havia também um Napoleão-o-Pequeno. (*Applausos na esquerda*)”. (*Correio da Tarde*, 1851, p. 2).

O romance se desenvolve, narrando a história desses personagens, até cerca de 1840, abordando os revolucionários que lutavam pelos direitos da população após o fracasso da Revolução Francesa. Afinal, a derrota de Napoleão, seguida pela volta da monarquia, havia gerado um sentimento de retorno ao passado para o povo francês.

Victor Hugo descreve Paris e seus esgotos, expõe a miséria francesa, narra passagens históricas, como a Batalha de Waterloo e as barricadas da década de 1830 – demonstrando o ideal revolucionário dos jovens franceses por meio da sociedade do ABC – e finaliza o romance com o “descanso” de Jean Valjean ao completar seu objetivo de cuidar de Cosette. É relevante salientar que, por mais que Victor Hugo tenha escrito *Os Miseráveis* entre 1847 e 1862, a trama se passa entre os anos de 1815 e 1840.

Em abril de 1862, Victor Hugo publica *Os Miseráveis*, com os editores Lacroix e Verboeckhoven, em Bruxelas, sendo imediatamente aclamado pela crítica mundial. Em seus primeiros meses, o romance alcançou 81.000 exemplares vendidos na Europa e na América (*Diário do Rio de Janeiro*, 22/set./1862).

A primeira versão disponível de *Os Miseráveis* foi publicada em folhetim no *Jornal do Comércio* (RJ) em 10 de março de 1862. Cerca de um ano mais tarde, em 23 de setembro de 1863, o *Diário de Pernambuco* (PE) anunciava uma edição traduzida para o português (sem o nome do tradutor) em 10 volumes.

Registre-se também que o romance circulou por meio da venda de volumes avulsos em francês, como anunciado no *Jornal do Comércio* (RJ), em 7 de junho de 1862. Além disso, o *Publicador Maranhense* (MA) apresentou outros dois dados importantes sobre a circulação de *Os Miseráveis* no Brasil: primeiramente, um anúncio de 20 de maio de 1862 sobre a tradução de Camillo Castello-Branco, que seria lançada e distribuída no Brasil; e, depois, um anúncio de 14 de junho de 1862 sobre o romance vendido pela “tipografia do Frias”, em folhetos de 160 páginas, ao preço de mil réis cada.

Contudo, essas informações não abrangem todos os dados da circulação de *Os Miseráveis* no Brasil, já que não dão conta da existência de traduções não autorizadas e piratas. Uma nota publicada em 21 de maio de 1862, no jornal *O Moderado* (RJ), com um pedido para que se interrompesse o lançamento da obra em outros periódicos, sugere que o romance circulava mais amplamente do que o que foi possível averiguar nos jornais pesquisados.

Com essas diversas formas de circulação em solo nacional, nos jornais brasileiros, e com os anúncios da obra e publicações em folhetins, os números de vendas foram divulgados, demonstrando o sucesso de Victor Hugo com a publicação desse romance. Esses números aparecem em jornais como *A Situação: Jornal Político e de Variedades* (RJ), que afirma: “*Os Miseráveis* de Victor Hugo é um brilhante florão da coroa literária da França. Em três meses, uma edição original de 35.000 exemplares foi esgotada; e 27.000 exemplares, em nove idiomas, correram e correm de mão em mão” (*A Situação*, 27/ago./1862, p. 4). Do mesmo modo, no jornal *Diário do Rio de Janeiro* (RJ), também apareceram cifras:

Até fins de Março deste ano, venderam-se na Europa 67,000 exemplares dos *Miseráveis* de Victor Hugo. As edições belga e francesa extraíram 30 mil exemplares, que foram vendidos em 12 dias; a edição inglesa, 10 mil exemplares; a alemã 7 mil; a italiana 6 mil; e as espanholas, contando-se em seu número as que foram vendidas na América, extraíram 14 mil exemplares.

Nenhuma obra obteve jamais êxito igual. (*Diário do Rio de Janeiro*, 22/set./1862, p. 1)

Além das cifras que expressam o sucesso de Victor Hugo, nos jornais brasileiros — que são o foco deste trabalho — há diversas referências ao autor e ao romance, destacando o pensamento de Victor Hugo como grandioso e *Os Miseráveis* como uma das maiores obras do século.

Devido ao sucesso já anunciado, ao saber da publicação de *Os Miseráveis*, os jornais brasileiros logo se apressaram a divulgá-lo ao público. No Brasil, a primeira propaganda do novo romance que Victor Hugo estava produzindo, foi encontrada em 1856, seis anos antes da publicação em folhetim. O anúncio era breve e dizia: “Anunciou-se para o fim de novembro corrente, ou princípios de dezembro, um romance filosófico de Victor Hugo, em três volumes, intitulado – *Les Misérables*” (*Diário do Rio de Janeiro*, 11/nov./1856, p. 2).

O *Correio Mercantil* (RJ), que, na edição de 23 de fevereiro de 1861, já afirmava, em sua primeira página, que Victor Hugo havia terminado o seu “tão falado romance”, também constava os valores que ele estava pedindo e as ofertas para o direito de publicação em livro e folhetim.

- Dizem os jornais franceses que o célebre Victor Hugo já concluiu o seu tão falado romance *Os Miseráveis*, o qual constará de seis volumes. Victor Hugo pede pela propriedade do seu romance 300,000 francos (54:000\$).

Os editores estão tentados com a obra, mas acham duro o preço.

Já lhe ofereceram 150,000 francos: Mr. Solar 75,000 para publicar a obra em folhetim, e um editor outros 75,000 francos pela propriedade.

Parece, contudo, que há quem dê os 300,000 francos, mas em parcelas, conforme forem saindo os volumes.

O romance dos *Miseráveis* tiraria da miséria um miserável (*Correio Mercantil*, 1861, p. 1).

Posteriormente, o mesmo jornal, em 9 de julho de 1862, anunciava o sucesso do romancista com o lançamento de *Os Miseráveis*, destacando-o como um “célebre romance”.

O sucesso garantido de *Os Miseráveis* facilitou sua aceitação na imprensa brasileira. A relevância do autor no país se principia pelo fato de que a publicação em folhetim no *Jornal do Comércio* (RJ) começou em 10 de março de 1862, um mês antes do lançamento mundial da obra, em abril.

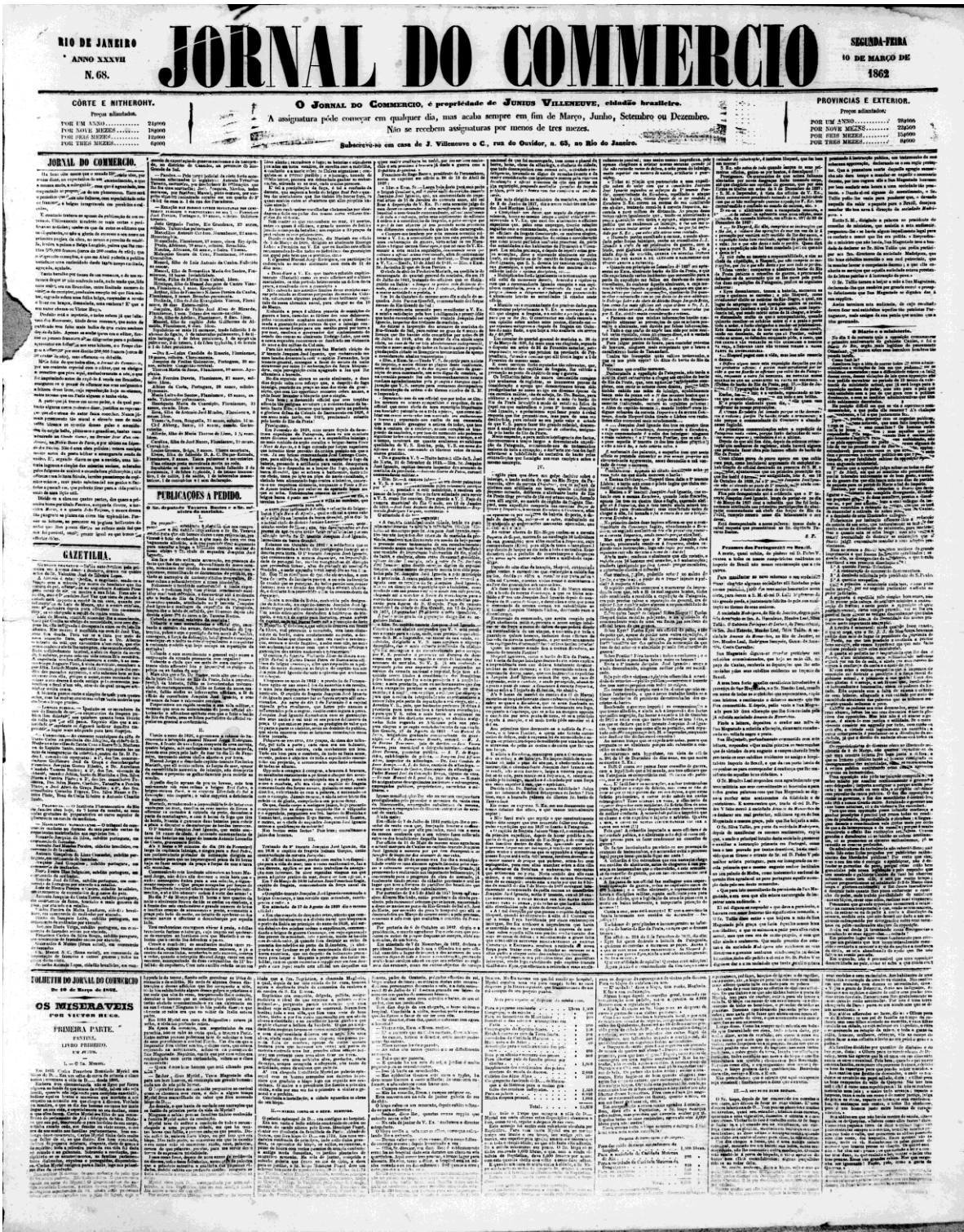


Figura 1 - Primeira publicação de Os Miseráveis no Brasil

Essa primeira publicação em folhetim foi antecedida por uma apresentação, na qual o editor faz uma propaganda a favor de *Os Miseráveis* para despertar o interesse do leitor. Esse artigo traz pontos importantes sobre a visão da mídia em relação a Victor Hugo, como demonstrado na seguinte citação:

A parte que já temos em nosso poder, e da qual portanto alguma coisa podemos dizer, justifica as esperanças que só o nome do autor fazia conceber. Nunca jamais pensamento tão moral e elevado nem de mais vasto alcance se revestiu dessas galas e amenidades do estilo belo, pitoresco e grandioso, tantas vezes admirado na *Claude Gueux*, no *Dernier Jour d'un condamné*, na *Notre-Dame de Paris*, e por último na *Légende des Siècles*. Não é uma obra política; estava escrita antes do poeta trilhar a amargurada senda do exílio. É, segundo dizem os que a ouviram, uma história ingênua e simples das misérias sociais, aclaradas pelos fulgores da [ilegível] e consoladora filosofia; não oferece uma leitura frívola, insulso passatempo de espírito ociosos, mas pasto substancial aos gênios refletidos e pensadores, que poderão tirar para a vida prática mais de uma lição útil. (*Jornal do Comércio*, 1862, p. 1)

O romance foi apresentado aos leitores como uma obra de grandiosidade moral e estilo elevado, correspondendo à esperança que “só o nome do autor fazia conceber”: Victor Hugo. O redator ainda teve o cuidado de afirmar que *Os Miseráveis* não era uma obra política, mas sim uma abordagem ingênua da miséria. Em outras palavras, era um trabalho focado em assuntos que Victor Hugo explorou durante toda a sua vida: a crítica social.

O mais importante é ressaltar que o romance em questão foi tratado como uma crítica que visava alcançar os “gênios” e “pensadores”, que poderiam tirar uma “lição útil” de *Os Miseráveis*.

Com isso, a propaganda realizada pelo periódico traz duas visões sobre Victor Hugo. A primeira, sobre a grandiosidade do autor na época, demonstra a esperança dos leitores e destaca que o assunto de *Os Miseráveis* teria uma abordagem moral e bela nunca antes alcançada. A segunda, sobre a forma como a obra deveria ser lida e o público-alvo a que se destinava, mostra que, por se tratar de um texto denso com uma lição valiosa, uma atenção maior na leitura seria necessária.

A partir desse momento de publicação, graças ao grande sucesso de *Os Miseráveis*, Victor Hugo voltou a ser mencionado com frequência nas páginas dos jornais, que noticiaram desde um banquete oferecido a ele por seus editores Lacroix e Verboeckhoven, em Bruxelas, no dia 16 de setembro de 1862 (que contou com um longo discurso sobre a miséria da sociedade) até suas críticas à pena de morte, com cartas enviadas para tentar salvar prisioneiros dessa condenação. Além disso, as publicações faziam referências à grande qualidade da obra do escritor e à consideração de sua opinião sobre diferentes temas.

A maior publicidade em periódicos, com referências diretas ou indiretas a Victor Hugo, é o que traz o autor para o debate. Primeiro, a partir da publicação de *Os Miseráveis*; segundo, a partir de sua aparição recorrente nos periódicos, com seus discursos, poemas, etc.

É a partir desse momento que se torna possível compreender como Victor Hugo desenvolveu seu romance e como os periódicos brasileiros, por meio das críticas, dialogaram com ele.

### **A Crítica e a Imprensa: Mediação Cultural e a Formação do Horizonte de Expectativas do Leitor**

*Os Miseráveis* foi um dos maiores romances de Victor Hugo. No Brasil, a obra foi inicialmente publicada em folhetim. Isso tornou as ideias do romancista mais acessíveis, já que o custo do jornal era mais baixo que o do livro. Assim, essas ideias chegariam a um número maior de pessoas em território nacional.

Com isso, a análise da recepção parte de um problema da leitura do romance, pois a apreensão do texto literário aumenta quando o acesso se torna facilitado. O romance desenvolve o pensamento crítico; e o acesso facilitado, por sua vez, intensifica o debate. Surge, então, a questão dos efeitos da leitura do romance nas pessoas. Sobre isso, Márcia Abreu afirma que:

Do ponto de vista da moral, os detratores do romance localizavam vários problemas. As narrativas ensinavam a fazer coisas reprováveis: favoreciam o contato com cenas de adultério, incesto, sedução, crimes, fazendo com que o leitor aprendesse como levar a cabo situações semelhantes, como evitar riscos, como burlar as leis. Mesmo que não se pusessem em prática os atos condenáveis representados nos romances, sua leitura provocaria sensações físicas pouco recomendáveis no leitor, inflamando desejos, despertando a volúpia, excitando, enfim, os sentidos. Como se não bastasse, eles enfraqueceriam os valores morais ao conferir novo sentido a atos reprováveis: nos textos, o crime poderia ser apresentado como uma fraqueza, a castidade poderia ser vista como um cuidado desnecessário, a sedução poderia ser tida como ato de amor. Os detratores do romance imaginavam que o contato com essas situações pecaminosas e com essas interpretações peculiares alteraria a percepção do mundo e o conjunto de valores pelos quais as pessoas deveriam se pautar a fim de pôr freio a seus piores impulsos. (Abreu, 2012, p. 278)

O problema da acessibilidade é com o leitor caracterizado como "pouco qualificado". Fica evidente que, para redatores de jornais como *A Cruz* (RJ), que representavam o conservadorismo católico, essa espécie de leitor tornava necessária a intervenção de pessoas com a devida qualificação para lhes explicar o texto e, assim, garantir a sua "correta" interpretação.

Dessa forma, os ambientes de controle social e midiático buscavam, por meio das críticas literárias, orientar a compreensão do livro. Essas críticas, publicadas em jornais, serviam para alcançar os leitores e cumprir esse objetivo, uma vez que o controle por

proibição se tornava cada vez menos eficaz. Afinal, por meio dos romances, os leitores acabavam experimentando sentimentos inéditos.

Para compreender o leitor que expõe a crítica, e o idealizado por ela, este trabalho analisará a forma argumentativa utilizada em críticas a *Os Miseráveis* publicadas em diferentes jornais. Enquanto um periódico como *A Cruz* (RJ) abordava a visão hugoana de forma negativa, outras traduções, como as publicadas no *Diário de Pernambuco* (PE) e no *Correio Mercantil e Instructivo Político Universal* (RJ), buscavam uma abordagem menos religiosa e com pontos de vista divergentes sobre política e sociedade. Essa análise, focada em textos específicos do romance, possibilita, segundo a estética da recepção de autores como Iser (1996) e Jauss (1990), situar a literatura historicamente.

A princípio, a análise de Jauss (1990) propõe a compreensão da história da literatura ao colocar a recepção da obra como o fator principal da análise historiográfica. Essa abordagem visa minimizar o anacronismo e completar o sentido do objeto estudado. Jauss justifica que a interpretação seja feita a partir da leitura dos receptores que, possuidores de bagagem e responsáveis por dar sentido ao texto, nos permitem analisá-lo com uma visão que transita entre a recepção original e o presente em que o texto é lido. No caso desta pesquisa, a análise se concentra nas críticas e suas relações com o contexto em que foram publicadas, bem como na interação entre elas e o livro.

Iser (1996) complementa a estética da recepção, aprofundando essa visão no contexto da crítica literária. Ele aponta que, no século XIX, elas ocupavam as páginas dos jornais com o objetivo de divulgar as obras e educar o público com uma visão "correta" sobre a sua leitura. Para Iser, as críticas existiam porque “No século XIX, ele [o crítico] tinha a importante função de fazer uma mediação entre a obra e o público, à medida que interpretava o sentido da obra de arte para o seu público, como orientação para a vida” (Iser, 1996, p. 27).

O crítico possuía no século XIX tal importância porque a literatura, enquanto peça central da religião da arte dessa época, prometia soluções que não podiam ser oferecidas pelos sistemas religiosos, sócio-políticos ou científicos. Essa situação emprestava à literatura do século XIX uma extraordinária significação histórica. (Iser, 1996, p. 28)

O crítico era o leitor qualificado para a análise da obra e, segundo ele mesmo, sua intervenção era necessária para que a leitura não ultrapassasse a intenção do autor. Mas muitas vezes o objetivo não era manter a coerência interpretativa com o sentido da obra, mas sim sustentar o debate ideológico. Esse aspecto ficará muito claro na análise feita no jornal *A Cruz* (RJ).

Segundo Iser (1996), o leitor não é visto como uma tábula rasa, pois sua visão de mundo e experiências pessoais determinam diretamente sua interpretação. Ou seja:

A leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. Segundo a bela imagem de Michel de Certeau, o leitor é um caçador que percorre terras alheias. Apreendido pela leitura, o texto não tem de modo algum - ou ao menos totalmente - o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores (Chartier, 1998, p. 77).

As leituras prévias do leitor, o conhecimento sobre o estilo do livro e o objetivo da crítica interferem na significação dada à obra pelos "espaços em branco" deixados pelo autor (Iser, 1996). No entanto, é importante ressaltar que, embora o autor deixe espaços abertos, existem limites interpretativos.

Essa liberdade não é absoluta, já que "[...] é cercada por limitações derivadas das capacidades, convenções e hábitos que caracterizam, em suas diferenças, as práticas de leitura. Os gestos mudam segundo os tempos e lugares, os objetos lidos e as razões de ler" (Chartier, 1998, p. 77). Assim, o contexto, os objetivos e o estilo literário determinam a abertura interpretativa, mas também a limitam.

## **O Panorama Historiográfico da Recepção de Victor Hugo no Brasil e a Proposta Desta Pesquisa**

Devido à sua grande importância cultural e política, Victor Hugo foi amplamente estudado também no Brasil. Entre as principais pesquisas desenvolvidas a respeito da obra do escritor francês, estão: “A Recepção de *Os Miseráveis* no Brasil do Século XIX” (2001), de Ofir Bergman de Aguiar; *Victor Hugo no Brasil* (1960), de Carneiro Leão; *Rimas de Ouro e Sândalo: A Presença de Victor Hugo nas Crônicas de Machado de Assis* (2010) e “A Repercussão da Morte de Victor Hugo no Brasil: O Olhar Agudo de Machado de Assis” (2003) de Daniela Mantarro Callipo; “Na praça pública”: a recepção crítica de *O último dia de um condenado* e *Os Miseráveis*, de Victor Hugo” (2023), de Adressa Medeiros Avi; “O debate político-jurídico n’os *Miseráveis* de Victor Hugo e a sua recepção pelos juristas franceses no século XIX” (2023), de Rafael Tubone Magdaleno; “Uma Cosette negra: aproximações entre Monteiro Lobato e Victor Hugo” (2023), de Emerson Tin.

Como a obra de Victor Hugo era politizada, tratando de assuntos como a miséria, o clero, a justiça e a pena de morte, a crítica sobre ela variava conforme o objetivo e a ideologia do leitor. Essa forma multifacetada de apreensão da arte hugoana permitiu a pluralidade de estudos em diversas áreas do conhecimento. Assim, ele foi debatido por historiadores,

filólogos, pesquisadores e outros estudiosos, o que possibilitou uma visão abrangente sobre o romancista.

Conforme as áreas de estudo que focaram na interpretação das obras e na recepção de Victor Hugo, e partindo, a princípio, daqueles produzidos na área do direito, que possui uma grande quantidade sobre *Os Miseráveis*, uma pesquisa se destaca: a análise de Rafael Tubone Magdaleno (2023) sobre a recepção do romance em uma questão jurídica no século XIX pelos franceses.

O trabalho de Magdaleno (2023) busca, em específico, analisar textos da época na França para demonstrar o debate sobre as leis e a abordagem literária de Victor Hugo na narrativa de Jean Valjean.

O foco da pesquisa de Magdaleno se concentra exclusivamente no debate jurídico. Ele analisa como os críticos Charles Joffrin, em *Victor Hugo à L'École de Droit: Le cas Jean Valjean au point de vue historique, legal et philosophique* (1862), e Perrot de Crezelles, em um artigo na *Revue Critique de Legislation et de Jurisprudence* (1863), compreenderam *Os Miseráveis*. Além disso, o estudo explora a forma como Victor Hugo entrou no debate jurídico do século XIX.

O objetivo do estudo de Magdaleno, nas palavras do próprio autor, é "[...] notar a força do ato perlocucionário elaborado por Hugo em suas obras e o efeito desse ato dentre os juristas de seu tempo [...]" (Magdaleno, 2023, p. 179). As críticas utilizadas por Magdaleno sobre *Os Miseráveis* demonstra que Victor Hugo era bastante analisado pela sua comparação com a realidade, com o foco se concentrando nos erros do romancista ao ficcionalizar as leis.

Saindo da perspectiva jurídica, o ensaio de Adressa Medeiros Avi (2023) se debruça nas críticas de Baudelaire e Lamartine. Avi (2023) traz um caráter mais biográfico de Victor Hugo e, em primeiro lugar, discute o texto de Baudelaire sobre *Os Miseráveis*. De acordo com Avi:

Trazendo as críticas de Baudelaire a *Os Miseráveis*, não focalizamos somente um parecer contrário a um romance específico. Somos apresentados a dois polos distintos de se pensar a literatura e a função do poeta, personificados em Hugo, o poeta porta-voz, e em Baudelaire, o poeta maldito. (Avi, 2023, s.p.)

Essa dualidade exposta e estruturada no ensaio continua por demonstrar a contraposição entre esses dois personagens do século XIX. Avi ainda compara Victor Hugo e Baudelaire, afirmando que:

Para Hugo, o poeta é possuidor de dons e deveres messiânicos. É ele quem deve, por meio de sua obra, guiar a nação em direção ao progresso, denunciar as injustiças sociais, dar voz aos oprimidos, combater o retrocesso e travar a luta pela liberdade. O poeta é movido pelo ideal e pelo compromisso com a sociedade, a sua pena serve ao povo. É essa a filosofia que Hugo irá encarnar, orgulhosamente, até o fim de sua vida e sob a qual construiu os seus miseráveis. De acordo com Charles Baudelaire, no entanto, a arte é a própria finalidade da arte. (Avi, 2023, s.p.)

Com isso, percebe-se uma contraposição entre a concepção de literatura de Victor Hugo, evidente na construção de suas personagens, e aquela de Baudelaire. Avi discute como a problemática de Baudelaire enfocou a forma como Victor Hugo construiu seu romance, pois enquanto para o autor de *Flores do Mal* a arte bastava por si e seu objetivo era expressar o belo pela palavra, para Victor Hugo a arte deveria ter um propósito, que poderia ser uma denúncia, dar voz aos oprimidos ou lutar pela liberdade (Avi, 2023).

Posto isso, a crítica de Baudelaire ao romance de Hugo é justamente àquilo que o caracteriza. Os seus personagens, repletos de virtudes, de arrependimentos e de ações admiráveis, mesmo nas mais difíceis e controversas situações, são, para a concepção baudelairiana, exagerados, inverossímeis, como não seriam? Eles estão em um plano acima, estão a serviço do ideal hugoano. (Avi, 2023, s.p.)

A perspectiva de Victor Hugo exigia que seus personagens tivessem uma construção “sobre-humana”, o que Baudelaire via como um grande problema na obra hugoana (Avi, 2023). Essa crítica à forma como Victor Hugo construía seus personagens, para permitir os acontecimentos do romance, também permeou a crítica de Lamartine. Avi, ao analisar o ensaio "Considerações sobre a obra-prima ou o perigo do gênio", datado de 1862, demonstra um problema encontrado por Lamartine no romance de Victor Hugo, ao sustentar que *Os Miseráveis* "prejudicará muito o povo desgostando-o de ser povo, isto é, homem e não Deus" (Avi, 2023, s.p.)

Essa perspectiva insiste no mesmo problema já visto por Baudelaire: o de que os personagens são construídos de forma exagerada, e que o único sustentáculo da obra se tornou o talento de seu autor (Avi, 2023).

Após expor a problemática buscada por Lamartine para afirmar sobre o perigo do romance de Victor Hugo, que prega a irrealidade e cria uma paixão pelo impossível (Avi, 2023), Avi ainda defende que, para Lamartine, “[...] o perigo de *Os Miseráveis* se encontra, justamente, na exploração do ideal” (Avi, 2023, s.p.), em um claro objetivo de tentar advertir sobre os problemas que esse romance poderia causar nos leitores desavisados.

O ensaio de Avi revela dois aspectos fundamentais da recepção de Victor Hugo a partir do lançamento de *Os Miseráveis* em 1862. O primeiro é o reconhecimento da importância do autor por críticos renomados. O segundo trata da forma como seus personagens são construídos e do impacto da sua crítica social expressa no romance sobre os leitores.

Dessa forma, após essa pesquisa focada na recepção na França do século XIX, voltamos os olhares para os estudos que analisam a recepção no Brasil. É patente que Victor Hugo entrou na nossa cultura, estando presente na formação de escritores e poetas. Um exemplo é Machado de Assis, cuja relação com o autor francês foi estudada por Daniela Mantaro Callipo (2010), que explora grande parte das referências ao autor francês na escrita do romancista brasileiro. No entanto, é interessante notar, em questão de relevância, o período posterior em que Victor Hugo ainda participava da formação dos escritores, em específico no caso de Monteiro Lobato, no conto intitulado *Negrinha* (1920), que é estudado por Emerson Tin (2023).

Essa análise para o início do século XX ajuda a ampliar a visão sobre a construção cultural brasileira e o local ocupado por Victor Hugo. Afinal, mesmo após sua morte e meio século depois da publicação de seu romance *Os Miseráveis*, ainda se encontravam referências em autores relevantes, o que explicita a importância de Victor Hugo no Brasil, permeando os clássicos e estruturando referências em nossa arte.

Tin (2023) demonstra o paralelo entre Cosette e Negrinha, explorado por Lobato no episódio da boneca. No início do romance, Cosette sonhava em ter uma boneca, e Jean Valjean, ao resgatá-la dos Thénardiens, compra e a entrega à menina. Monteiro Lobato se utiliza da personagem hugoana para criar sua própria versão brasileira. Segundo Tin, essa interpretação de Lobato traz outro debate ao território nacional: “Ao reinterpretar o episódio de Cosette com a boneca, ao aclimatar a filha de Fantine ao ambiente brasileiro, Lobato seguia um preceito debatido por Hugo em seu famoso prefácio da peça *Cromwell*, o da “cor local” (Tin, 2023, p. 5).

Voltando às críticas da época, um dos trabalhos que merece atenção para esta pesquisa é o de Ofir Bergman de Aguiar (2001), uma vez que sua pesquisa se aproxima da proposta deste estudo. Para sua análise, a autora utiliza obras que estavam disponíveis no Brasil, como: *Os Verdadeiros Miseráveis* (1863), de Eugène de Mirecourt; *Études Philosophiques et*

*Littéraires sur Les Misérables de Victor Hugo*, de Paul Voituron (1862); e artigos do Barão Ernouf, publicados no *Diário Oficial do Rio de Janeiro* (1862 a 1863).

A proposta discutida por Aguiar é interessante, pois ela utiliza textos que circularam no Brasil e que tentavam explicar ou criticar *Os Miseráveis*, mas que não eram de fácil acesso. Os livros de Mirecourt e Voituron foram trazidos, publicados e/ou encontrados em bibliotecas pessoais, enquanto o artigo do Barão Ernouf foi o único com publicação em jornal e acesso direto ao público (Aguiar, 2001). Mas Antes de falar da crítica de Barão de Ernouf, Aguiar (2001) analisa os textos de Eugène de Mirecourt.<sup>4</sup>

O ensaio de Mirecourt dialoga com a crítica religiosa da época, abordando o problema de Victor Hugo trazer o debate da miséria de uma forma que pudesse gerar um conflito entre os pobres e os ricos. O texto de Mirecourt, explorado por Aguiar (2001), aponta outro aspecto importante da crítica francesa a *Os Miseráveis*: a questão da irrealidade das personagens, que tornaria a história inverossímil. Dessa forma, Mirecourt classificou o livro como mau devido a essa representação deturpada da sociedade francesa.

O outro texto analisado é o de Paul Voituron<sup>5</sup>, que, de acordo com a análise de Aguiar (2001), se propõe a falar sobre a forma de escrita de Victor Hugo. *Os Miseráveis* é elogiado porque, para Voituron, a literatura teria uma visão civilizatória do mundo. Dessa forma, a representação das personagens e do mundo criado por Victor Hugo cumpre sua função de criticar a sociedade francesa.

O que haveria de novo no texto de Victor Hugo seria a luta contra os preconceitos, contra o mal, sob todas as formas, tanto no homem quanto na sociedade. Isso caracterizaria a revolução e seria o que diferenciaria esse texto da Divina comédia, de Dante, uma vez que, quanto à “forma” e ao “assunto”, eles se assemelhariam, sustenta o estudioso. O autor mostrava que uma transformação social se apresentava como resultado inevitável do progresso, como a via da humanidade. E o progresso seria a ideia culminante reproduzida constantemente na obra (Aguiar, 2001, p. 161).

---

<sup>4</sup> “Os verdadeiros miseráveis constituem a tradução portuguesa de *Les vrais misérables*, de Eugène de Mirecourt (pseudônimo de Charles Jean Baptiste Jacquot), feita por A. de F. e publicada em 1863. Provavelmente circulava nos meios intelectuais brasileiros no século XIX, pois pertence ao acervo da Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo. Trata-se de um ensaio crítico, em dois volumes, sobre o romance hugoano” (Aguiar, 2001, p. 158).

<sup>5</sup> A obra *Études philosophiques et littéraires sur Les misérables* de Victor Hugo, de 1862, da autoria de Paul Voituron, foi localizada também na Biblioteca Mário de Andrade, com uma dedicatória que termina com menção à cidade de São Paulo e ao ano de 1867. É a compilação de uma série de artigos publicados no *Journal de Grand*, à medida que os dez tomos da obra hugoana iam sendo postos à venda, simultaneamente na França e na Bélgica. Traz somente elogios ao romance hugoano e ao seu autor. (Aguiar, 2001, p. 161)

A crítica de Voituren era muito positiva, pois ele entendia que Victor Hugo fazia exatamente o que a arte deveria fazer: promover a revolução e a transformação social, que ele via como progresso.

Agora, sobre Barão de Ernouf, em referência a uma crítica traduzida e publicada em periódico, o que Aguiar (2001) observa é bem relevante quanto à recepção de Victor Hugo em geral:

O Barão Ernouf procede também a uma análise de *Os Miseráveis*. Ênfase é então conferida às questões envolvendo o enredo. Críticas relacionadas à inverossimilhança da obra são abundantes no decorrer de todo o trabalho. Victor Hugo adia, de maneira forçada, determinados acontecimentos para que certas situações sejam arranjadas, diz uma delas, que esclarece ser esse um “mal engendrado artifício decomposição” que propicia, às vezes, horrores inúteis vivenciados pelos personagens (Aguiar, 2001, p. 163-164).

Aguiar (2001) encontra a crítica francesa traduzida nos jornais brasileiros com o debate convencional já exposto por Lamartine e Baudelaire na França. Enquanto a crítica ainda se volta para o conteúdo de Victor Hugo, a estética parece ser sempre deixada de lado na análise de *Os Miseráveis*. É interessante notar como Aguiar apresenta o discurso de Ernouf enquanto um padrão da época na França. Segundo a pesquisadora, Barão Ernouf

Concorda, nesse sentido, com grande parte da recepção da obra na França naquela época (como a crítica de Mirecourt comprova), que afirma ter Victor Hugo fundamentado sua composição em uma improbabilidade – condenação tão pesada por um delito tão pequeno (Aguiar, 2001, p. 167).

Com isso, o estudo de Aguiar se mostra bastante interessante para introduzir uma das formas como Victor Hugo foi abordado nas páginas de jornais brasileiros. No entanto a extensão da crítica de Barão de Ernouf no periódico *Diário Oficial* (RJ) fica pouco esclarecida.

Sendo assim, o objetivo desta pesquisa foi complementar o estudo sobre a recepção de *Os Miseráveis* e demonstrar de forma mais ampla a crítica sobre o romance em território nacional. Para isso, este estudo explorou, primeiramente, uma crítica produzida em um periódico brasileiro, assim como traduções que foram publicadas em português em jornais brasileiros. Isso só foi possível graças ao avanço tecnológico de ferramentas de busca fornecidas pela Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional.

Para isso, é fundamental utilizar o livro de Carneiro Leão (1960) com o objetivo de compreender a circulação da obra do escritor em território nacional. O estudo de Leão retrata a presença do romancista no século XIX, desde poemas e peças de teatro até romances e

opiniões que se tornaram amplamente presentes na formação literária brasileira. É importante lembrar que entender como os escritores e artistas nacionais compreenderam Victor Hugo também é uma forma de entender a recepção do romancista aqui.

Carneiro Leão (1960) escolhe estudar Victor Hugo por meio de poemas e aparições em jornais, buscando aprofundar o tema sobre o romancista no Brasil. Saliente-se que, diferentemente de sua pesquisa, realizada em 1960, hoje é possível acessar um material muito mais vasto. Assim, a utilização deste livro, em específico, serve para simplificar a busca em jornais, ajudando a compreender como Victor Hugo aparecia nas páginas dos periódicos, quais autores e quais jornais o citavam com mais frequência, o que auxilia a pesquisa.

Carneiro Leão (1960) evidencia que Victor Hugo estava imerso na cultura brasileira e que sua presença nos jornais era comum, especialmente após a publicação de obras relevantes como *Os Miseráveis*. Em sua tese, Leão (1960) demonstra que quando o romancista publicava uma poesia, os escritores brasileiros a traduziam; quando escrevia um livro, os jornais o anunciavam e/ou publicavam; e, ao falecer, a mídia brasileira entrou em luto.

Victor Hugo se tornou uma referência social e cultural. Os jornais passaram a usá-lo como chamariz para suas páginas, publicando sobre ele como uma estratégia para atrair a atenção do público e dar visibilidade às suas publicações. Até mesmo a tentativa de alavancar carreiras poderia passar pelas ideias do exilado de Guernsey, como demonstra Callipo (2003) na análise da morte de Victor Hugo sob a perspectiva de Machado de Assis.

Quando de sua morte, em 1885, os jornais foram inundados com escritos que remetiam à história de Victor Hugo. O espaço dedicado a ele era extenso, pois seu nome atraía o público leitor, impulsionando as vendas do periódico. Assim, após sua morte

[...] a *Gazeta de Notícias* e vários outros periódicos do Brasil inteiro, foram “bombardeados” por publicações de escritores ansiosos por notoriedade, poemas de gosto duvidoso em memória do escritor francês, páginas e páginas escritas por pessoas sem talento que, aproveitando-se do espaço cedido pelo jornal e da notícia que comovera todo o país, desejavam se autopromover. (Callipo, 2003, p. 131)

Ao comparar a morte de Victor Hugo com uma liquidação, Machado de Assis expôs a banalização do falecimento do romancista francês nas páginas dos jornais. Na visão de Machado, todos buscavam visibilidade com a morte do escritor, mas poucos respeitaram sua arte nesse momento trágico, transformando-o em um “espetáculo grotesco” (Callipo, 2003)

Por mais que falar de Victor Hugo no Brasil pode se chegar a Machado de Assis, não é apenas em Machado que se encontra Hugo. O poeta francês esteve presente durante grande parte do século XIX por meio de suas peças, romances e poemas, vivendo por quase todo o século, atuando indiretamente na formação de intelectuais. Castro Alves foi um deles, que, ao lutar pelo fim da escravidão e encontrar um parceiro intelectual em Victor Hugo (Leão, 1960), o via como uma referência cultural significativa para a produção de sua arte.

Não será ainda o caso de *Gonzaga ou a Revolução de Minas*, e do poema *Os Escravos* do mesmo poeta? No Teatro Santa Isabel, em março de 1867, perante a companhia do ator Coimbra e com a assistência de um auditório seletivo, composto de Soares de Azevedo, Tôres Bandeira, Aprígio Guimarães e outros literatos, leu Castro Alves esse seu drama em verso para logo conquistando os entusiásticos aplausos dos que viam nele uma *encarnação do gênio de Hugo*, como mais tarde o reconheceram José de Alencar e Machado de Assis, ambos sob a influência do mestre francês.

É Araripe Júnior quem nos diz quanto a José de Alencar: “... não houve autores que concorressem tão poderosamente para a formação do estro de José de Alencar como os poetas, os escritores de veia oriental, nomeadamente Victor Hugo e os confidentes do coração – Chateaubriand, Lamartine e Bernardin de Saint-Pierre.” E mais: “No Gaúcho já ele cometera, à imitação de Victor Hugo nas suas últimas composições, uma exibição de monstruosidade e extraordinárias concepções...” Não é que Machado de Assis e José de Alencar se fizessem imitadores, mas forma na corrente lançada até nós por Victor Hugo (Leão, 1960, p. 104)

Isso mostra que o uso das ideias liberais e republicanas de Victor Hugo no cenário brasileiro do século XIX é indiscutível. No entanto, nota-se que, mesmo na ala conservadora, Victor Hugo fazia sucesso e sua voz era relevante. Carneiro Leão ainda afirma que

O encanto por Hugo não se restringiu à mocidade, não se limitou aos escritores e aos poetas, não se cingiu aos reformadores e aos revolucionários. Na linguagem dos conservadores, dos políticos e dos chefes de Estado ele apareceu eloquente. Não precisamos de atestado mais significativo do que a admiração notória, continuamente demonstrada por Pedro II ao poeta e ao carinho deste pelo soberano (Leão, 1960, p. 58).

As razões para os jornais falarem no romancista ficam claras: a opinião de Victor Hugo era uma referência intelectual e um chamariz.

Destaca-se ainda a diversidade de críticos e escritores que abordaram as problemáticas presentes em *Os Miseráveis*. A fatalidade social, a construção das personagens, a forma de composição do romance, os debates jurídicos, a recepção da obra por escritores brasileiros e a maneira como a cultura nacional assimilou Victor Hugo são alguns desses temas. Através de críticas, resenhas e estudos que atravessam o tempo, evidencia-se a grandeza do romancista e de sua obra.

Ao situar historicamente essa recepção e compreender sua relevância para o pensamento crítico hugoano no século XIX – bem como sua atuação na formação política,

artística e social – este trabalho se propôs a investigar um aspecto ainda pouco explorado pela história literária, como já exposto nesta introdução.

Entre todas as pesquisas encontradas sobre *Os Miseráveis*, apenas Bergman (2001) se baseou em um artigo publicado diretamente em periódicos e traduzido para o português, o que limita a compreensão da recepção do romance no Brasil. No entanto, historicizar a literatura hugoana por meio de *Os Miseráveis* é reconhecer a recepção desse romance como um agente histórico na formação cultural brasileira. É inegável a importância de autores que, mesmo lendo Victor Hugo e sendo atuais, se formaram com a obra e ainda se referenciam nela.

Com isso, este trabalho discutirá três textos específicos publicados em periódicos brasileiros – concentrando-se nos anos de 1862 e 1863, o período mais próximo da publicação original de *Os Miseráveis*. Esses textos foram escolhidos por serem as únicas críticas encontradas na Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional neste período no Brasil: a primeira, publicada em *A Cruz* (RJ), é um texto autoral, enquanto as outras duas, publicadas no *Jornal do Correio Mercantil* (RJ) e no *Diário de Pernambuco* (PE), são traduções. Assim, levanta-se a seguinte questão: qual o objetivo de estudar essa recepção, mesmo que por meio de traduções da crítica francesa publicadas no Brasil?

O principal objetivo na análise das críticas – mesmo quando traduzidas – é compreender como os jornais brasileiros introduziram o debate sobre *Os Miseráveis*, de Victor Hugo, no espaço público nacional. Ao serem publicadas na imprensa periódica, essas traduções se tornaram mais acessíveis à população letrada, ao contrário dos textos em línguas estrangeiras, que eram geralmente restritos a bibliotecas particulares ou a edições importadas.

Nesse sentido, a circulação dessas críticas provavelmente teve maior impacto entre os leitores brasileiros. Assim, este trabalho propõe analisar as críticas publicadas em periódicos como forma de expressão das leituras feitas de *Os Miseráveis* no Brasil, bem como meio privilegiado para compreender a recepção da obra no contexto nacional.

Para atender à necessidade de compreender Victor Hugo e sua “passagem” pelo Brasil, este trabalho, por meio da análise de jornais do século XIX, identificou diversos textos sobre o autor. Assim, as fontes principais desta pesquisa são o romance *Os Miseráveis* – em particular a versão publicada no *Jornal do Comércio* (RJ) em folhetim – e os textos críticos publicados em jornais brasileiros no momento do lançamento da obra. Para o levantamento bibliográfico das fontes primárias, a pesquisa foi realizada em jornais da Hemeroteca Digital

Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional, com foco no período entre 1860 e 1870, década em que o romance foi lançado e que houve maior produção de textos críticos a seu respeito.

A partir desse levantamento documental – realizado de forma exaustiva, pesquisando por palavras como "Victor Hugo" e "*Os Miseráveis*" entre os anos de 1860 e 1890 – foram encontrados jornais que apresentavam críticas de produção própria, como o jornal *A Cruz* (RJ), além das traduzidas, publicadas nas páginas de periódicos brasileiros, como a que ocorreu no *Correio Mercantil* (RJ), oriunda do *El Chasco* (ESP). Outras críticas foram encontradas, porém, a delimitação temporal deste trabalho (1862–1863) foi feita para analisar apenas aquelas expostas no período mais próximo da publicação original de *Os Miseráveis*. Para visualização das fontes utilizadas, consulte-se a tabela abaixo:

**Tabela 1 - Cronologia da pesquisa**

Jornais	Período Pesquisado	Edições	Característica da fonte	Período de publicação	Conteúdo do jornal
<i>Jornal do Commercio (RJ)</i>	1860 - 1869	-	Folhetim	10/03/1862 a 16/10/1862	Primeira publicação de <i>Os Miseráveis</i> em folhetim no Brasil – edição integral do romance.
<i>A Cruz Jornal religioso, litterario, historico e philosophico (RJ)</i>	1861-1864	38, 45 - 55, 57- 66, 68.	Crítica	04/05/1862 até 30/11/1862	Extensa crítica do romance, feita por um dos redatores do jornal.
<i>Publicador Maranhense: folha official, politica, litteraria, e comercial (MA)</i>	1862 - 1864	135 (1862), 85 (1863)	anúncios do livro	14/06/1862 e 16/04/1863	Nota sobre algumas das edições de <i>Os Miseráveis</i> que circularam no Brasil
<i>Diário de Pernambuco (PE)</i>	1860 – 1869	156	Crítica traduzida	9/07/1862	Crítica publicada originalmente no jornal <i>Charivari</i> (FR), traduzida para o português.
<i>Correio Mercantil e Instructivo Político Universal (RJ)</i>	1850 - 1868	211	Crítica traduzida	21/08/1862	Crítica traduzida do jornal <i>El Chasco</i> (ESP), intitulada “O final dos <i>Miseráveis</i> ”.

Considerando as diversas referências a Victor Hugo e ao seu romance de 1862, eu me questioneei, a princípio, por que o jornal católico *A Cruz* (RJ) dedicou tantas páginas e tantos números a uma crítica tão extensa de *Os Miseráveis*. Em seguida, busquei entender o objetivo

da crítica no *Correio Mercantil e Instructivo Político Universal* (RJ), que expressou uma perspectiva mais liberal, sem o ponto de vista religioso tão latente em *A Cruz* (RJ). Por fim, analisei a crítica do *Diário de Pernambuco* (PE), que trouxe uma visão conservadora sobre o romance. Isso evidencia que a obra foi objeto de leituras com perspectivas muito diversas.

Para investigar essa problemática nos jornais, foi necessário realizar um estudo abrangente sobre o local de publicação, os objetivos do crítico e a bagagem que ele traz para seu texto. Também se buscou bibliografia complementar para subsidiar a análise dos próprios jornais.

Para a análise do jornal *A Cruz* (RJ), foram utilizados os trabalhos de Marina da Silva Rodrigues de Lima (2023), Ana Rosa Clóchet da Silva (2020) e João Leonel (2014), com suas pesquisas sobre a imprensa católica e evangélica no Brasil do século XIX. Essas pesquisas apresentam a luta pelo campo ideológico cristão e a necessidade de combater obras “heréticas”. Lima sustenta que o principal objetivo da imprensa religiosa na década de 1860 era:

[...] influenciar as formas de pensar de seus leitores, uma vez que a cultura opera sobre o pensamento por meio de suas representações do mundo social. Como os outros segmentos da imprensa do século XIX, os jornais religiosos possuíam caráter instrutivo, buscando influir sobre os costumes e a moral pública. (Lima, 2023, p. 103)

Tal discussão ajudará a compreender a extensão da crítica nas páginas do jornal *A Cruz* (RJ). Para além da perspectiva católica e da imprensa religiosa, recorri a trabalhos como o de Abreu e Tognolo (2015), Marques (2018) e Santana (2021), com o objetivo de compreender a imprensa liberal, na qual se incluía o *Correio Mercantil* (RJ) e sua publicação da crítica sobre *Os Miseráveis*.

Em conjunto, para concluir o estudo dos jornais, recorri aos trabalhos de Nascimento (1968) e Santos (2021), que permitem ampliar o conhecimento sobre a imprensa pernambucana, principalmente do jornal *Diário de Pernambuco* (PE).

E, complementando a compreensão mais geral dos jornais do século XIX, foi de grande valia a obra de Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2012), *História da Imprensa no Brasil*.

A interpretação da crítica literária e a abordagem de romances nos jornais se fundamentam nos trabalhos de Carlos d’Age (1981), Jean-Yves Mollier (2018) e Walter Siti (2009). A estrutura do jornal é analisada com base nos dados fornecidos por Robert Darnton

(1989), Mont’Alverne e Marques (2015), que discutem editoriais, financiamentos e o posicionamento de notícias. Outras fontes secundárias, como a obra de Hélio de Seixas Guimarães, *Os Leitores de Machado de Assis* (2012), também serão utilizadas para garantir clareza na interpretação do papel dos jornais, já que a pesquisa de Guimarães se aproxima bastante da temática abordada aqui e serve como apoio metodológico.

Dessa forma, o trabalho organiza-se em três capítulos, dedicados à apresentação das críticas e à contextualização dos periódicos que as produziram ou traduziram. O primeiro capítulo apresenta a crítica e a análise do periódico *A Cruz* (RJ), com o teor conservador e religioso sobre *Os Miseráveis*; o segundo capítulo é a análise do *Diário de Pernambuco* (PE), com uma proposta mais liberal sobre o debate; e o terceiro capítulo, sobre a crítica no *Correio Mercantil* (RJ), demonstra uma lógica liberal parecida com a do periódico pernambucano, mas, diferente do *Diário de Pernambuco* (PE) e semelhante *A Cruz* (RJ), explicita uma visão negativa sobre o final “pouco cristão” do romance.

Ressaltando que a análise segue a ordem cronológica das publicações encontradas, de modo que cada capítulo acompanha a recepção de *Os Miseráveis* conforme registrada na imprensa.

## **Capítulo 1. O Jornal *A Cruz* (Rj): A Crítica Doutrinária Contra O “Veneno” De *Os Miseráveis***

### **1.1 A Releitura Moral do Romance: A Inversão de Personagens e Temas de *Os Miseráveis* para Fins Doutrinários**

O crítico publica, no período de 4 de maio a 10 de agosto de 1862, sua análise do romance de Victor Hugo. A introdução é apresentada de forma diferente das demais críticas sobre *Os Miseráveis* realizadas nesse jornal. Enquanto as outras fazem referência direta ao livro, com capítulos e suas respectivas chamadas, essa introdução se configura como uma análise geral. Ela se concentra exclusivamente na parte em que, segundo ele, Victor Hugo extrapolou os limites do aceitável ao representar o bispo na obra.

Nesse texto, o autor inicia conjecturando que, devido à fama de Victor Hugo, seria pouco provável existirem críticas negativas ao romancista. Ele confessa que esperava que *Os Miseráveis* apresentasse uma obra inovadora que o surpreenderia positivamente, especialmente em relação aos romances anteriores.

Essa expectativa se intensificava pelo fato de *Os Miseráveis* ter sido indicado por um bispo que tivera acesso antecipado ao redator de *A Cruz* (RJ), e a classificara como “ortodoxa e edificante”. No entanto, segundo o crítico, o que ele encontrou nas páginas do romance foi um problema que contradizia tal qualificação.

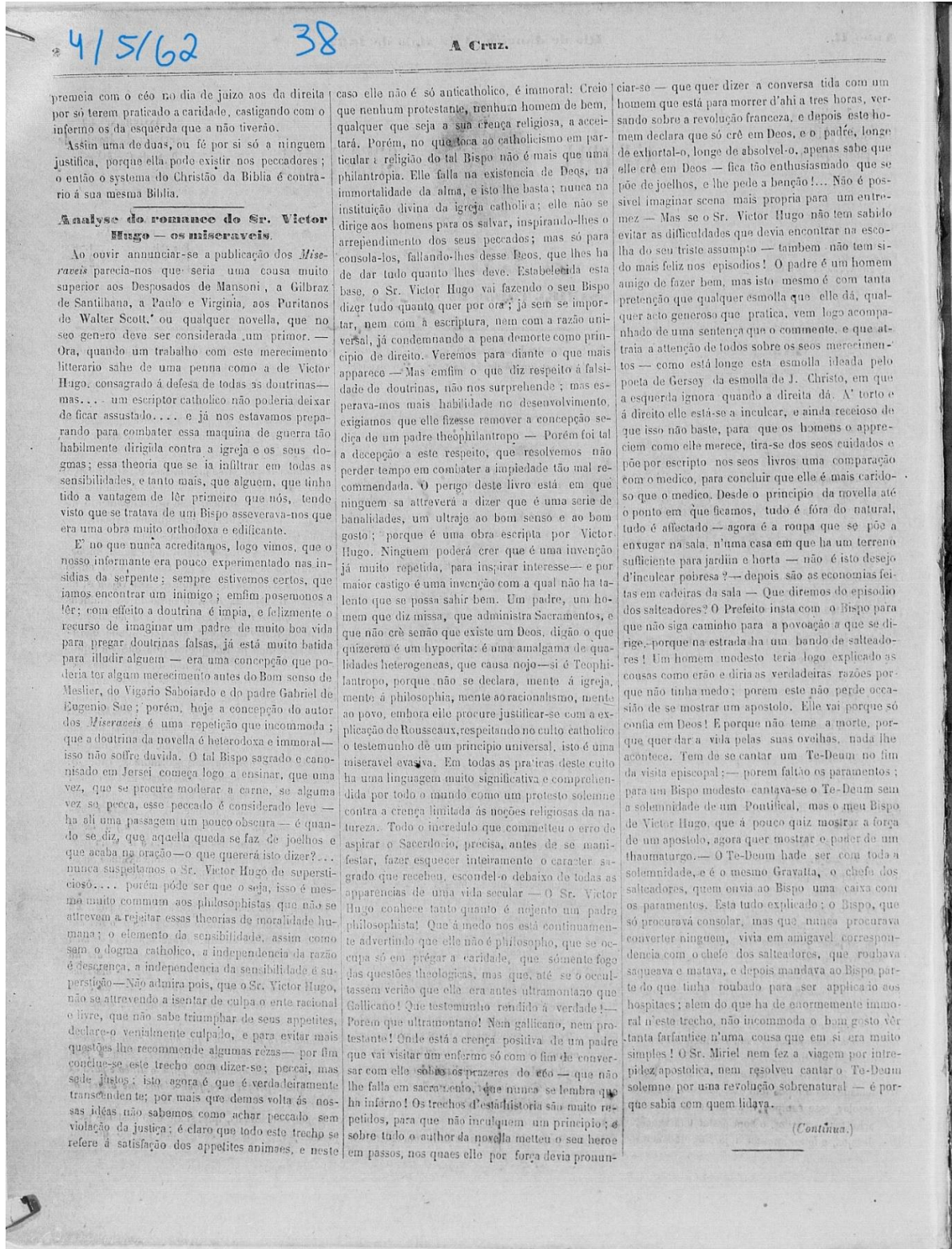


Figura 2 - Primeira crítica sobre Os Miseráveis em A Cruz (RJ)

A abordagem contraditória em relação à ortodoxia e ao potencial edificante da obra se transforma em outra perspectiva na análise realizada por esse jornal. Sua introdução considera *Os Miseráveis* imoral e heterodoxo, contrapondo-se completamente ao que era esperado.

Eno que nunca acreditamos, logo vimos, que o nosso informante era pouco experimentado nas insídias da serpente; sempre estivemos certos, que íamos encontrar um inimigo; enfim pusemo-nos a ler; com efeito a doutrina é ímpia, e felizmente o recurso de imaginar um padre de muito boa vida para pregar doutrinas falsas, já está muito batida para iludir alguém – era uma concepção que poderia ter algum merecimento antes do Bom senso de Meslier, do Vigário Saboiardo e do padre Gabriel de Eugenio Sue; porém, hoje a concepção do autor dos *Miseráveis* é uma repetição que incomoda; que a doutrina da novela é heterodoxa e imoral – isso não sofre dúvida. (*A Cruz*, 4/mai./1862, p. 2)

A personagem a que o jornal se refere, ao mencionar um “padre de muito boa vida”, é o Bispo Myriel. Essa personagem, que representa o clero, mora em uma casa simples com mais duas pessoas e encontra Jean Valjean após sua saída das galés. Myriel é responsável por mudar o rumo da vida de Valjean por meio do perdão. Victor Hugo idealiza a figura do bispo como o verdadeiro herói, o ápice da bondade humana. Sua bondade é evidenciada em dois momentos do livro que serão explorados pelo autor da crítica: o primeiro, quando ele perdoa o Convencional G., um revolucionário do final do século XVIII; o segundo, quando perdoa a personagem principal pelo furto de sua prataria.

A crítica acusa Victor Hugo de não ser original, citando Meslier, Rousseau e Eugênio Sue como autores que já haviam realizado críticas ao clero por meio de seus textos. Para o crítico, Victor Hugo apenas repete um clichê ao apresentar um “padre de muito boa vida para pregar doutrinas falsas”.

Neste momento, em 4 de maio de 1862, o folhetim de *Os Miseráveis* no *Jornal do Comércio* (RJ) se encontrava na parte da história em que Fantine entregava Cosette aos Thénardiens. O título era: “Primeira Parte: Fantine. Livro Quarto: Confiar é às vezes entregar”. A parte da história do bispo já havia passado, e Jean Valjean também já havia se redimido. Portanto, para o público leitor do folhetim, esse era o conteúdo de *Os Miseráveis* já lido.

RIO DE JANEIRO  
ANNO XXXVII  
N. 122

# JORNAL DO COMMERCIO

DIARIO  
4 DE MAIO DE  
1862

O JORNAL DO COMMERCIO, é propriedade de JERONIMO VILLENEUVE, cidadão brasileiro.  
A assignatura póde começar em qualquer dia, mas acaba sempre em fim de Março, Junho, Setembro ou Dezembro.  
Não se recebem assignaturas por menos de tres mezes.  
Subscryva-se em casa de J. Villeneuve e C., rua do Ouvidor, n. 65, no Rio de Janeiro.

PROVINCIAS E EXTERIOR.  
Preços ordinarios.  
POR UM ANNO ..... 28000  
POR NOVE MESES ..... 26000  
POR SEIS MESES ..... 16000  
POR TRES MESES ..... 8000

CORTE E NITEROHY.  
Preços ordinarios.  
POR UM ANNO ..... 28000  
POR NOVE MESES ..... 26000  
POR SEIS MESES ..... 16000  
POR TRES MESES ..... 8000

## EXTERIOR.

Correspondencia do Jornal do Commercio.  
Paris, 4 de Maio de 1862.

Os republicanos francezes, e os republicanos da Europa, estão todos de accordo em reconhecer a necessidade de uma reforma constitucional para a França. A reforma da constituição de 1830, que foi a causa da revolução de 1848, e a causa da revolução de 1851, é a causa da revolução de 1862. A reforma da constituição de 1830, que foi a causa da revolução de 1848, e a causa da revolução de 1851, é a causa da revolução de 1862.

A reforma da constituição de 1830, que foi a causa da revolução de 1848, e a causa da revolução de 1851, é a causa da revolução de 1862. A reforma da constituição de 1830, que foi a causa da revolução de 1848, e a causa da revolução de 1851, é a causa da revolução de 1862.

A reforma da constituição de 1830, que foi a causa da revolução de 1848, e a causa da revolução de 1851, é a causa da revolução de 1862. A reforma da constituição de 1830, que foi a causa da revolução de 1848, e a causa da revolução de 1851, é a causa da revolução de 1862.

Correspondencia do Jornal do Commercio.  
Lisboa, 18 de Abril de 1862.

O ministro da guerra, Sr. de Saldanha, tem a honra de annunciar ao publico que o exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra. O exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra.

O ministro da guerra, Sr. de Saldanha, tem a honra de annunciar ao publico que o exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra. O exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra.

O ministro da guerra, Sr. de Saldanha, tem a honra de annunciar ao publico que o exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra. O exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra.

Correspondencia do Jornal do Commercio.  
Lisboa, 18 de Abril de 1862.

O ministro da guerra, Sr. de Saldanha, tem a honra de annunciar ao publico que o exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra. O exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra.

O ministro da guerra, Sr. de Saldanha, tem a honra de annunciar ao publico que o exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra. O exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra.

O ministro da guerra, Sr. de Saldanha, tem a honra de annunciar ao publico que o exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra. O exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra.

Correspondencia do Jornal do Commercio.  
Lisboa, 18 de Abril de 1862.

O ministro da guerra, Sr. de Saldanha, tem a honra de annunciar ao publico que o exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra. O exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra.

O ministro da guerra, Sr. de Saldanha, tem a honra de annunciar ao publico que o exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra. O exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra.

O ministro da guerra, Sr. de Saldanha, tem a honra de annunciar ao publico que o exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra. O exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra.

FOLHETO DO JORNAL DO COMMERCIO  
DE 4 DE MAIO DE 1862 (7)

**OS MISERRABLES**  
de VICTOR HUGO.  
PRIMEIRA PARTE.  
FOLHETO.

LITRO QUARTO.  
CONTEM 8 DE SEUS CAPITULOS.

Em 1862, a obra de Victor Hugo, "Os Misérables", foi publicada em folhetos. Este folheto contém os primeiros oito capítulos da obra. A obra narra a história de Jean Valjean, um homem que é libertado da prisão e tenta começar uma vida nova, mas é perseguido pela polícia e enfrenta muitas dificuldades.

Correspondencia do Jornal do Commercio.  
Lisboa, 18 de Abril de 1862.

O ministro da guerra, Sr. de Saldanha, tem a honra de annunciar ao publico que o exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra. O exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra.

Correspondencia do Jornal do Commercio.  
Lisboa, 18 de Abril de 1862.

O ministro da guerra, Sr. de Saldanha, tem a honra de annunciar ao publico que o exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra. O exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra.

Correspondencia do Jornal do Commercio.  
Lisboa, 18 de Abril de 1862.

O ministro da guerra, Sr. de Saldanha, tem a honra de annunciar ao publico que o exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra. O exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra.

Correspondencia do Jornal do Commercio.  
Lisboa, 18 de Abril de 1862.

O ministro da guerra, Sr. de Saldanha, tem a honra de annunciar ao publico que o exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra. O exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra.

Correspondencia do Jornal do Commercio.  
Lisboa, 18 de Abril de 1862.

O ministro da guerra, Sr. de Saldanha, tem a honra de annunciar ao publico que o exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra. O exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra.

Correspondencia do Jornal do Commercio.  
Lisboa, 18 de Abril de 1862.

O ministro da guerra, Sr. de Saldanha, tem a honra de annunciar ao publico que o exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra. O exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra.

Correspondencia do Jornal do Commercio.  
Lisboa, 18 de Abril de 1862.

O ministro da guerra, Sr. de Saldanha, tem a honra de annunciar ao publico que o exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra. O exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra.

Correspondencia do Jornal do Commercio.  
Lisboa, 18 de Abril de 1862.

O ministro da guerra, Sr. de Saldanha, tem a honra de annunciar ao publico que o exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra. O exército portuguez se encontra em plena disposição para a guerra.

Figura 3 - Edição 4 de maio de 1862 do Jornal do Commercio (RJ)

No entanto, para o crítico de *A Cruz* (RJ), foi utilizada a edição em francês, como ele deixa explícito em alguns momentos do texto. É importante ressaltar que o diálogo do periódico era realizado com o público leitor que não necessariamente estava lendo o romance

em formato de livro, mas provavelmente em folhetim. Por isso, *A Cruz* (RJ), então, se preocupou em lançar sua crítica acompanhando a história já publicada no *Jornal do Comércio* (RJ).

Essa primeira análise, de caráter mais geral, encerra-se com críticas direcionadas a Victor Hugo. O texto destaca de forma clara a problemática relacionada à representação do Bispo e aos costumes descritos na obra. A crítica é concluída com observações que classificam o livro de forma negativa, tais como “Desde o princípio da novela até o ponto que ficamos, tudo é fora do natural, tudo é afetado (...)” (*A Cruz*, 4/mai./1862, p. 2)

O crítico demonstra claramente seu objetivo nessa edição, que versa sobre, principalmente, Myriel. Após essa edição, o jornal só retoma a interpretação da obra em 22 de abril de 1862, em sua 45ª edição.

### **O Bispo Myriel**

A abordagem passa a ser organizada de acordo com as partes em que o romance de Victor Hugo é dividido, dando início à “Análise dos *Miseráveis* do Sr. Victor Hugo: Primeira Parte: Fantine”. É importante destacar o espaço escolhido pelo jornal para inserir esse texto crítico. Na maioria dos casos, ele era apresentado nas primeiras páginas, geralmente na primeira — em alguns poucos casos, ele saiu na terceira página —, posicionado após a pregação diária. O texto ocupava quase uma página inteira e era distribuído em três colunas.

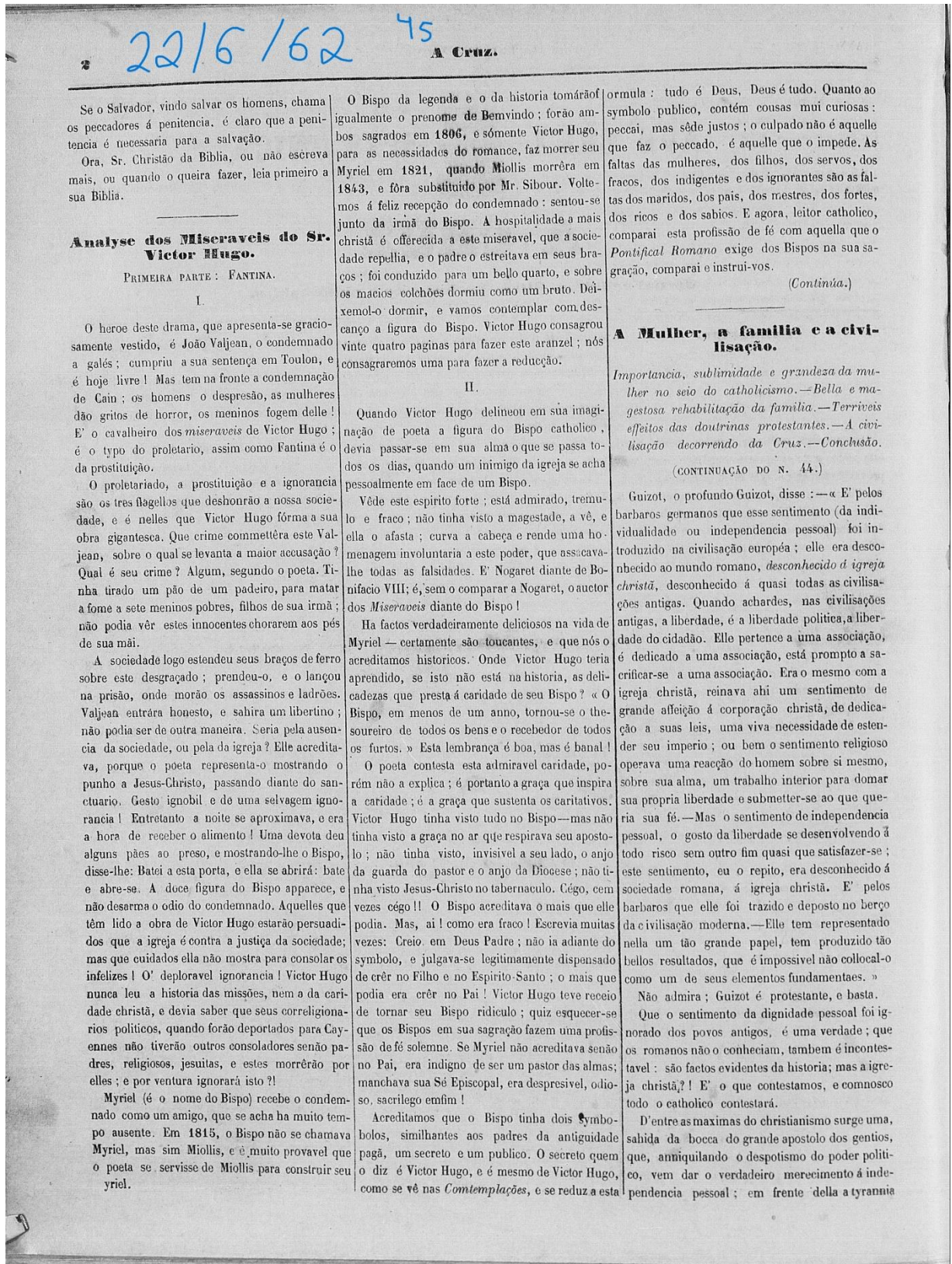


Figura 4 - Segunda página com a crítica sobre Os Miseráveis

Nessa primeira redação mais específica sobre o romance, o autor da crítica destaca a coerência interpretativa de *Os Miseráveis*. A atenção às problemáticas levantadas por Victor Hugo torna-se evidente quando ele afirma: “O proletariado, a prostituição e a ignorância são os três flagelos que desonram a nossa sociedade, e é neles que Victor Hugo formula a sua obra gigantesca. Que crime cometera este Valjean, sobre o qual se levanta a maior acusação?” (*A Cruz*, 22/jun./1862, p. 2).

Victor Hugo traz à primeira vista a característica das personagens, e o crítico volta a abordar a personagem que mais o incomoda, Myriel. O texto fica tão concentrado na questão do catolicismo que ele se dedica a analisar minuciosamente os erros atribuídos a Victor Hugo, como demonstrado na seguinte passagem: “O Bispo acreditava o mais que ele podia. Mas, ai! Como era fraco! Escrevia muitas vezes: Creio em Deus Padre; não ia adiante do símbolo, e julgava-se legitimamente dispensado de crer no Filho e no Espírito-Santo; o mais que podia era crer no Pai!” (*A Cruz*, 22/jun./1862, p. 2).

Ao analisar a personagem Myriel, o crítico busca entendê-la à luz dos dogmas católicos. No entanto, é importante ressaltar que, embora fundamentada na doutrina católica, sua análise não se apoia em uma descrição da realidade, pois a relação entre o conteúdo do periódico e *Os Miseráveis* está sempre centrada em Victor Hugo. Os defeitos atribuídos à escrita de Victor Hugo são apresentados como falhas de caráter. Independentemente de o problema ser intencional ou não, o romancista é classificado como filosofista, herege e anticatólico — avaliações que têm como base a própria interpretação que o crítico faz da obra.

Esse apelo argumentativo, que mistura a realidade com a ficção, manifesta-se especialmente na discussão sobre a religião e seu papel nas ações das personagens. Isso se torna evidente na edição de 29 de junho de 1862, quando o jornal sente a necessidade de transcrever uma carta de um parente do “verdadeiro” Myriel (da vida real), contestando a representação do bispo feita por Victor Hugo.

Nessa edição, a carta aparece logo após a crítica de *Os Miseráveis*, que se inicia com as seguintes palavras: “O Bispo Myriel não obstante a ignorância de sua fé, não era inteligente; sua biografia explica tudo; porém Victor Hugo que só blasfema, o considera extraordinário, porque tinha uma alma simples e amava: eis tudo para o poeta!” (*A Cruz*, 29/jun./1862, p. 2). Na sequência, examina-se a forma “horripilante” com que Victor Hugo narra a presença do Bispo no leito de morte do Convencional G.

“O Bispo em vez de ensinar a este ímpio o catecismo, trava com ele uma discussão sobre a revolução francesa, deixa este revoltado falar e cala-se; ele, que representa em sua cabeceira, Deus, Jesus-Cristo e a igreja! Cala-se diante da apologia brutal de 1793, tem a fraqueza de calar-se! Isto ainda não é nada: depois de uma torrente de injúrias e mentiras, Myriel por graça de Deus e da Santa Sé, pastor da igreja de Digne, sucessor dos Apóstolos; aquele que consagra padres, unge imperadores, comunica o Espírito-Santo, o Bispo enfim, se ajoelha aos pés do convencional e lhe pede a *sua benção!*!” (*A Cruz*, 29/jun./1862, p. 2)

Nesta passagem específica é importante lembrar que Myriel representa o clero em *Os Miseráveis*. No arco do bispo, Victor Hugo insere o elemento do revolucionário, apresentado de forma positiva por meio da personagem do Convencional G., que leva o bispo a esse encontro e permite o perdão àquele que representava algo tão preocupante para o clero francês — a revolução. No entanto, esse aspecto será explorado na crítica do jornal apenas de maneira pejorativa.

Para compreender a personagem de Myriel por completo, é necessário passar por sua história. Ela se inicia com o encontro com Jean Valjean, que, após sair das galés, busca sustento, mas encontra dificuldades por precisar apresentar seu passaporte amarelo — um registro que expunha sua condição de ex-prisioneiro. Ao se deparar novamente com a mesma situação que o levou a ser preso — a fome e o desemprego —, Jean Valjean encontra o bispo, passa alguns dias em sua casa e furta a prataria de Myriel. Quando tenta fugir, é capturado por oficiais da polícia e entregue ao bispo. Myriel age com a bondade característica de sua personalidade: ele perdoa Valjean e lhe devolve todos os objetos de prata que havia roubado. O bispo é representado como o bem maior da trama, sendo retratado como alguém bom e puro, que não se importa com o passado de seus perdoados.

Voltando a crítica, no episódio da bênção dada pelo revolucionário ao bispo, ela gerou uma condenação ao modo como Victor Hugo aborda esse dogma religioso, fazendo com que Myriel fosse, entre todas, a personagem mais censurada nos textos de *A Cruz* (RJ). Um grande condensado de ideias sobre a visão de mundo do autor e a análise da obra é apresentado em relação a esse acontecimento:

É a tentação de Jesus-Cristo no deserto. Myriel adora o que ele tinha confundido. Indigno Bispo retira-te, e não te apresentes mais no altar; e como agora ousarás colocar a mitra pastoral sobre tua cabeça coberta de cabelos brancos? Como tuas mãos, profanadas por este contacto, poderão se levantar a Deus? Como tua voz, que tem solicitado a benção de Satã, ousará de ora em diante pronunciar as palavras da consagração! Retira-te, retira-te, tu és um apóstata! (*A Cruz*, 29/jun./1862, p. 2)

Fica bem clara a avaliação extremamente negativa do crítico quanto a esse encontro do Myriel com o G., e a visão que Victor Hugo traz sobre os revolucionários da Revolução

Francesa. Isso se torna mais explícito ainda quando o crítico se refere às mãos dessa personagem como responsáveis pela “benção de Satã”.

Agora, concluída a sua análise sobre o encontro entre o Convencional G. e Myriel, o crítico retorna a um dos poucos momentos em que fala sobre Jean Valjean diretamente. Este momento diz respeito à problemática da fatalidade social (relativo à exclusão e à marginalização de indivíduos pela própria sociedade) que Victor Hugo aborda em seu romance. A passagem retrata o momento em que Valjean furta a prataria do bispo. Sobre ela, o crítico afirma que:

Deixamos João Valjean dormindo na câmara que o Bispo lhe tinha tão delicadamente oferecido. Alta noite acorda-se, aí dá-se um episódio que faz medo; este homem faz ressuscitar em sua memória as lembranças passadas; sua fronte se enrugou, seus cabelos ficam eriçados, corre ainda uma vez, porque está livre, quer vingar-se. O Bispo tem o dinheiro, e ele o guardaria? Valjean não tem necessidade desse dinheiro, é a febre do vício que lhe escalda o espírito; é a falta da sociedade, é mau, tornou-se mau *fatalmente!* Victor Hugo nos dirá que não é fatalista; engana-se, é não ter consciência de seu erro; o seu fatalismo é mais estreito do que o dos muçulmanos; sua fatalidade não é divina, como a de Ésquilo, ela é puramente social. Vajeau se dirige para o leito do Bispo, e no caso de resistência disposto a matá-lo. É assim que o condenado caminha para a cabeceira de seu benfeitor, daquele que o apertou em seu coração, e que dorme a seu lado para defendê-lo; não o acorda; contenta-se em roubá-lo, e foge. No dia seguinte é preso, e conduzido à presença do Bispo; e este, querendo exercer uma caridade sobrenatural, disse que lhe tinha dado esses objetos. (*A Cruz*, 29/jun./1862, p. 2)

É apresentada a forma como Victor Hugo constrói sua personagem, sua compreensão de que a sociedade embruteceu Jean Valjean e que a pena exagerada o transformou em um ser cuja salvação ele representa nesse momento. No entanto, para o crítico, o perdão do Bispo é apenas uma “caridade sobrenatural”, o que minimiza a “fatalidade social” apresentada por Hugo, e reforça a ideia de que a bondade do Bispo é um ato de fé superior, e não o resultado de uma crítica à sociedade.

A crítica sobre Myriel é finalizada nessa página, mas não sem um último comentário irônico:

Eis uma segunda vez livre Valjean! Comete todas as sortes de crimes, e por fim a um pobre menino, que seguia seu caminho. Este ato excitou em sua alma uma salutar reação, uma torrente de lágrimas banhou suas faces; a sua vida lhe fez horror, *converteu-se*. Desculpai-nos, leitor, de empregarmos esta palavra em um caso tão vulgar; Vajeau não se fez católico, tornou-se apenas honesto! (*A Cruz*, 29/jun./1862, p. 2)

Após as diversas censuras à Myriel, o crítico inicia sua análise de Fantine. É importante ressaltar que o jornal tinha um foco nos ensinamentos religiosos e na normatização do comportamento das mulheres dentro da família – o que será mais bem esclarecido no

próximo subcapítulo. Por isso, as representações de Fantine e Myriel foram as mais discutidas e condenadas nas páginas de *A Cruz* (RJ).

### **Fantine**

Na história de Fantine, a miséria é central. Inicialmente, ela se apaixona e engravida de um homem que a abandona. Em busca de sustento, não apenas para si, mas também para sua filha, ela se vê forçada a deixá-la aos cuidados dos Thénardiens, pois, segundo o romance, a sociedade da época veria problemas em contratar uma mulher solteira com uma filha (Cosette). Após as incessantes extorsões dos Thénardiens, que a fazem afundar em dívidas para conseguir dinheiro e manter os cuidados de Cosette, Fantine não tem outra opção senão se prostituir. Todos os acontecimentos que deveriam resultar em ajuda acabam tendo o efeito oposto. A cada vez que Fantine precisa de auxílio, ela se afunda ainda mais na miséria. Victor Hugo finaliza sua história de maneira trágica, evidenciando essa falha social. Fantine morre tentando salvar Cosette, mas não consegue ter o último contato com sua filha.

Com a história de Fantine, Victor Hugo desenvolve sua crítica social por meio de seu romance, utilizando as ferramentas disponíveis em sua época. Por outro lado, o crítico de *ACruz* (RJ) baseia sua repulsa pela história de Fantine nos dogmas religiosos, baseando seus ataques nesses dogmas. O próprio crítico faz uma apresentação da personagem de Fantine, o que deixa mais clara a sua perspectiva sobre ela. Segundo ele:

Apresentemos a heroína do drama por quem o poeta em seus arroubos tanto se agitou; esta pobre mulher é Fantina, que a fatalidade social persegue tão desabridamente; ela está na força da beleza, tem o riso nos lábios, e posto que seja a amásia de um vil egoísta, o poeta pretende que ela tenha a castidade no coração, que seja virgem, não obstante viver nos braços desse amante. Na verdade, esse amor lhe promete uma virgindade!! Tal é Fantina no mais belo momento de sua história, e Victor Hugo se indigna, fica furioso e revolta-se contra todos os sentimentos de honra, só porque a sociedade não ama esta concubina, assim como as mais em geral. Não conhecerá o autor dos *Miseráveis*, que este horror à prostituição é a sua verdadeira sanção neste mundo, e que sem esta repulsa ela invadiria todo o universo, e perturbaria o repouso das famílias honestas?! (*A Cruz*, 6/jul./1862, p.2).

Ao descrever Fantine, o crítico ataca o conceito de fatalidade social, trazendo a personagem como vítima das circunstâncias da sociedade em que vive. Segundo a visão de Victor Hugo, essa fatalidade afunda a personagem na miséria, e o crítico acusa o autor de usá-la como representante de sua própria revolta com o mundo:

Victor Hugo não amará mais a estas almas chafurdadas no crime, no desprezo e na infâmia, do que deve amar e ama o mais humilde católico. Os poetas sabem escolher frases sonoras; os cristãos fazem mais; estendem as mãos às Fantinas, as acolhem com doçura, vestem-nas de uma toga branca, e lhes ensinam o arrependimento (*A Cruz*, 6/jul./1862, p.2).

No entanto, para o jornal, Victor Hugo apenas escreve e explora a vida dessas pessoas com frases “sonoras”, para depois esquecê-las. Já o cristão, aquele que não escreve sobre essas vidas, é o verdadeiro responsável por salvar de fato suas almas. O crítico continua dizendo que:

Se Victor Hugo lesse a vida dos Santos, veria nessa imensa nomenclatura os nomes das Magdalenas e das Pelagias ao lado das Ignez e das Cecílias, que lavaram-se em lágrimas e abandonaram o caminho do erro; sem isso, elas serão sempre desprezadas, e não terão mais do que a caridade. Quem não compreende isto não é católico, é desconhecedor da verdade, é mal!. Fantina, na flor da idade, é lançada nas ruas de Paris; não tem religião, passa pela igreja e zomba, e para satisfazer os impulsos de seu coração, se lança com ingenuidade nos braços do primeiro mancebo que se lhe apresenta; este mancebo é um ateu, um indiferente, a quem o poeta empresta uma linguagem, que não seria tolerada, nem mesmo sei onde... (*A Cruz*, 6/jul./1862, p.2)

Essa passagem pode ser classificada como uma clara contra-argumentação e uma propaganda em favor de sua ideologia. Enquanto Victor Hugo evidencia o abandono da sociedade e da Igreja em relação à sua personagem, o crítico tenta demonstrar que o romancista não sabe o que está dizendo, devido à sua falta de conhecimento religioso. Ele argumenta que, na realidade, é o catolicismo quem salva essas personagens esquecidas pela sociedade. No juízo sobre *Fantine*, apareceram as críticas de caráter mais áspero ao romance:

Depois dessa cena tão ridícula e indigna de uma tal pena, começa o poeta a sua pungente odisseia, mostrando o abandono de Fantina; é aqui que aparece a parte mais importante deste romance tão decantado, que o interesse dividiu em três atos, e o drama em três prólogos: o primeiro tem por título o Bispo; o segundo o condenado; o terceiro a concubina. O pano vai levantar-se para o primeiro ato. (*A Cruz*, 6/jul./1862, p.2)

O crítico demonstra que a representação da problemática de Victor Hugo se identifica com os perfis das três personagens analisadas até então: “o Bispo, o condenado, a concubina”. Ele também dedica bastante atenção a *Fantine*, defendendo a salvação pela Igreja e condenando a irresponsabilidade de Victor Hugo ao retratar a vida da personagem daquela forma. Na perspectiva do crítico, *Os Miseráveis* apresenta ao mundo uma visão que fomenta a luta entre as classes, já que a fatalidade social, tal como é abordada por Victor Hugo, é vista como irreal.

[...] eis a conclusão prática do livro de Mr. Hugo, o qual inspira entre os pobres um ódio imortal contra os ricos, e faz que as prostituídas digam: é a fatalidade social, que nos tem feito o que nós somos! Se a fome fez de Valjean um condenado e de Fantina uma prostituta, que de pretextos não irão buscar certas almas para imitá-los! *Os Miseráveis* não é somente um livro perigoso, é imoral. (*A Cruz*, 6/jul./1862, p.2)

A sociedade está destruindo a si mesma, e a miséria é vista como uma condição determinada pelo próprio povo. Compreende-se a crítica feita por Victor Hugo, mas, para o

crítico do jornal, com seus dogmas e objetivos pré-estabelecidos, torna-se impossível enxergar o propósito do romancista sob a perspectiva moral da sociedade. Para ele, existe apenas a moral católica, aos olhos da qual Fantine volta a falhar:

Fantina está na primeira força de seu desejo selvagem; duas meninas, que ela vê brincar no caminho, a deleitam: eis uma página encantadora; Victor Hugo é o poeta dos meninos ao mesmo tempo que é das mulheres perdidas. Fantine aprecia muito estas duas meninas, e corre para confiar à mãe delas a sua inocente Cosette. Pobre Fantina, tu não sabes a quem vais confiar esse tesouro! Esta mulher tem uma alma horrível, ela te faz uma presa... seu coração batia ligeiro – beija sua filha e parte para não mais vê-la!! Volta para Montreuil, tendo ocultado o fruto de suas entranhas, a fim de salvar sua honra; aí principia a trabalhar – uma tosse lhe despedaça o peito, e exclama: quando verei minha Cosette! Este espetáculo é sublime, mas falta uma coisa no quarto de Fantina, é um crucifixo e uma imagem da Virgem. Ela é admitida por piedade em uma manufatura – porém suas companheiras a acham misteriosa, esconde-se, tem receio que descubram seu mistério, a vergonha e a agonia lhe despedaçam o coração. A infeliz nunca orou, nem sabe, não quer falar a Deus, e quer tudo fazer por si.

Eis a doutrina dos *Miseráveis*, deste livro fatalista, que a todo o momento nega a providência, e proclama a ação humana independente da de Deus. (*A Cruz*, 6/jul./1862, p.2)

Para o crítico, Fantine caiu na miséria por nunca ter orado. Toda a problemática que Victor Hugo traz sobre a sociedade é reinterpretada pelo crítico como uma questão de falta de fé e de "fatalidade social", conceito que ele considera falso, pois acredita que a sociedade é governada por Deus e pela providência divina. Ou seja, todos os problemas de Fantine seriam solucionados pela fé e pela adoração religiosa, algo que Victor Hugo não admitiria em seu livro.

Acompanhando a história de Fantine e a crítica a Victor Hugo, na edição de 13 de julho de 1862, o jornal busca educar seu público leitor com base na história do romance. Inicialmente, a análise enfoca a relação maternal entre Fantine e Cosette e argumenta que:

O amor e amizade, que Fantina mostra por sua filha, não é coisa tão rara, como fez sentir Victor Hugo em seu romance; e é preciso que o poeta conheça e saiba, que a mãe católica não o faz simplesmente pelo fruto de seu amor, o que mostra Fantina por sua Cosette – ela ama e muito, não pode consentir que o penhor de sua alma more longe de seus olhos, todo o tempo é pouco para acariciá-lo e apertá-lo em seus braços; o amor maternal é menos uma virtude do que um instinto, e todo aquele que foi criado e alimentado nesse fogo celeste, não poderá deixar de considerar o de Fantina, como banal, miserável e criminoso (*A Cruz*, 13/jul./1862, p. 2).

Fantine se torna um contraexemplo do ideal de uma mãe. A solução para que ela se tornasse uma boa mãe, no momento de sua história, seria simplesmente aceitar o catolicismo, pois, na visão do crítico, uma mãe jamais agiria como ela o faz. A adesão à educação cristã continua sendo apresentada aos leitores pelo crítico, pois, segundo ele:

A pobre Cosetta é indignamente tratada pelos Thénardier, [...]; os Thénardier, raça avara, pedem a Fantina o dinheiro, ela não tem – e então... oh! Então... nós não ousamos descrevê-lo... então, para salvar sua filha, Fantina, que já está entregue a um amante, Fantina se faz filha pública! Eis o escândalo dos escândalos; Victor Hugo não protesta, admira, e só faz dizer, que a sua heroína vai morrer; nós quiséramos escrever esta frase em letras maiúsculas para fazer subir o rubos às faces do autor. Que faria uma católica, uma humilde católica na triste situação de Fantine? Ela não ama sua filha; e se amasse correria com os pés descalços, com os cabelos soltos, saltaria todos os precipícios, iria nutri-la, beijá-la, arrancá-la desses abutres, e uni-laa seu coração! Victor Hugo não sabe o que é o coração de uma mãe. Fantina mergulhou-se nas ondas da prostituição para buscar o alimento para sua Cosetta. Uma Cristã, operária ou mendicante; uma Cristã mais miserável ainda que Fantina, se curvasse seus joelhos em terra, e dissesse: <<ó meu Deus, eu vos confio minha filha; ó Santa Virgem, sede sua mãe!>>ela não morreria de fome, seria imaculada, protegida e feliz. Cousa lamentável de dizer-se! Fantina será admirada, como tem sido; a cristã não o será; o riso e a blasfêmia se apresentarão. Os homens amam os postos, e não as atitudes; apreciam a comédia, e não podem sofrer a realidade sublime. (*A Cruz*, 13/jul./1862, p. 2)

A crítica não se preocupa com a realidade; naquele momento, seu foco está na transmissão de uma ideia a partir de um objetivo ideológico, que é a representação da mãe católica e da forma como ela deveria agir nas condições adversas da sua vida.

Nessa passagem, para o crítico, a única solução possível seria a fé católica, que salvaria a todos que a buscassem, em qualquer circunstância. A questão central sobre a vida de Fantine se concentra no dogma da Providência, ainda segundo ele: “Victor Hugo, por esta peripécia de seu drama, insulta muitas verdades, que são a base de toda a ordem social; insulta de novo, e mais gravemente o dogma da providência, e Fantine não crê nela, quer obrar só, e esta solidão a conduz ao *prostíbulo*” (*A Cruz*, 13/jul./1862, p. 2).

O crítico não admite que a vida seja como a representada por Victor Hugo, pois, em sua visão, Deus não permitiria que alguém passasse pelo que Fantine passou, desde que houvesse arrependimento e oração para garantir sua salvação.

Pela história de Fantine, o tema da prostituição é ressaltado, e o crítico acompanha essa discussão. Victor Hugo faz dessa condição a responsável pelo trágico fim da vida da "heroína" da obra. Após afirmar que Victor Hugo insulta o dogma da Providência, o crítico argumenta que, por causa disso, Fantine caiu na prostituição: “O prostíbulo é uma casa colocada no caminho do ateísmo, e todas as mulheres que o trilham morrem desgraçadamente. Se Fantina tivesse sido confiada à infinita Bondade, ela não morreria e sua filha seria feliz e pura” (*A Cruz*, 13/jul./1862, p. 2). Esse fim trágico é atribuído apenas à personagem, que seria a única responsável por sua própria morte.

Será possível, que Fantina e Cosette não tivessem seus anjos da guarda; que não se tornassem, por seu batismo, as filhas de Deus, as pupilas da Virgem, as verdadeiras irmãs dos Santos? Não, Fantina desprezou tudo isso – quis abraçar o crime, viver com ele, e nele morrer; revoltou-se contra Deus; não quis guardar casta sua alma e seu corpo, este corpo que é a criação de Deus o Pai, o tabernáculo de Deus o Filho, o santuário de Deus o Espírito Santo; desceu ao círculo da miséria, e por sua vontade condenou-se! Victor Hugo aqui exaltou-se, deixou sua pena correr, entregou-se aos voos de sua imaginação, e perdeu-se! (*A Cruz*, 13/jul./1862, p. 2)

Para o crítico, a escolha de Fantine foi renegar a Deus e abraçar o crime, mesmo que, em sua história, ela estivesse apenas buscando a sobrevivência.

Com o objetivo de preparar a conclusão da análise de Fantine, o crítico do jornal *A Cruz* (RJ), preocupado em tratar o romance de forma detalhada, passa a abordar o reencontro entre Javert e Jean Valjean. Após Jean Valjean se tornar *maire* de Montreuil e construir sua indústria, seu passado é esquecido e ele consegue retornar à sociedade como uma nova pessoa: o Sr. Madeleine. É nesse momento que o crítico volta a se deter nesse aspecto

A fatalidade ainda o persegue [Jean Valjean], e ei-la à sua sombra: um espião de polícia, por nome Javert, o acompanha, e folga de prazer por ter seguro o misterioso João Valjean; as suspeitas de Javert só aumentam; o castigo do condenado vai reaparecer. Victor Hugo resume a sua teoria nesta proposição: << Não há no estado atual de nossa sociedade verdadeira reabilitação, que seja possível ao condenado. >> Nós diremos ao poeta, que há uma reabilitação melhor, e da qual para conveniência de seu romance não quis falar – é a reabilitação cristã. O condenado, que torna a entrar na comunhão da igreja, é uma nobre criatura; senta-se como um filho obediente junto de seus irmãos; sua voz se mistura com a deles; Jesus-Cristo o serve no banquete sagrado, o mesmo Deus penetra sua alma, enche-a de alegria e o céu o espera. Resta a impossibilidade de uma reabilitação social; nós admitimos que certas reformas são necessárias; nós proclamamos voluntariamente, que a união dos grandes culpados com outros criminosos menos endurecidos no crime, que esta união é verdadeiramente detestável, que as almas se corrompem pela corrupção de uma só alma, como os frutos pela corrupção de um só fruto; aqui nós estamos de acordo com o autor dos *Miseráveis*. Mas sobre o desprezo que há para o condenado, nós repetimos, que é providencial; nós repetimos, que é a sanção do crime entre nós, como o inferno é a do céu, e ainda repetimos afinal, que só para o desprezo existe a indispensável virtude da caridade. (*ACruz*, 20/jul./1862, p. 1)

Para o crítico, com seu romance, Victor Hugo pretende defender uma teoria: a de que “Não há no estado atual de nossa sociedade verdadeira reabilitação, que seja possível ao condenado”. Enquanto *Os Miseráveis* retrata a perseguição incansável de Javert a Jean Valjean para provar a impossibilidade de uma verdadeira reabilitação, o crítico, por outro lado, argumenta que o que está em questão é a propaganda religiosa. Para ele, Victor Hugo não entende o que é ser católico. Isso não o impede, porém, de, em uma breve passagem, elogiar a forma como o romancista produz sua obra.

Victor Hugo não conhece a sublimidade desta virtude, não sabe o que há no coração católico. João Valjean, colocado diante do oficial de polícia Javert, sente em seu olhar os prelúdios de um novo castigo. A pobre Fantina vê Javert, que a quer prender, e ele move-se

diante dessa mãe, que chegando aos paroxismos do desespero e da raiva, reclama sua filha e a voz lhe fica presa na garganta; é um quadro solene desse drama lúgubre, como aquele onde se encontram os dois heróis da ação, o condenado e a prostituta – é um querendo consolar o outro.

Todas estas cenas são perfeitamente traçadas pelo poeta; o leitor volta a página com uma verdadeira febre – porém o espírito somente se agita e o coração não bate. (*A Cruz*, 20/jul./1862, p. 2).

Note-se como, em relação à história de Jean Valjean e de seu encontro com Javert, o crítico se propõe mais a descrever o romance do que a condená-lo, que era o objetivo central de sua análise da história de Fantine e Myriel. Ele encerra, então, sua discussão sobre a história de Fantine, com uma condenação categórica do romance:

Os miseráveis são, na força da palavra, um mau livro; está cheio de calúnias contra a igreja, contra a ordem sobrenatural e contra Jesus-Cristo. É um livro, que principia pelo panegírico de um Bispo e acaba fazendo-o um mal ministro. O povo com sua leitura se persuadirá, que há dezoito séculos a igreja não tem feito nada contra a ignorância, a prostituição e a miséria; o povo com essas ideias de Victor Hugo morderá a constituição atual da sociedade, entregar-se-á mais facilmente ao vício, e dará por escusa a fatalidade social. Confiará de menos em menos na Providência, e de mais em mais em sua própria força. (*A Cruz*, 20/jul./1862, p. 2)

A principal preocupação do crítico é que a leitura do romance de Victor Hugo pudesse ocasionar a perda da fé católica, conforme argumentado no texto. A insatisfação central é com a representação da Igreja: o crítico acusa *Os Miseráveis* de fazer uma "propaganda mentirosa", pois a Igreja, segundo ele, estava sim empenhada em combater a ignorância, a prostituição e a miséria.

Além disso, o crítico entende que a leitura de *Os Miseráveis* poderia favorecer o vício, pois o desculparia como o simples resultado da fatalidade social. Por fim, a obra ainda contribuiria para questionar a existência de uma providência divina, levando o povo a acreditar que tudo dependeria apenas de si mesmo. Esses são os pontos centrais de desacordo entre o crítico e Victor Hugo.

## COSETTE E OS MONASTÉRIOS

Após todas as edições dedicadas a Fantine e Myriel, o crítico inicia a avaliação de Cosette na edição de 27 de julho de 1862.<sup>6</sup> Naquele momento, a última publicação de *Os*

---

<sup>6</sup> Nessa edição o jornal aborda a introdução da personagem Cosette pela lembrança de Fantine, tudo que ocorreu com sua mãe até o momento que Jean Valjean se encontra com a criança na casa dos Thénardiens. Fica também evidente a frustração do crítico com as opções narrativas de Victor Hugo: “Abramos cautelosamente o terceiro volume de seu livro para ver se contemplamos a bela figura de Cosetta; porém enganamo-nos, e eis nossos desejos frustrados; em vez de representar a casa dos Thenardier em Montferméil, a cena representa... o campo de batalha de Waterloo. Nós temos toda a narração da batalha; eis cento e cinquenta páginas de estratégia! Belas páginas, outrora cheias de não sei de que poder – enfim não será inútil darmos aqui um rápido esboço.” (*A Cruz*, 27/jul./1862, p. 1). O crítico, por mais que faça sua escrita com objetivos de destruir

Miseráveis no *Jornal do Comércio* (RJ) havia sido realizada em 26 de julho, e o folhetim se encontrava na quarta parte, livro IV. Na história, Jean Valjean acabava de sair da emboscada armada pelos Thénardiens, estava ferido e Cosette cuidava de seus ferimentos. Em seguida, na continuação do romance, Cosette iria conhecer Marius, que já a perseguia há muito tempo, mas eles ainda não haviam conversado.

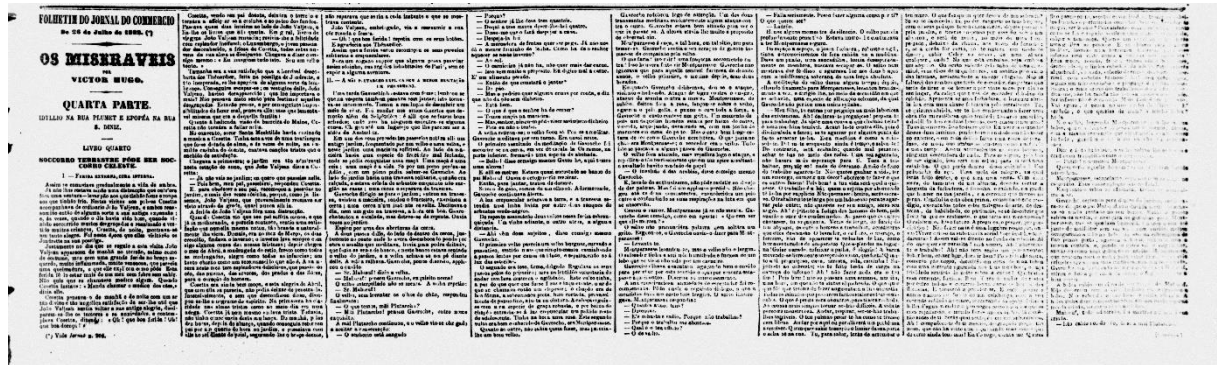


Figura 5 - Folhetim de 26 de julho de 1862

Cosette é uma personagem que sofre diversos abusos nas mãos dos Thénardiens, mas, sendo ainda uma criança, não o percebe dessa forma. Enquanto o romancista desenvolve sua história em torno da violência do mundo, Cosette surge como um ponto de escapatória. Quando Valjean está ferido, ela cuida dele; quando ele está infeliz, ela o alegra. Sua história se conclui quando, já adulta, ela se casa com o amor de sua vida, Marius. Esse casamento garante o descanso de Jean Valjean e conclui o objetivo do herói da trama. A personagem vive e convive com a miséria, inicialmente na casa dos Thénardiens e, ao final, no mundo parisiense que a cerca.

Para que a crítica sobre a construção da história de Cosette fosse feita no jornal, tornou-se necessária a retomada da personagem de Fantine. Como o objetivo aqui é realizar um texto negativo, seria necessário reviver a mãe para criticar a filha. A introdução da edição de 27 de julho demonstra bem essa necessidade:

Para falarmos nas aventuras de Cosetta, é ainda preciso tocarmos nas de Fantina. Valjean, o condenado, que empregou todos os meios para reabilitar-se aos olhos de um mundo frívolo, este miserável, a quem a fatalidade social sempre perseguiu, foi encontrar uma outra vítima do inexorável destino; é Fantina, que a sociedade abandonou desde seu berço; é a mãe de Cosetta, que conhecendo-se desprezada, antes de ter merecido o desprezo, fez de tudo para merecê-lo; perdeu-se e teve uma filha, pobre filha, que se chama Cosetta, e que desde seu

moralmente a obra de Victor Hugo, não consegue ocultar seu descontentamento com um certo atraso produzido com a narração da batalha de Waterloo. O gosto pela obra é perceptível, porém a propaganda e a crítica moral hão de falar mais alto.

nascimento a destinou a longos padecimentos! Para alimentar esta filha, Fantina vende seu corpo, desce até o último degrau da prostituição, e debate-se nos braços da miséria. Que ação heroica! Quantos não terão admirado esse valor desgraçado de Fantina! Quantos não terão abençoado sua memória, e quererão imitar os seus abomináveis impulsos maternos! Ela não amava Cosetta, tinha cedido seu coração ao crime e o afogou no vício; esses movimentos, essa ansiedade, que o poeta tão ternamente pintou, não são mais do que os remorsos, que a castigavam por ter rejeitado o penhor de suas delícias, e nessa aflição, como querendo apagar tantos delitos, caiu sem forças e perdeu-se... (*A Cruz*, 27/jul./1862, p. 1).

Para o crítico, a introdução de Cosette parte da história de Fantine. Ele, no entanto, trata com ironia os sacrifícios da mãe, descrevendo-os como uma “ação heroica!”, e caracteriza suas atitudes como resultado de uma opção pelo vício. O crítico, então, avança para o encontro de Cosette com Jean Valjean, expressando sua indignação com a demora para que as duas personagens se encontrassem.

Valjean quer salvá-la [Fantine], mas é tarde – está moribunda, e nesse momento aflitivo promete-lhe velar sobre sua querida Cosetta e arrancá-la das mãos dessa família avara, a quem a pobre mãe confiara sua filha. Desde então Valjean se entrega a essa missão tão importante e parte, como os heróis das grandes façanhas, em busca dos opressores e em defesa dos fracos; corre em socorro de Cosetta, e ainda desta vez o braço da sociedade o detêm, e de novo o precipita brutalmente na prisão. Cosetta está em poder dos Thenardier, seus algozes, e quando chegará o libertador? Victor Hugo, abusando da paciência dos leitores, retarda de propósito o feliz momento dessa redenção. (*A Cruz*, 27/jul./1862, p. 1)

O crítico conclui a transição da abordagem de Fantine para a de Cosette, que ele trata de forma mais amena. Na edição de 27 de julho, ele expressa sua opinião como leitor, mostrando-se ansioso pelo desenrolar da história para que o tão esperado encontro entre Valjean e Cosette finalmente ocorra. No entanto, o crítico aponta que Victor Hugo “retarda de propósito” esse momento com as “belas páginas” sobre a batalha de Waterloo.

Apesar de a batalha de Waterloo ser abordada na edição de 27 de julho, a opinião do crítico sobre a forma como Victor Hugo a retratou foi adiada para a edição de 3 de agosto. Nesta edição, o tema principal é o relato da batalha, momento crucial que marca a derrota de Napoleão, o Grande, para os Ingleses. Sobre ela e sua representação em *Os Miseráveis*, o crítico avalia que:

Victor Hugo consagra longas páginas para apreciação deste grande fato; faz intervir por momentos esse Deus impessoal, que propõe muitas vezes as nossas adorações; não olha para as ruínas de Waterloo, não chora sobre esse campo de batalha, onde dormem o sono da morte milhares de bravos soldados – mas sim lamenta a derrota da revolução, que a 18 de junho de 1815, descavalgou Robespierre. Se assim não sucedesse, seria preciso Abençoar Waterloo, e isto seria um mau dia para a humanidade e para a França fazendo reaparecer a imagem de Robespierre *descavalgado*. O Católico só nos parece em boa posição para julgar Waterloo, e mormente quando o Católico é Francez; – porque, depois de ter chorado sobre a pátria, (o que faz com uma nobre sinceridade), acha no campo da batalha um mais digno objeto de meditações e de lágrimas. Nestes cento e cinquenta mil homens, que se achavam divididos em dois exércitos rivais, e a todo o momento martirizados sem piedade, quantas

almas cristãs haveria? Nessas fileiras Católicas, quantos soldados Cristãos? Quantos lábios não blasfemariam e quantos olhares voltados para o céu? Este pensamento é grave, é preciso meditá-lo. Dos grandes males, Deus faz sair o bem; abaixou seus olhos de infinita misericórdia nobre a França, e a viu banhada em sangue; teve piedade dela, e deu-lhe a paz. Foi durante essa paz que a Igreja pôde trabalhar livremente, reparar seus prejuízos e reconquistar o futuro. Em duas palavras, Waterloo foi para França um castigo do passado, uma experiência do presente e uma preparação para o futuro; Deus tinha castigado a esses campeões das armas, porque suas conquistas não tinham sido Cristãs – porém nos deu a consolação pelos progressos e estabelecimentos de nossa Mãe, a Igreja. Tal é a nossos olhos, a verdadeira filosofia da história, e não podemos deixar de abençoar a Mão que consola e aquela que castiga. (*A Cruz*, 3/ago./1862, p. 1).

Essa passagem evidencia ainda mais o caráter contrarrevolucionário do crítico, para quem Victor Hugo estava "lamentando a derrota da revolução" — uma posição oposta *A Cruz* (RJ). Waterloo foi representado no jornal como um "castigo" ao povo francês, já que a Revolução Francesa, iniciada em 1789, teria feito com que ele perdesse a crença cristã. Ou seja, na perspectiva do autor do texto, a derrota em Waterloo se transforma no retorno da Igreja para o território da França.

Após a breve passagem sobre Waterloo, o crítico retorna ao enredo de *Os Miseráveis*, abordando a relação entre os Thénardiens e Cosette. A parte em que Valjean foge novamente de Toulon e consegue chegar a Cosette é mencionada rapidamente. O próprio jornal transcreve a passagem: “O libertador vai aparecer; João Valjean, o terrível, foge uma segunda vez de Toulon, e todos o creem morto” (*A Cruz*, 3/ago./1862, p. 1). O trecho é seguido introduzindo a obrigação de Valjean na busca de Cosette e por uma breve análise da relação entre os Thénardiens e a menina.

Prometera a Fantina moribunda de ser o pai adotivo de Cosetta, e se lembra de sua promessa; vai vê-la e todos os dias a visita, e silenciosamente estende a mão a Cosetta. Entra na casa dos Thenardier, e tremem com a presença deste justiceiro providencial. É durante a noite do Natal; todos os Cristãos estão de joelhos ao pé do presepe, todas as estrelas brilhavam no céu. Como libertar Cosetta? Era preciso subtraí-la dos braços terríveis dessa família; fazê-la respirar um novo ar, porque a sua alma tinha necessidade de uma outra atmosfera.

Valjean sonda o terreno – faz brilhar o ouro aos olhos ávidos e maus do Thenardier para comprar sua preza. O alberguista tem pesar por não ter exigido mais: lança-se na pesquisa do libertador e o espera – porém Valjean mostra um certo ar, que aterra ao cozinheiro: Thenardier foge falando baixo. O antigo condenado marcha direto para Paris, e vai morar com Cosetta em Saint Marceau. E morarão pacíficos nesta obscuridade? Não; a fatalidade social faz saltar suas serpentes e diz a Valjean: Marcha! Marcha! O terrível Javert, o inspetor de polícia (a quem Victor Hugo compara burlescamente a S. Miguel calcando aos pés o demônio, e que tem calcado Valjean em Montreuil) acha-se em Paris. Em vão as folhas públicas anunciam a morte de João Valjean: as suspeitas de Javert crescem com a notícia do furto de Cosetta. (*A Cruz*, 3/ago./1862, p. 1-2)

É interessante notar que ele se limita a redigir um breve resumo do capítulo, pois Cosette não é alvo de suas críticas. Ela é tratada apenas como parte da história que está sendo abordada, sendo vista como uma personagem "pura".

No número de 17 de agosto de 1862, na edição 53, o crítico de *A Cruz* (RJ) adota uma visão mais geral, sem analisar as personagens em detalhes. Nas edições seguintes, o periódico mantém um discurso completamente negativo em relação à obra e ao autor, que é caracterizado como descrente e pecador.

O jornal começa com uma introdução mais ponderada, técnica e pessoal sobre a obra que acabara de ler, expondo uma de suas muitas visões interpretativas sobre *Os Miseráveis*:

Assim termina a segunda parte dos *Miseráveis*. É incontestavelmente inferior à primeira; as descrições são menos vivamente traçadas e o estilo não tem senão os defeitos de suas qualidades; a ação ocupa muito pouco lugar e as digressões são fastidiosas e desmedidas. Duas vezes, em Cosetta, o poeta detém-se, interrompe seus personagens, sobe à tribuna e fala... durante duzentas páginas. Mas é nestas digressões, que a uns agrada, e a outros aborrece, que está o pensamento do autor; e nós devemos falar claramente, que este pensamento é aqui mais hostil ainda do que em *Fantina* às doutrinas da Igreja. (*A Cruz*, 17/ago./1862, p. 2)

Nesta introdução, o crítico conclui de forma a nos preparar para um problema que será ainda maior do que o exposto nas páginas anteriores, ao afirmar que o “pensamento aqui é mais hostil ainda do que em *Fantina* às doutrinas da Igreja”.

Victor Hugo volta a criticar a Igreja em suas páginas, ao narrar o abandono do povo na história de Cosette. Isso desagradava tanto o autor da crítica que as três edições seguintes se concentraram exclusivamente em discutir o que seria a ignorância do poeta.

É sobretudo nos capítulos *o Convento, fato histórico; o Convento, ideia abstrata; e o Convento do ponto de vista dos princípios*, que estas páginas mostram um ódio selvagem contra a verdade. É útil que nossos leitores conheçam até que excesso de linguagem este ódio pode levar-se; é necessário também que nós respondamos fortemente a tantas calúnias contra as instituições monásticas, tão caras à Igreja. Victor Hugo parte deste princípio, que o monaquismo talvez prestasse alguns serviços nos primeiros séculos, e que hoje é um anacronismo, um cancro e mesmo uma lepra. Quanto aos fatores positivos, os poetas são dispensados de citar, e Victor Hugo não os quis. Podia, entretanto, procurar facilmente os elementos de uma estatística, a qual pudesse levá-lo ao cume da calúnia; não lhe era difícil saber o número dos meninos que são hoje nutridos, vestidos e instruídos pelos Religiosos franceses; o número dos pobres que eles visitam; os enfermos que eles curam. Sim, esta estatística era impossível, e Victor Hugo é culpado e deve ter disso remorsos. Lançar tantas injúrias a quem merece tantos louvores, é certamente um espírito mau, e o poeta sentirá sua consciência punir-lhe. Eis como compreendeu em um instante a sublime beleza dos dogmas da Expiação e da Solidariedade; é ainda assim, que não se pode contemplar, sem soltar um grito de admiração, esses Religiosos, que durante doze horas se conservam na Igreja do Sacramento para repartirem o pão da graça com os fiéis. Quanto ao monaquismo em si mesmo, Victor Hugo é muito ignorante por ter apreendido o princípio, os meios e o fim.

O princípio é precisamente a expiação por si e pelos outros; os meios é a imitação mais direta, mais próxima de todas as virtudes de que Jesus Cristo nos deu exemplo; o fim é receber a recompensa do céu e orar por seus inimigos; são mártires por amor de seu Mestre, e quando não é pelo ferro, é pela pena, e é desta forma, que Victor Hugo calunia a esses Religiosos, e falha em ser perseguidor da Religião Católica (*A Cruz*, 17/ago./1862, p. 2).

Victor Hugo apresenta duas facetas da Igreja em seu romance, e ambas são malvistas pelo crítico do jornal. Por um lado, o autor de *Os Miseráveis* idealiza o clero perfeito na figura de seu bispo, que salva a vida da personagem mais preciosa de sua obra – Jean Valjean. Por outro lado, ele expõe os erros e a invisibilidade do povo para esse clero. A primeira visão é considerada excessivamente idealizada e pouco verossímil, já que o bispo não segue rigorosamente os dogmas de sua religião; a segunda é vista como ultrajante, pois a culpa pela miséria do povo é atribuída exclusivamente a eles por não buscarem a salvação através da fé. Ambos os casos são interpretados como evidências de desconhecimento e heresia por parte do poeta.

Nesta mesma edição, o jornal transcreve a frase de Victor Hugo: “Os mosteiros são centros de preguiça, e é preciso torná-los centros de trabalho” (*A Cruz*, 17/ago./1862, p. 2). Victor Hugo era religioso; o problema para ele, nessa passagem, não se referia à questão cristã. No entanto, para o crítico, ficou claro que o romancista cometeu um grande pecado ao direcionar sua crítica diretamente à instituição, algo que ele continua a abordar na edição de 24 de agosto de 1862, cujo objetivo principal é defender a necessidade do que Victor Hugo chamou de “centro de preguiça”.

Na verdade, a Itália foi a luz, e a Espanha o esplendor dos séculos; porém, durante esses séculos, a Itália e a Espanha *tinham mais Monges do que em nossos dias*; a Espanha era a senhora dos destinos da Europa e do mundo nos séculos XVI, e parte do XVII: seu povo era forte, belicoso e certamente digno do Império; nunca ela teve mais conventos do que nesses séculos, e o tempo de sua vasta dominação foi aquele em que o monaquismo floresceu em seu seio. Se o poeta remontasse mais altamente a esses séculos, havia de ver, que esses Monges contribuíram, tornando-se religiosos em soldados, para a defesa da Espanha, e para prova apresentamos os testemunhos das ordens de Calatrava, de S. Thiago e de Alcântara. Victor Hugo deve-as conhecer, e essas palavras já lhe forneceram mui belas rimas! E a Itália? No século XIII, a sua marinha era poderosa e se podia comparar com a da Inglaterra contemporânea, e era nessa época, que a lepra monacal a perseguia! No século XVI, Roma e Itália dominaram pela arte o mundo inteiro; a maior parte dos artistas saíram dos claustros, quase todos eram recebidos e trabalhavam; o país estava coberto de Monges. E quem vos disse, sábio anatomista, que a Espanha e a Itália são hoje um esqueleto? Sim, o que as tem tornado em esqueleto é a lepra revolucionária, e ela é quem as há de matar. (*A Cruz*, 24/ago./1862, p. 2)

Nesta introdução, o crítico defendeu os monastérios e a necessidade dos monges, que, segundo ele, foram os responsáveis por lutar pela Espanha e Itália e pela grandeza desses países durante os séculos XVI e XVII. Além disso, fez um breve ataque aos revolucionários,

afirmando que a revolução, tão defendida por Victor Hugo, transformou a Espanha e a Itália em “esqueletos” do que haviam sido. Para sustentar essa argumentação, ele continua

*Os mosteiros são centros de preguiça, e é preciso torná-los centros de trabalho. É mister uma grande audácia para ousar escrever e assignar tais linhas; centros de preguiça! Será o convento dos Beneditinos? Victor Hugo é um ingrato; não será capaz de nomear-nos o século onde os mosteiros Beneditinos foram centros de preguiça – e por que razão deixou de citar a congregação de S. Mauro e a de S. Vames? Aparecei, ilustres preguiçosos, aparecei Mabillon, Dacheri, Durand, Martene, Pez, Bouquet, Calmet e Ceillier -; aparecei, que nesta época é que o poeta quer falar de vossas instituições! Centros de preguiça! Serão os conventos dos Franciscanos ou dos Dominicanos? Os Franciscanos que evangelizaram o mundo, que nos mostram Duns Scot, Alexandre de Halés, S. Boaventura, Raymundo, S. Bernardino de Senna – preguiçosos! Preguiçosos! Os Dominicanos que têm Alberto o Grande, Vicente de Beauvais, S. Thomaz de Aquino, S. Pio V – preguiçosos! Mil vezes preguiçosos! Esses Religiosos, que ainda hoje pregam, ensinam e escrevem – preguiçosos! Victor Hugo é injusto, é mau. (...). O poeta não quer que a oração seja um trabalho – mas elesoram tanto por vós! Centros de preguiça! Nós desafiamos a Victor Hugo para nos indicar em França um só Monge, que passe um dia sem trabalhar, sem empregar os meios para a salvação de seus irmãos! (A Cruz, 24/ago./1862, p. 2).*

Victor Hugo trouxe uma grande crítica ao clero, e isso fez com que *A Cruz* (RJ) se esquecesse, por um breve momento, de *Os Miseráveis*, e o debate se transformou em uma proteção argumentativa da Igreja e dos monastérios. Essa visão de questionamento das afirmações de Victor Hugo continua no número seguinte do jornal. Ao começar a “*Análise dos Miseráveis do Sr. Victor Hugo*”, o crítico introduz novamente uma frase do romancista em seu livro: “*A prosperidade dos Conventos causa sempre a pobreza do país*” (*A Cruz*, 31/ago./1862, p. 2). Continuando na mesma linha de debate das ideias de Victor Hugo, a crítica conclui que:

Depois de ter pronunciado e escrito vinte páginas de incentivos contra os Religiosos, de ter proferido tantas calúnias contra essas santas instituições, o poeta conclui pedindo a liberdade de associação para esses entes, que tão injustamente chama de flagelo! Vossos amigos serão mais lógicos do que vós, aquilo que tendes caluniado, eles destruirão. [...] Victor Hugo nos lembra o amor dos fracos, e ninguém desconhecerá que o seu livro é um sermão de caridade pregado pelo ódio; a palavra é feliz, porém não admitimos se não a segunda proposição. Os Miseráveis não são um sermão de caridade, são um romance mal e perigoso e só trata, como uma obra das trevas, de parodiar a obra da luz. [...] Amamos a verdade, mas não odiamos a Victor Hugo, e só desejamos vivamente, que abra os olhos e veja a luz do Evangelho. E se em vez de saudá-la a injúria – nós defenderemos a luz que por si é sublime, divina e obra de Deus. (*A Cruz*, 31/ago./1862, p. 2).

Victor Hugo cria um romance que reflete suas ideias, destacando os problemas da sociedade no início do século XIX. Enquanto o romancista faz isso de forma artística e por meio de sua história, o crítico do jornal confronta essa visão, interpretando *Os Miseráveis* como uma obra errônea e inaceitável para aquele momento.

O crítico vê a ideologia do jornal como a verdade absoluta. Em contrapartida, ele acusa Victor Hugo de reformular a realidade de maneira enganosa para os leitores, propagando irrealidades sobre o clero. Essa postura o torna, aos olhos do crítico, um “filosofista” que cria intrigas entre os miseráveis e os ricos.

A interpretação em *A Cruz* (RJ) se aproxima de um dos pontos focais do romance, ao reconhecer a crítica social presente na obra. No entanto, o crítico, em meio ao caráter doutrinário do jornal, se distancia desse ponto e projeta o texto na perspectiva do dogmatismo, o que afasta a análise social de *Os Miseráveis*:

Neste drama lúgubre três tipos se apresentarão aos nossos olhos, três tipos se gravarão em nossa memória, três tipos de *miseráveis*, como se fosse desenhado pela mão poderosa de Callot, que não treme: Fantina, Valjean, Thénardier. Eis a prostituição, a ignorância, o pauperismo e a miséria. (*A Cruz*, 14/set./1862, p. 2)

A visão do crítico faz sentido, pois ele traduz as personagens de forma coerente com sua própria ideologia. Enquanto Victor Hugo acusava a sociedade pela miséria, o crítico, pouco depois, retomou a ideia de que a culpa pela miséria recai sobre o próprio indivíduo.

Victor Hugo reservou esse tríplice escândalo para a revolução extingui-lo, e não admite que seus heróis sejam acusados. Fantina não é culpada da miséria que a cobre, Valjean dos crimes que tem cometido, e nem Thénardier do cinismo dos seus vícios. Há somente um culpado que o poeta assinala com seu dedo maligno à vingança de seus leitores populares; este culpado, é a sociedade. Todo o livro se resume nesta proposição, que um ilustre crítico francês formulou: <<a irresponsabilidade individual, e a solidariedade social.>> (*A Cruz*, 14/set./1862, p. 2)

O crítico, apesar de compreender o enredo do livro, diverge de Victor Hugo nos seus objetivos e na sua visão de mundo, que estão ancorados no dogmatismo religioso. O problema está, portanto, na forma de encarar a solução para a miséria: o romancista a aborda como uma questão social e de abandono, enquanto o crítico a enxerga como uma falta de fé e a perda da moral nos tempos atuais. Por essa diferença de perspectiva, Victor Hugo é considerado um “mau” escritor e é acusado de “herege”. No texto do jornal, fica também evidente a função educativa de *A Cruz* (RJ), o que leva a um enfoque tão específico em certas personagens da obra: Myriel e Fantine, o bispo e a mãe que abandona sua filha; e Javert como a maior personagem de sua obra — aspecto que será abordado mais adiante nas páginas do jornal.

Essa problemática em relação a Victor Hugo não se aplica apenas a *Os Miseráveis*; ela ajuda a explicar seu grande sucesso, assim como a entender, do ponto de vista de *A Cruz* (RJ), as poucas críticas negativas que os jornais fizeram sobre o trabalho do grande poeta do século XIX. “Tal é a doutrina deste romance, que tem produzido tanto movimento, que se tem

anunciado com tanto estrondo; doutrina que atesta a decadência do século, onde torna-se necessário demonstrar o absurdo” (*A Cruz*, 14set./1862, p. 2).

Assim, o jornal assume a missão de contrabalancear as ideias predominantes do século e destacar a visão conservadora que defende. Afinal, afirma ele, caso não o fizesse, restariam apenas visões que concordassem com Victor Hugo e com aqueles que leram e se apaixonaram pelo romance. O crítico, por essa perspectiva, tenta trazer a própria reação do leitor para o seu texto.

Fantina, nascida não sei de que amor infame, não achou sobre a terra algum apoio para a sua inocência; não quis o seio da Santa Igreja, e abraçou um libertino que a desonrou. Teve uma filha; para sustentá-la desce com os olhos fechados até os abismos da prostituição, e morre no momento em que Valjean ia salvá-la desse lodo. << Ó sociedade, quanto eu te odeio!>> Nos dirá ansiosamente o leitor.

Valjean furtou um pão para matar a fome de pobres criancinhas extenuadas e moribundas. A sociedade lhe brada << á calceta, á calceta, este infame! >> Depois de vinte anos sai tão culpado e corrompido, como se tivesse entrado inocente, e coloca-se face a face com o espantoso problema de sua reabilitação. Nobremente movido pela vista de um Santo Padre constrói penosamente o edifício desta reabilitação impossível. O braço brutal de um agente de polícia o persegue: quer salvar Fantina, e naufraga nesta admirável empresa; a sociedade lhe fecha o caminho, e lhe diz: alto – quem és, condenado?! Quer salvar a pobre Cosetta, que está martirizada pelos Thenardiers, e a sociedade se opõe ainda; oculta-se sob vinte nomes, sob vinte costumes diferentes, e por fim refugia-se com a menina no fundo de um desses conventos que Victor Hugo tão perfidamente caluniou. << Ó sociedade, eu te aborreço! >> Dirá o leitor que começa armar-se.

Os Thenardiers, enfim, a quem Fantina tinha confiado sua filha e foram os algozes desta órfã; os Thenardier, que viviam do assassinato e da rapina – também poderiam dizer e lançar sobre a sociedade a infâmia de que estavam cercados! Poderiam dizer ainda: <<Ó sociedade maldita, se não fossem as tuas instruções certamente que não seríamos o que somos! >>[...] (*A Cruz*, 14/set./1862, p. 2).

O crítico explicita uma das formas como ele imagina que os leitores receberiam as situações criadas por Victor Hugo em *Os Miseráveis*. Esse momento fica claro na conclusão sobre os personagens, quando ele afirma que os leitores pensarão: “Ó sociedade, quanto eu te odeio!”, “Ó sociedade, eu te aborreço!” e “Ó sociedade maldita, se não fossem as tuas instruções certamente que não seríamos o que somos!”. Aqui é visto claramente o leitor idealizado, o leitor implícito para ele. Na visão de *A Cruz* (RJ), Victor Hugo idealizava essas reações em seus leitores, mas, por outro lado, a exposição desses termos, é um ponto mais do crítico do que realmente da obra.

Esta forma de pensar do crítico é o que desencadeia a maior parte de seu texto, ou seja, pensar sobre a fatalidade social que Victor Hugo tanto expõe em seu romance. O texto de *A Cruz* (RJ) idealiza o leitor e tenta prever os resultados do romance, por meio da sua crítica ele tenta questionar as conclusões que o romance poderia suscitar.

O crítico reconhece que Victor Hugo utiliza a fatalidade social como a principal argumentação da obra. Para o autor, o desafio é fazer com que o leitor perceba essa fatalidade e reaja a ela. A argumentação do crítico, no entanto, se centra nesse problema, considerando que a busca pela revolução em *Os Miseráveis* é o maior crime de Victor Hugo.

O jornal afirma que a obra faria com que a "indignação do leitor [subisse] a seu cúmulo diante desses horrores, que são devidos à fatalidade social, e mais de um quererá energicamente afugentar esta sociedade, que é causa de nossos crimes!" (*A Cruz*, 14/set./1862, p. 2).

Esse problema retorna ao contexto religioso, visto que, se a sociedade passasse a buscar os problemas em si mesma, a bondade de Deus poderia ser questionada. O crítico tentará sustentar a existência da bondade divina por meio do texto à fatalidade social apresentado. Em sua visão, Deus permitiu a queda da sociedade francesa após o século XVIII devido à Revolução Francesa, que depôs os reis e decapitou os nobres.

Estes *reproches* dirigidos tão fortemente à sociedade, dirão, é a Deus que devem subir, é a Deus que subirão com efeito, porque deixou uma sociedade que engendra sem cessar e necessariamente a prostituição, a ignorância e a miséria, todos os vícios, erros e crimes. Admiramo-nos que Deus esperasse 1789 ou 1793 para ocupar-se da questão do pauperismo. Se o poeta dissesse verdadeiramente – eu nego a Providência – nós não veríamos durante seis mil anos senão um algoz ocupado de fazer cair todos os homens em todas as dores, e em todas as vergonhas. O ateu só pode compreender e amar o livro de Victor Hugo! (*A Cruz*, 14/set./1862, p. 2)

Deus permitiu a miséria porque a Revolução demonstrou o pior lado da sociedade. Essa é a argumentação principal da coluna, que vê a Revolução como um “câncer”. Portanto, é preciso buscar a fé e o perdão para restaurar a sociedade e retornar a um estado em que Deus não permitiria mais o mal. A perda da moral e a falta de fé são consideradas resultados dos crimes cometidos pela sociedade.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> O crítico ainda diz: “Mas se Deus se dignasse elevar sua voz para confundir tantos sofismas acumulados contra a sociedade, e contra ele, este grande Deus poderia dizer: << Depois de seis mil anos, eu estou constantemente voltado para a humanidade; ocupado em conduzir almas para a eterna beatitude; em combater o livre arbítrio do homem, que tem dado à luz a ignorância, a prostituição e a miséria. Contra a ignorância, eu fundei uma Cadeira de infalibilidade – a Igreja; contra a prostituição, eu criei com minhas mãos a Virgem Imaculada, modelo de todas as castidades e mãe de milhões de Virgens; contra a miséria, eu enviei meu Filho à terra; fez-se um homem de dores, de sacrifícios, e mais pobre que todos os homens. O mundo o recebeu, o viu e o tocou; fez-se amar de um amor santo, e sofreu todas as calamidades. Não entendi o que você quis dizer com essa frase que destaquei. Eis resolvida a questão do pauperismo, sem revolução, sem barricadas, sem lançar entre os homens o ódio e a inveja, dando a paz na miséria e alegria nas almas!” (*A Cruz*, 14/set./1862, p. 2)

## Marius e a Sociedade do ABC

Neste momento, o folhetim de *Os Miseráveis* se encontrava próximo do fim, na quinta parte, livro III. João Valjean havia acabado de entrar nos esgotos e estava carregando Marius de volta para casa. Ressalta-se que a análise da história do romance pelo *A Cruz* (RJ) sempre estava atrasada em relação à história publicada no folhetim.

O assunto do crítico muda na edição de 21 de setembro de 1862. Ele começa a tratar da parte de Marius e introduz a figura de Mr. Gillenormand, avô do personagem, que aparece no final da trama. Ele é retratado como um nobre, com pouca riqueza, e não é um miserável. Sua história é significativa porque, devido às suas disputas com Marius, seu neto acaba deixando sua casa e se junta aos miseráveis, conhecendo Cosette, a sociedade do ABC, a revolução e se aprofundando em questões políticas. Gillenormand é um representante da velha política francesa, e Victor Hugo o retrata com um olhar retrógrado. Após diversas disputas com Marius, ele só se reencontra com seu neto no final do livro, depois de quase perdê-lo nas barricadas da revolução. Ao perceber que poderia perder a pessoa que mais ama, Gillenormand procura resolver as diferenças com o neto, e os dois voltam a morar juntos. No entanto, para o crítico:

Eis novos personagens: o drama se estende. Mr. Gillenormand é a figura da antiga sociedade francesa (depois de Victor Hugo); o antigo regime não teve um representante que lhe fizesse honra, e Gillenormand é um burguês mais concubinário do que realista, mais corrompido do que conservador, é difícil apresentar-se as exagerações de seu realismo estúpido, e o autor dos *Miseráveis* o faz representante de uma sociedade, que é o flagelo e a vergonha do mundo. (*A Cruz*, 21/set./1862, p. 2)

As brigas entre Gillenormand e seu neto ocorrem após a morte do pai de Marius, que o avô sempre mantivera afastado. Quando Marius descobre que seu pai era um soldado bonapartista e que havia sido proibido de ter contato com ele, revolta-se profundamente. Essa revelação provoca um rompimento definitivo de suas relações com o avô, que até então lhe havia ocultado a verdade.

Porém, antes de tratar da relação de Gillenormand e Marius, o crítico faz comentários muito interessantes a respeito de Luís XIV e Luís XV, por meio dos quais evidencia um dos objetivos de seus textos:

Não desconhecemos os comparsas de Luiz XIV, e nem ignoramos as infâncias da regência de Luiz XV. Esses escândalos deixaram traços deploráveis nos costumes do século passado, e sabemos tudo o que a filosofia dessa época mostrou em sua doutrina de trevas e de vícios; as calamidades horríveis, que aplicava ao pobre e o torturava cruelmente; sentimos que sejamos obrigados a fazer tantas digressões, como ele fez em seu drama, esse livro

*pernicioso e imoral; mas é preciso que em face de cada uma de suas teorias anticristãs, nós defendamos a teoria cristã; a cada ataque, uma resposta. (A Cruz, 21/set./1862, p. 2)*

O crítico define o livro, mais uma vez, como “pernicioso e imoral”. Ele declara que seu objetivo é tratar cada ataque de Victor Hugo e respondê-los à sua maneira, para impedir que a teoria “anticristã” do romancista seja propagada sem uma resposta “cristã” à altura. Nessa passagem, ele apresenta sua teoria principal: defender a fé cristã, com uma resposta a cada ataque.

Após justificar sua interpretação, o crítico retoma a história de Gillenormand na seção seguinte da edição. Ele constrói a figura de Gillenormand a partir da seguinte citação: “este depravado, este Lovelace é velho: tem um neto chamado Mario, que vai tornar-se o personagem mais importante de toda esta máquina dramática” (*A Cruz, 21/set./1862, p. 2*). Marius se torna o foco central da narrativa, tanto no romance de Victor Hugo quanto na análise do crítico. O jornal o descreve como: “filho do barão de Pontmercy que se distinguiu gloriosamente nas campanhas do Império; tem mais cicatrizes do que não tem Gillenormand de senhorias” (*A Cruz, 21/set./1862*). Este jovem revolucionário, criado na nobreza e apaixonado por Cosette, é inicialmente apresentado como alguém que ainda não havia experimentado a verdadeira miséria. Seu primeiro contato com a dura realidade ocorre por meio de seus vizinhos, os Thénardiens. A partir desse momento, com a morte de seu pai e a transição em sua vida, Marius se transforma em um fervoroso revolucionário, começando a participar de reuniões políticas e a construir suas amizades nesse ambiente.

No entanto, ao final do livro, Marius se afasta da revolução e é salvo da morte por dois fatores principais. O primeiro é a sua paixão por Cosette, que o distancia das reuniões revolucionárias. O segundo é Jean Valjean, que o resgata nos esgotos de Paris e o entrega a seu avô, salvando-o dos ferimentos graves que sofrera nas barricadas.

A argumentação sobre a revolução é bem desenvolvida no jornal. O crítico levanta-se fortemente contra a perspectiva revolucionária, especialmente aquelas que resultam na morte de tantos cristãos e no fim das monarquias. Em um dos momentos no debate da revolução, o crítico admite, em certa medida, a compreensão do romancista:

*Nós aceitamos, em uma certa medida, a definição que Victor Hugo nos dá da Revolução, é verdade que a Revolução não tem sido senão uma reivindicação de direito; porém, nós definiremos voluntariamente: << a doutrina armada que põe o direito acima do dever >>. (A Cruz, 21/set./1862, p. 2)*

E conclui:

Sim a Revolução não tem pregado senão o direito, sempre o direito, por toda a parte o direito. Entre todos os povos que ela tem subjugado militarmente, tem espalhado a noção do direito; desde que ela apareceu, todos os fracos, todos os pequenos, têm o direito de ter todos os direitos; o protestantismo quis o direito do livre exame; a filosofia do século XVIII, os direitos da razão; 1789, todos os direitos cívicos, e hoje Victor Hugo reclama todos os direitos sociais. [...]

E o poeta não sabe, que quem proclama um só direito reclama necessariamente outros direitos! Nós exprimiremos nossas ideias em expressões de uma evidente clareza, e diremos: quando se começa por pregar ao homem seus direitos em lugar de seus deveres, não se chega a observar-lhe seus deveres, nem a conquistar-lhe seus verdadeiros direitos; porém quando se começa por pregar-lhe seus deveres, ele conquista seus legítimos direitos: é a história quem nos clama, é verdade! (*A Cruz*, 21/set./1862, p. 2).

Enquanto, para Victor Hugo, os direitos são conquistados por meio da luta revolucionária, para o crítico do jornal, os direitos são o resultado do cumprimento dos deveres. A libertação do problema social ocorreria após o cumprimento de nossos deveres e a organização da sociedade; assim, os direitos surgiriam naturalmente.<sup>8</sup>

Marius está imerso em toda essa perspectiva revolucionária da obra. Ele é a personagem que participa de forma explícita das organizações políticas — a Sociedade do ABC — e atua nelas, como nas barricadas. Marius representa o republicanismo insurgente, o revolucionário, a luta pela qualidade mínima de vida e o respeito aos direitos. No entanto, ele não se limita a esse aspecto. A personagem, apaixonada por Cosette, também surge como um desfecho para o livro, sendo essencial para consolidar o fim de Jean Valjean e evidenciar o surgimento de novos intelectuais que pregam a república, como seus amigos que aparecem ao longo da obra. O desfecho libertador é possibilitado pela morte de Jean Valjean, que ocorre quando sua história já não é mais necessária, pois Cosette está bem cuidada e em boas mãos. Marius é quem possibilita esse desfecho.

Marius encontra no movimento revolucionário seus amigos e, ao conhecer a miséria, descobre a verdade do mundo que assola sua existência. Para combater esse mundo que abandonou seu povo, ele se aproxima da sociedade do ABC, retratada como representante dessa população após a era Napoleônica. Essa sociedade lutava pela retomada dos direitos garantidos ao final da Revolução Francesa, direitos sociais e relativos à república francesa, que haviam sido perdidos após a era napoleônica e a volta da família real ao poder. Marius e

---

<sup>8</sup> Fora um pouco do debate do livro, a visão particular do autor mostra mais claramente qual é o problema de se exigirem direitos, pois, segundo ele, “Quem prega o direito perde o homem; esquece-se que fala a homens, e que o homem é um ser que tem sede de todos os direitos legítimos ou ilegítimos; eis o grande erro da Revolução! Deu à humanidade uma sede inextinguível de direito, de gozo e de bem-estar; uma sede, que não achará neste mundo fontes para apaziguá-la, ela banuiu a ideia do dever em proveito da do direito, começou o seu edifício pelo alto. Victor Hugo sabe que quem edifica sem o dever, é trabalhar em vão, pois o dever é Deus: [...]” (*A Cruz*, 21/set./1862, p. 2). A defesa do autor pelo dever é, pois, o dever representante de Deus, aquele que salva e liberta.

seus amigos se aprofundam como revolucionários por meio de seus encontros. No entanto, o movimento é visto como ultrajante pelo crítico do jornal, como já foi explicitado anteriormente. Ele afirma que

Victor Hugo apresentou o quadro das sociedades secretas, e como ninguém as incrimina, seu silêncio parece uma aprovação; porém, nós protestamos contra esta ausência de protestação. A verdade ama o grande dia, e por isso é que marca a inutilidade, o perigo, e a imoralidade das sociedades secretas; um católico não entrará jamais nessas sociedades; servir-se-á livremente da palavra para falar contra o erro ou contra a força das protestações generosas e desarmadas; escreverá o que pensa; lerá seus escritos e não temerá publicá-los. Terá horror às trevas; é o filho da Luz e tem por ela um amor filial, e se alguém se persuade que os primeiros cristãos formavam uma sociedade secreta, nós diremos que é uma falsidade; se ocultavam-se era para não afrontarem inutilmente o martírio que sabiam tão magnificamente sofrer; sua vida era toda pública e também o era sua doutrina – por consequência na Igreja não há nada de trevas e oculto; o grande dia, a Luz é o seu lugar (*A cruz*, 28/set./1862, p. 2-3).

Sob a perspectiva cristã defendida pelo jornal, o crítico argumenta que organizações como a Sociedade do ABC, ou até mesmo religiões "nas trevas", devem ser condenadas, enquanto as sociedades e religiões que operam "à luz" são exaltadas. A proposta do jornal visa criar temor nos leitores, alertando-os sobre o caráter anticatólico de Victor Hugo e sua defesa da revolução. O jornal já vinha criticando essa defesa desde o início, evidenciando o caráter repetitivo da crítica.

Mario começa a perder-se no meio desses heróis misteriosos das sociedades secretas, onde se trabalha para a revolução, e se vê a desordem assolar as cidades; é daí que nascem os maus jornais, e Victor Hugo lança em cena uma mocidade revolucionária, parte panteísta, e outra de ateus. Em seu pórtico está escrito: *bem-estar universal*. Esta palavra não é cristã; mas sim, como nós temos em nosso pórtico – *Sacrifício*, tal é nosso meio, *Beatitude*, tal é nosso fim! Deus arranca Mario destas trevas, odiosas e cheias de sofistas, e o coloca no caminho da verdade; lhe envia um amor puro, está salvo (*A cruz*, 28/set./1862, p. 3).

Tudo o que contradiz a ideologia católica é tratado como a pior ofensa: o ateísmo. Os revolucionários são considerados ateus por não promoverem o sacrifício e o bem universal. Fantine e Myriel são usados para ilustrar o fatalismo social do romancista, o que o rotula como ateu. Além disso, Victor Hugo é visto como ateu devido à sua crítica aos mosteiros e à Igreja, algo que o jornal considera um ataque à fé e à moral cristã.

A volta de Marius à realidade e ao cristianismo é simbolizada por seu afastamento da Sociedade do ABC. Esse processo é mediado por Cosette; o amor que ele sente por ela o faz esquecer sua luta revolucionária. O crítico trata esse amor de maneira positiva, considerando-o uma força purificadora na vida de Marius. Para ele, Victor Hugo apresenta esse momento de forma idealizada, afastando o "mal revolucionário" e devolvendo Marius à moral e à ordem cristã.

Em um passeio de Luxemburgo, todos os dias, à mesma hora, e no mesmo banco vinha sentar-se uma jovem acompanhada de um velho; este era João Valjean, e aquela era Cosetta, que acabava de sair do convento. Mario a vê e a ama; nada mais delicado, encantador e virginal do que este amor. Aqui o *livro* é de uma frescura deliciosa, é uma primavera.

O poeta que nos fez passear por um mundo medonho, por entre os ódios políticos e sociais, torna-se agora um jovem, quando descreve o amor de Mario e de Cosetta. Estas páginas são a melhor pintura que nós conhecemos do amor cristão; passa-se um junto do outro, apenas olham-se, e respeitam-se mais do que se amam; toda a afeição da alma, todo o volver de seus olhos se concentra pudicamente sobre o caro semblante da virgem. Sim, todas essas páginas são verdadeiramente cristãs; porém, não penseis que o autor as professe; diante de todas essas coisas, que a Igreja tem feito neste mundo, passa orgulhosamente sem saudá-las, e parece que nunca pronunciou a palavra Igreja. Na realidade o amor de Mario e de Cosetta, não era possível antes de Jesus Cristo, da Virgem Maria e da noite do *Gloria in excelsis*; nunca uma pagã e um pagão da Grécia ou Roma amaram como esta jovem que acaba de sair do convento, como este jovem que há muito tempo é cristão, e que ainda o ignora.

O autor dos *Miseráveis* bem o conhece; não quis falar na Igreja para não desagradar aos seus leitores, e não comprometer-se. (*A Cruz*, 28/set./1862, p. 3)

A visão favorável do jornal sobre o romance de Victor Hugo se manifesta nessa paixão cristã e pura, que se mantém afastada do mundo caótico que envolve a história de *Os Miseráveis*. No entanto, o periódico só permite essa leitura favorável quando ignora a crítica de Victor Hugo à sociedade decadente. Por fim, o jornal conclui sua análise com uma crítica negativa ao romancista, já que, em sua visão, a obra de Hugo não pode ser alvo de elogios exclusivamente positivos.

A edição de 5 de outubro de 1862 também contém um longo texto sobre *Os Miseráveis*. Nesse texto, o crítico apresenta sua visão da história do romance, resumindo os acontecimentos para, em seguida, retomar a crítica negativa anteriormente proposta.

Ao voltar a abordar a parte revolucionária e os problemas sociais, agora na edição de 12 de outubro de 1862, o crítico finaliza a primeira parte de seu texto em um tom incoerente com tudo que havia pregado até aquele momento. Para iniciar a quarta parte do romance, ele diz: “Passemos à quarta parte desse encantado, e célebre romance, que tem feito numerosos leitores embriagarem-se no perfume de suas doutrinas, e que é uma obra extraordinária em seu gênero; continuemos nossa missão” (*A Cruz*, 12/out./1862, p. 1). Existem vários momentos em que o crítico trata com ironia certos aspectos, e este pode ser um deles. No entanto, é notável sua qualificação do romance como “obra extraordinária em seu gênero”. De todo modo, há uma missão em sua crítica que não se perde. Assim, o crítico retoma seus ataques ao romancista, destacando seus erros e falhas ideológicas ao longo de todo o romance.

O crítico volta a esses ataques a Victor Hugo em uma argumentação sobre as sociedades secretas e os problemas revolucionários que assolavam a Europa da época.

Enquanto os altos muros de Petit-Picpus abrigavam a infância de Cosetta, e a velhice de Valjean – Paris estava silencioso. Era nos últimos anos do reinado de Carlos X; as sociedades secretas faziam progressos admiráveis; uma conspiração surda ameaçava toda a autoridade da Europa; o carbonarismo Italiano formulava já o programa, que temos visto executar; a Aristocracia perseguia particularmente a Igreja Católica, e ensaiava-se para corromper a mocidade; debaixo de cada trono trabalhavam misteriosos agentes para formarem minas que comunicassem com todos – verdadeiras catacumbas revolucionárias, onde se ocultavam a revolta em vez da obediência, a inveja e o ódio em lugar do amor; algozes e não mártires. Em França, todo o povo cantava os *versos* liberais de Beranger; as edições de Voltaire se consumiam, e a *Pucella* tinha editores. Os Bourbons eram gigantes – havia necessidade de fazê-los desaparecer (*A Cruz*, 12/out./1862, p. 1).

Mas, em contrapartida, Victor Hugo

regozijava-se da revolução, que enviou o velho Rei para o desterro; alegre-se, e sua alegria é má, e tem a audácia de pretender que Carlos X não foi *digno* de sua desgraça, este insulto é escandaloso. O autor dos *Miseráveis* é duro para com a Restauração, e indulgente para com o Governo de *Julho*; contesta com uma alegria disfarçada os esforços perigosos das sociedades secretas para favorecer <<a melhor das repúblicas >>, como aquela que foi proclamada por Lafayette.[...]

Para honra da humanidade e da França podemos afirmar que o poeta excedeu-se nos arroubos de sua imaginação; nos recusamos a dar fé a tantas crueldades sem causa, a tanto fanatismo sem fim. Por este capítulo dos *Miseráveis* nós vemos que essas sociedades têm sede e fome de sangue. *A Sociedade dos Direitos do Homem*, diz o autor, dando às suas sessões nomes significativos, tais como estes: Robespierre, 21 de janeiro – não se incomoda o tigre popular. Todos os obreiros se armam; distribui-se 30,000 cartuchos; a espoleta bate por toda parte, e os sangues humano, Francez e Cristão vão correr em ondas; ordena-se, que precipite-se sobretudo; e o escritor, o poeta, se fará o historiógrafo complacente desses grandes crimes sociais. Nós desenvolveremos esse magnífico quadro, e mostraremos os perigosos sofismas do autor dos *Miseráveis*. (*A Cruz*, 12/out./1862, p. 1-2)

A obra *Os Miseráveis* não apenas revela a miséria do povo, mas também as armas que eles utilizam contra a opressão. Victor Hugo faz isso criando personagens que, mesmo vivendo à margem da sociedade, conseguem superar seu passado e alcançar uma nova vida. Ao mesmo tempo, ele introduz os revolucionários — intelectuais e/ou miseráveis — que lutam pela mudança.

A divergência argumentativa surge nesse ponto: enquanto para Victor Hugo a luta é vista como a salvação de um povo em busca de liberdade diante da opressão social, o crítico apresenta uma perspectiva diferente. Para ele, a verdadeira luta por mudança reside na fé, e a luta armada é apenas uma forma de massacre irracional que resulta no assassinato de inocentes de ambos os lados.

Em 16 de outubro de 1862, o *Jornal do Comércio* (RJ) publicou o último capítulo em folhetim de *Os Miseráveis*. A partir deste momento, os leitores que acompanhavam o folhetim já haviam lido todo o romance de Victor Hugo, mas a crítica em *A Cruz* (RJ) continuou até 30 de novembro de 1862.

Apesar do desacordo ideológico central, as passagens que descrevem o romance de Marius e Cosette são transcritas por meio de citações em poucas edições. Nessas partes, o crítico enaltece a genialidade literária de Victor Hugo, pois a pureza da história de amor se alinha à visão de mundo do crítico.

Mario procura em vão a bela Cosetta em todo Pariz; concentra-se na solidão, nas trevas e nas lágrimas; a política não pode consolá-lo; todos os sofistas do ABC só fazem correr sangue e não estancam as lágrimas; Cosetta floresce na rua Plumet, em uma casa cercada de um jardim inculto; Victor Hugo nos descreve esse jardim admiravelmente; é um quadro de flores pintado por Rubens – que vivacidades de cores! Que castidade deliciosa no retrato de Cosetta, que é a mais encantadora de todas as flores do jardim! O poeta, por desgraça, não tardou em retocar este retrato, e os ademanos vão perdê-la. [...]. Cosetta entra no mundo, e ela guarda este caro tesouro. Ai! Valjean, que tinha se tornado perfeito, tem ainda um defeito; dorme muito bem, muito cedo e por muito tempo! Eis, que em um certo dia, a casa << da rua Plumet >> é cercada pelo mais puro, o mais cândido de todos os amores. Mario acha Cosetta; avistam-se, estão sós, confessam o seu amor; Valjean está destronado; de agora em diante, todas as noites, debaixo da abóbada celeste recamada de milhões de estrelas, sobre um banco desse jardim orlado de mimosas flores, durante muitas horas que serão um minuto, Cosetta e Mario, de mãos dadas prolongarão os seus entretenimentos os mais delicados – respeitam-se de uma maneira admirável, com uma jovem, que decide-se e gosta de uma entrevista ao clarão da lua. (*A Cruz*, 19/out./1862, p. 2).

Essa visão positiva do jornal demonstra que sua "missão" não precisa mais ser garantida pela crítica negativa, pois a história, nesta parte, condiz com o seu padrão ideológico. No entanto, a crítica volta a ser negativa na edição de número 63, de 26 de outubro de 1862. Nessa edição, o foco retorna aos movimentos revolucionários do período, uma vez que a parte final do livro dedica uma atenção considerável a esses acontecimentos.

Depois de três meses, Deus castigava terrivelmente as impiedades da França; os iconoclastas de 1831, foram punidos com o cólera de 1832, e não se converteram; experimentaram no meio mesmo das execuções da Justiça Divina, essa obstinação que é própria das almas satânicas; entretanto que, disformes carros conduziam centenas de cadáveres aos cemitérios, e arrabaldes inteiros estavam despovoados por um flagelo, que a ciência estudava e não curava; via-se nas ruas de Paris os imortais inimigos de Deus preparar, com fronte impassível, uma resistência nova às leis celestes. Pode-se ler sem ter calafrios, no livro de Victor Hugo, a narração desses terríveis preparativos? O autor se deleita nos quadros da rebelião, e transporta-se de novo às pocilgas das sociedades secretas, onde vivem seres misteriosos, ocupados em fundirem balas, em fabricarem cartuxos para derramarem com efusão o sangue irmão e serem cruéis.

O selvagem não era capaz de revestir-se do tipo, que Victor Hugo presta a seus revolucionários; o poeta, só nos êxtases da loucura poderia insultar a natureza, como ele o fez; porém o autor dos Miseráveis há de ser responsável diante da Justiça Divina pela criação de seus Enjolras, de seus Courfeyrac, e desses vis rebeldes, que tão escandalosamente formou para seus fins degradantes. Entre esses revolucionários, Victor Hugo, o poeta dos meninos, não tem receio de apresentar um menino; a infância que até então tinha escapado das afrontas do poeta, a infância está agora desonrada. (*A Cruz*, 26/out./1862, p. 1)

Victor Hugo cria seus mártires: Enjolras e Courfeyrac são os representantes escolhidos pelo romancista para liderar a organização das barricadas. Eles vivem e morrem por sua

ideologia e na luta pela liberdade. Victor Hugo os constrói como heróis, enquanto o crítico os vê como vilões.

Ainda nessa citação, o crítico traz outro ponto relevante, ao falar da “infância que até então tinha escapado das afrontas do poeta”, ele se referia a Gavroche, uma personagem miserável, criança abandonada não só pela sociedade, mas também por seus pais, a família Thénardier.

A existência de Gavroche, revolucionário ou não, tem o objetivo de causar um impacto, sendo a prova da injustiça social que o impediu de ter o básico. Sua morte, recitando seu poema sobre Rousseau e Voltaire, ao afirmar que as crianças não pertencem ao chão, é o ápice desse impacto. Para o crítico, esse momento é tão ultrajante que ele se limita a escrever sobre a forma como Victor Hugo o retrata, condenando a representação de uma criança revolucionária morrendo nas barricadas, o que ele vê como uma desonra à infância.

Um filho espúrio de Thenardier, o pequeno Gavroche, joga no meio da rebelião um papel infame; tem dez anos, jura falsamente e mata, ele nos desgosta, assim como Enjolras nos espanta. Se este é o tipo do menino, tal como a revolução concebeu, qual é o pai, que não preferirá o tipo cristão? A igreja tem colocado sobre seus altares um certo número de meninos cristãos: lede sua vida. A graça os cerca de uma atmosfera infável de pureza, ao mesmo tempo que lhe comunica uma ciência superior à sua idade; seus olhos inocentes veem a Deus sempre e por toda a parte; são risonhos e sobretudo dóceis. Não derramam sangue, amam aquele com que Jesus Cristo salvara o mundo, e aquele com que os mártires selaram a sua Religião; não compreendem nunca que um coração juvenil possa odiar; amam e o seu espírito é habitação da paz. Sofrem as torturas placidamente, e animam os fracos para gozarem da morada celeste; são estes os meninos, Sr. Victor Hugo, que valem mais que o vosso Gavroche, construindo barricadas e morrendo ocupado em preparar cartuxos para entregá-los aos rebeldes, aos monstros da humanidade e de toda a justiça! (*A Cruz*, 26/out./1862, p. 1).

O texto da crítica, mostra que Victor Hugo alcança o objetivo de espantar e assustar o leitor, que, por sua vez, prefere afirmar que, se essas crianças estivessem na igreja em vez de nas barricadas, estariam a salvo. Essa forma de argumentação reflete uma visão contrária à obra de Victor Hugo, pois, ao ver a criança se sacrificando pela revolução, o crítico questiona: qual pai escolheria esse destino para seu filho? Qual seria o propósito de se aliar a uma rebelião que resultaria na morte da família? E isso seria pouco cristão.

O crítico escreve no jornal com o claro propósito de expor a visão que ele acredita ser o objetivo de Victor Hugo:

Aqui começa o que Victor Hugo não se peja de chamar uma – *Epopéia* –, isto é, a narração de uma horrível carnificina, onde o sangue cristão, onde o sangue francês corre em ondas sob os golpes fanáticos dos braços franceses e dos braços cristãos” (*A Cruz*, 26/out./1862, p. 2)

Expor esse momento é o último passo da análise do crítico. Ele utiliza a “carnificina” das barricadas, descrita no romance, para argumentar contra a revolução.

O autor dos *Miseráveis* consagrou perto de um volume para a descrição da barricada, que teve lugar a 6 de junho de 1832, na rua de Chanvrière, não longe de Santo Eustáquio. Esta descrição é uma apologia das barricadas: se os Espartas apresentavam um hilote (escravo lacedemônio) bêbado a seus filhos para que eles vissem os efeitos da embriaguez, nós mostraremos de boa vontade aos revolucionários de boa fé as cenas de Victor Hugo, nós mostraremos, que esta barricada é construída ignobilmente, e é defendida por alguns sofistas alterados, e que nunca se viu abrigar-se à sombra de uma alcaçova tão vil tantos vícios; é um espetáculo preparado para revoltar todas as almas, que se lembram ainda de sua nobreza e de sua origem. O poeta reuniu ao pé desta barricada todos os personagens de sua ação; alguns sócios do ABC estão afogados no vinho e pronunciam palavras imorais na taberna de Corinthus; os Enjolras e os Courfeyrac, acompanhando os mesmos atos dão toda a força às suas doutrinas; Mario pede a morte, porque não sabe onde está Cosetta; a filha do Thénardier, Eponina, que ama ocultamente o predileto de Cosetta, morre por salvá-lo; o menino Gavroche dá toda a expansão a sua alma, e faz-se um tigre para beber o sangue humano; Javert, o inspector de polícia, quer abafar esta insurreição; João Valjean descobre admirado o amor de Mario por Cosetta, vê que está próximo o momento de separar-se dela, busca salvar Mario, e quer uni-lo a sua Cosetta; sim, todos os *Miseráveis* estão reunidos em derredor desta barricada, revoltam-se contra a sociedade, pegam em armas, e procuram derrubar o edifício da sociedade cristã; Mas ela cai diante do Direito, diante da Verdade sem armas, por estar edificada na ebriedade e defendida pelo sofisma! (*A Cruz*, 26/out./1862, p. 2).

De fato, todas as personagens se encontram no final do livro, entre os miseráveis e os revolucionários, todos se preparando para a batalha inevitável pela liberdade. Nesse momento, o crítico do periódico começa a apresentar sua perspectiva em relação a Javert. Enquanto todos bebem, se preparam para matar ou abraçam a morte, Javert é o único com o objetivo de encerrar essa insurreição, o único com um propósito válido. Para o crítico, Javert representa a ordem, a disciplina e a autoridade, contrastando com o caos e a violência dos revolucionários. Sua visão de justiça é vista como a única solução verdadeira para restaurar a ordem na sociedade, e o crítico se preocupa com a maneira eloquente com que Victor Hugo trabalha suas palavras. Contudo, há um receio em relação à possibilidade de adeptos católicos se afeiçoarem à ideologia apresentada em *Os Miseráveis*, o que faz com que ele inicie a edição de 2 de novembro de 1862 insistindo nesse perigo. Para ele, é preciso entender que, se de um lado, Victor Hugo escreve de forma bela e contundente, de outro lado, essas ideias são perigosas para os leitores:

O poeta descreveu com uma feliz energia a forma da reconciliação de Waterloo das ruas de Paris em 1832, com o Waterloo de 1815. É raro, como se sabe, achar-se pinturas de verdadeiras batalhas, quando não vê-se o valor do soldado, que peleja com um real denodo; Victor Hugo é um grande pintor, e seus heróis manuseiam as espadas a seu bel prazer. No centro das barricadas uma vigorosa estátua está colocada; as calçadas se empilham; as balas zunem e rasgam o espaço. Os moribundos desfalecem; o sangue corre em jorros; as blasfêmias atromam nos ares; a raiva torna-se em loucura, e a loucura em delírio; o falso direito quer trucidar o dever; os mortos se acumulam em pedaços; as casas estão em ruínas,

e em negro fumo envolve uma horrível exterminação! Os soldados se reúnem para derramar sangue ao pé de uma Igreja, onde Deus está oculto no tabernáculo, onde estão as relíquias de um grande número de santos, oragos da diocese, da cidade e da nação, onde finalmente centenas de Anjos rodeiam a majestade de Jesus Cristo ultrajada – e é nesta carnificina, que Victor Hugo desgraçadamente quer fazer triunfar suas doutrinas! << Diz o autor dos Miseráveis, o alvoroço e a insurreição são duas cóleras; uma tem por bandeira a afronta, a outra o direito... as Tulherias contêm o Rei ou a convenção, elas são justamente ou injustamente perseguidas... a Vendeia não é senão uma carnificina católica: a insurreição é Danton contra Luiz XVI; Hebert contra Danton, é a carnificina... Junho de 1832 foi uma rebelião. >> Não temos escrúpulos em transcrevermos estas palavras; o que lamentamos profundamente é que muitos católicos apreciassem as ideias perigosas dos Miseráveis! (*A Cruz*, 2/nov./1862, p. 2)

O crítico se propõe de forma categórica a defender seu ponto de vista sobre a maneira como Victor Hugo narra a luta nas barricadas, que é o tema central de quase toda a edição de 2 de novembro de 1862:

A teoria da insurreição se expande em todas as páginas do livro de Victor Hugo – ela se opõe à teoria cristã; é útil e indispensável que as unamos e decidamos a qual delas pertence a salvação do mundo. Perguntaremos a Victor Hugo, onde está a diferença precisa, e matemática, que separa a insurreição, da carnificina sempre criminosa – porque nós temos o direito de exigir, em uma igual matéria, uma doutrina precisa e não de frases; a família, os altares e tudo quanto há de mais caro estão ameaçados; portanto, necessitamos muito saber se é a carnificina ou a insurreição, se essas pretensões são legítimas, ou apenas apetites grosseiros. Ele nos dirá: que a insurreição tem o direito por si mesmo; e que junho de 1832 foi a sua imagem; ele nos afirmará, que a Vendeia tinha sido uma carnificina. Com estes exemplos, nós não podemos concluir, senão, que é legítimo arrancar as calçadas e fuzilar aqueles que passam pelas ruas, porque esta doutrina salvará o mundo, e que ao contrário é ilegítimo defender-se a liberdade religiosa, a primeira de todas as liberdades, que não se deve resistir aos bárbaros que vêm quebrar nossos tabernáculos, fechar nossas Igrejas, e decapitar nossos padres. Se o poeta não admite a autoridade divina da Igreja, não sei como se poderá entender a legitimidade desse poder de insurreição. O aventureiro que em 1848 e 1851, se armava para pilhar as terras <<dos ricos>> e se munia de sacos para enchê-los de ouro, esse aventureiro, vos asseguramos, afirmava, que sua insurreição era legítima. O poeta quis legitimar as insurreições, que lhe satisfizessem! Foge da Igreja, é o cego que não vê a luz! (*A Cruz*, 2/nov./1862, p. 2)

Em resposta à tese do romance pela legitimidade da insurreição, o crítico tenta invalidar todas as justificativas que poderiam tornar a revolução uma forma adequada de combater os abusos sociais. Enquanto Victor Hugo apresenta a sociedade como a causadora e responsável pela existência dos miseráveis, o crítico acredita que a ideia de fatalidade social é uma falácia, criada para gerar conflito entre as classes e justificar a insurreição violenta. Sua perspectiva se concentra exclusivamente na fé como a única salvação para o mundo.

Para contrapor a ideia de Victor Hugo, o crítico utiliza um momento histórico: ele retrata a Vendeia (levante camponês contrarrevolucionário) como uma revolta justa, pois os contrarrevolucionários lutavam com o objetivo de parar a Revolução Francesa. De forma oposta, ele retrata as barricadas de 1832 e 1848 (revoltas republicanas), pois, segundo ele, eram movimentos frutos de pilhagem e baderna. No final, o crítico ainda busca alertar os

leitores sobre os perigos dos ideais revolucionários do romancista, que considera anticatólicos e falsos, e os adverte para que esses ideais não se concretizem na realidade.

O poder vem de Deus: a realeza humana é, pois, um reflexo da Realeza Divina. Entretanto é justo, é necessário que o Rei governe com o assentimento de seus súditos; em tese geral o povo não deve protestar pelas armas, e o cristianismo tem conquistado o direito da livre protestação pela palavra, e com ela tem sempre obtido o respeito. Mas o Rei, nos dirão, é um déspota, que não quer ouvir nada; e nós responderemos, que a verdadeira protestação é a do martírio, e Deus abençoa as causas pelas quais se morre desarmado. É assim, que se deve morrer, salvo em dois casos, que os doutores cristãos têm claramente precisado: quando um soberano quer forçar um povo a tornar-se idólatra ou apóstata, e quando deseja derramar injustamente o sangue de seus súditos. [...].

Enfim, quando as protestações se tornam inúteis, a Igreja intervém, por que é o *Juiz em último recurso de todos os casos de consciência que podem elevar-se entre os povos e os Reis*. [...].

Quem ousará comparar esta doutrina, tão caridosa e exata, com as teorias de Victor Hugo, que são tão cruéis e tenebrosas? Quem quererá folhear as páginas desse *livro* eivadas de erros!

Só o espírito da indiferença, e a ignorância das verdades do Evangelho – poderá criar leitores para os *Miseráveis*! (*A Cruz*, 2/nov./1862, p. 2)

O leitor é citado novamente, o crítico coloca um possível leitor que *Os Miseráveis* conseguirá alcançar, aquele que desconhece o Evangelho. Ele se defende e busca educar seus fiéis por meio da fé, como somente os cristãos poderiam fazer. Seu objetivo é combater as visões positivas sobre o final da obra de Victor Hugo, demonstrando a um verdadeiro católico a impossibilidade de aceitar ideias que ele considera ultrajantes.

A partir desse trecho, fica evidente a radicalização da opinião do crítico. Anteriormente, em 28 de setembro, ele supôs que Victor Hugo se preocupava em não falar mal da Igreja para não desagradar seus leitores. Agora, o crítico já entende que o romance nem mesmo deveria ter leitores, pois acredita que apenas a indiferença e a ignorância das verdades do Evangelho poderiam criar uma audiência para a obra.

E, ao final desta edição, o crítico afirma: “Surdo às vozes da Igreja, continua Victor Hugo suas descrições grosseiras acerca da insurreição de 1832” e “(...) se lançarmos as vistas para os defensores das barricadas, nós não veremos senão feras famintas, homens desesperados, que querem sangue e mais sangue (...)” (*A Cruz*, 2/nov./1862, p. 2).

A contraproposta do crítico sobre as barricadas retorna logo na edição seguinte, datada de 9 de novembro de 1862. Isso pode ser percebido no breve resumo que ele fornece no início do texto sobre *Os Miseráveis*.

O romance do Sr. Victor Hugo oferece na realidade um importante drama, e admiramos como os seus *leitores* não se tenham aproveitado dele para tal fim; pois representando em seu prólogo um Bispo, como principal personagem, fácil é preparar-se três atos, separados um do outro: o primeiro dedica-se a Fantina, o segundo a Cosetta, e o terceiro a Mario. São os três comparsas de mais vulto da ação, ao redor dos quais se grupam e se movem todos os

outros. O libertador é sempre João Valjean; *miserável* que teve neste mundo a sorte de salvar os outros *miseráveis*. Valjean oculta-se com Cosetta em uma deliciosa solidão – mas, ai! Esta solidão não está tão longe do mundo, que o amor não possa penetrar nela; o coração de Cosetta entrega-se amorosamente a Mario antes de tê-lo dedicado filialmente a seu libertador; Valjean recebe como uma expiação esta dor atroz, e vamos vê-lo precipitar-se em busca de Mario, que desesperado com a partida de Cosetta, procura a morte, onde não devera procurá-la, ao pé de uma barricada, entre abjetos e detestáveis sofistas, que se revoltam abertamente contra a sociedade, contra a ordem e contra Deus! (*A Cruz*, 9/nov./1862, p. 2)

Primeiramente, o crítico tem o cuidado de apresentar as personagens que, em sua visão, são as mais importantes da trama, e em torno das quais Victor Hugo as faz girarem. Após essa introdução, o crítico busca adjetivar, de forma categórica, aqueles que participavam das barricadas, afirmando que eram “abjetos e detestáveis sofistas” e que estavam se revoltando contra Deus.

Percebe-se uma grande preocupação, ao se referir à revolução, de gerar temor nos leitores. Na perspectiva do crítico, todos aqueles que lutavam pela revolução estavam em desacordo com a ordem divina.

O crítico não concorda com as barricadas, como já ficou claro. Porém, nesta edição de 9 de novembro, ele se preocupa em narrar a trajetória de Jean Valjean de uma forma positiva. No segundo subtópico dessa edição, ele aborda a parte do romance em que Valjean caminha pelos esgotos de Paris, após salvar Marius e Javert nas barricadas:

No meio desta luta fratricida, uma bala alcança Mario, e cai; Valjean se vinga cristãmente daquele que tinha furtado o amor de sua Cosetta; estende seus braços vigorosos, levanta Mario inanimado, reclina-o sobre seus ombros, e carregando este fardo precioso procura uma saída através do círculo de ferro e fogo que encerra a barricada. Antes de retirar-se dessas calçadas coalhadas de sangue, mostra-se uma segunda vez digno das lições do Bispo que lhe salvara; dá a vida a Javert e põe em liberdade este inimigo íntimo de sua própria liberdade e de sua própria vida.

É belo este momento; é belo porque é cristão! Um Anjo de Deus marcha diante de Valjean e lhe abre um caminho feliz; quer seguir, mas não pode, porque a morte o segue; precipita-se, conduzindo em seus braços o corpo de Mario, que está sempre sem movimento; caminha a horas mortas, de rua em rua, de lugar em lugar, de quina em quina, e anda sem luz e quase sem esperança. O sangue de Mario empapa as espáduas e os braços de seu libertador, e mistura-se com o seu suor. [...] (*A Cruz*, 9/nov./1862, p. 2)

Para o crítico, esse momento da história de Jean Valjean é belo, é cristão, pois a personagem principal está sacrificando sua vida para salvar a de outras duas pessoas, Javert e Marius. O primeiro sempre o perseguiu na tentativa de prendê-lo e acabar novamente com sua vida; o segundo é o amor de sua filha adotiva, que fez Jean Valjean arriscar-se para levá-lo novamente para Cosette. Nesse momento, após esse sacrifício, Valjean se confronta com o resultado de salvar Javert, ao sair dos esgotos e, novamente, se encontrar com o policial.

O crítico expõe sua visão sobre o policial. Javert é o representante da justiça cega, que nunca perdoa, já que, para se reerguer na sociedade, Valjean teve que apagar seu passado e omitir seu passaporte amarelo – um crime. Como Javert era um policial legalista que seguia a lei à risca, nunca deixou de tentar prender a personagem principal.

Embora a análise de Jean Valjean e Javert não seja o foco principal da crítica — já que a maior preocupação se concentra em Myriel, Fantine, Marius e Cosette — é importante notar que a personagem de Javert não recebe críticas negativas. Nos momentos em que ele aparece, é sempre visto de forma positiva, como representante da justiça cristã. Quando não age conforme a lei, ao não prender Jean Valjean, ele age como um cristão piedoso e, por isso, suas ações são elogiadas pelo crítico. Por isso,

Victor Hugo não deu-lhe importância alguma; viu que Javert era o personagem gigantesco de seu romance, e que ele venceria em superioridade moral a todos os outros. O poeta encolerizou-se contra o tipo que tinha criado, e infligiu-lhe uma morte indigna de sua vida. Mostra-o debruçando-se sobre o Sena, e por um suicídio ímpio pondo termo a seus dias preciosos; esta morte é inverossímil e odiosa. Javert é um símbolo; representa toda a antiga sociedade, e Victor Hugo quis nos mostrar que esta sociedade acabaria logo, como fez acabar Javert! (*A Cruz*, 9/nov./1862, p.2)

Jean Valjean conseguiu reescrever sua própria história ao apagar seu passado, mas, para Javert, a ressocialização de alguém que havia cometido um crime parecia impossível. No entanto, ao perceber que sua própria vida só foi possível porque seu eterno inimigo, Valjean, lhe mostrou compaixão, Javert entra em um dilema moral.

Nas barricadas, quando Valjean se recusa a matar o policial, Javert se vê confrontado com uma realidade que não consegue entender: a possibilidade de perdão e misericórdia. Incapaz de lidar com essa dualidade moral, Javert se joga no Sena, não conseguindo compreender o perdão que lhe fora concedido.

As poucas vezes que o periódico aborda Jean Valjean e Javert acontecem principalmente nas passagens finais do livro, quando seus destinos se cruzam na conclusão da história. Nessas seções, a crítica se concentra, em grande parte, em uma abordagem descritiva. No entanto, ao final, assim como faz comentários sobre Javert, o jornal também discute as circunstâncias da morte de Jean Valjean. Contudo, a abordagem em relação a este é distinta da aplicada àquele

Na verdade, aqui há um castigo de Deus neste conselho ridículo que muda em riso as lágrimas, que *muitos* tem derramado sobre o livro dos *Miseráveis*. Porém isto não é tudo; o ridículo não é suficiente a Victor Hugo; quis resumir a última página de seu livro, em uma linha, em uma palavra, e resumir praticamente todo seu ódio pela Igreja, tão claro e tão visível em todas as partes de sua obra. Valjean recusa os socorros da Igreja; olha para o Céu, onde provavelmente vê o bispo Myriel, e, àqueles que lhe propõem um padre, ele

responde: <<Eu tenho um.>> Ideia fúnebre, ideia de um criminoso; Victor Hugo será responsável até a consumação dos séculos por todas essas respostas, e por essas mortes ímpias; deve rasgar e queimar essa página de seu *livro*, e se não o fizer, em seu leito de morte se consumirá com suas lágrimas! (*A Cruz*, 16/nov./1862, p. 2)

Embora a discussão sobre Jean Valjean ocorra no final do livro, com o objetivo de abordar suas palavras e a mensagem na conclusão da obra, Victor Hugo é novamente tratado como opositor da igreja. O crítico se demonstra extremamente convencido de que Victor Hugo odeia a Igreja.

### **Conclusão moral para *A Cruz* (RJ)**

Após a edição de 16 de novembro de 1862, o jornal encerra a discussão sobre a obra de Victor Hugo e apresenta uma conclusão sobre o que foi lido. No entanto, essa conclusão parece incompleta, pois termina com a indicação “continua...”, algo que não era comum em suas publicações, que possuíam um fim determinado. Um dos motivos para essa interrupção pode ter sido os debates sobre o livro de Victor Hugo pela Igreja Católica, considerado perigoso e prejudicial aos costumes cristãos. Isso culminou em sua proibição pela Sagrada Congregação do Index em 26 de junho de 1864 (*A Cruz*, 21/ago./1864, p. 4).

A conclusão da análise tem como objetivo desincentivar a leitura por parte do público de *A Cruz* (RJ). Fica claro que, na redação final, a mesma abordagem crítica que permeia todo o texto sobre *Os Miseráveis* se repete, reforçando os ataques à obra e ao seu potencial perigo. Isso sugere que, caso o leitor não estivesse devidamente preparado, a leitura poderia gerar um sentimento pouco católico.

A conclusão dos *Miseráveis* existe nos dois primeiros volumes desta obra gigantesca, e se o poeta tivesse apreciado os interesses de sua glória, se limitaria somente a eles; porque *Fantina* forma por si só uma obra de uma unidade poderosa, que facilmente conquistaria entre os seus leitores uma popularidade extraordinária. O poeta perdeu em profundidade o que quis ganhar em extensão; os *Miseráveis* finalmente morreram, e nós damos graças a Deus, enquanto os apreciadores desse romance imoral se esforçam para obterem os aplausos sociais, e espalham por toda a parte os frutos dessa doutrina perigosa. A conclusão deste livro, que nós não tememos mostrá-la, porque nossa consciência pede que falemos a verdade, é a insurreição, é o caminho livre para o exercício das paixões e de toda a sorte de crimes; e o apreciador em sua leitura não encontrará senão a estátua da imoralidade, barricadas e ideias favorecendo o desenvolvimento da prostituição. (*A Cruz*, 30/nov./1862, p. 2)

As questões que Victor Hugo observa como problemáticas e que busca representar em sua obra são tratadas pelo crítico como apologia. Enquanto Victor Hugo escreve uma obra extensa, explicitando todos os males de uma sociedade desigual, o crítico inverte essa compreensão. Para ele, a obra não denuncia a existência da miséria, mas sim promove a insurreição, o exercício livre das paixões e a imoralidade.

Ao longo dos meses, o crítico escolhe os exemplos que melhor servem a essa finalidade, como a utilização de Fantine e Myriel. Fica claro, no entanto, que sua abordagem tem como foco educar os leitores para a adoção dos valores católicos defendidos pelo jornal.

Não vemos senão um curso de barricadas em dez lições, e o *autor* violando as leis da dignidade, do decoro, da moral e da verdade, formou o seu *romance* tão decantado, para ser lido por muitos, que não conhecem o veneno, e se deixam levar pelo belo fraseado de sua imaginação exaltada. (*A Cruz*, 30/nov./1862, p. 2)

O fator educativo da crítica não era direcionado a leitores pouco instruídos, mas sim àqueles que o crítico temia que pudessem ser seduzidos pelo "belo fraseado" e pela "imaginação exaltada" de Victor Hugo. A publicação crítica possuía valor comercial, pois abordava um romance de sucesso para atrair leitores. No entanto, o jornal utilizava essa plataforma para guiar seus leitores, neutralizando o "veneno" do livro herético e garantindo que a leitura fosse feita com o devido cuidado e a correta interpretação.

Ao lado desse resultado real, há conclusões teóricas, e nós as formularemos em duas proposições. *Há ainda hoje três flagelos na nossa sociedade: a prostituição, a ignorância e o pauperismo. O mais eficaz esforço para aniquilar estes três flagelos foi a Revolução Francesa.* O livro de Victor Hugo é mentiroso e cheio de calúnias; tem uma falta irremissível, porque não diz uma palavra a respeito da Igreja, dessa mãe extremosa, que há dezoito séculos tem trabalhado sempre e por toda a parte com uma eficácia divina, para a destruição da ignorância, do vício e da miséria; é pois necessário, terminando a longa série desses artigos, examinar com cuidado se é verdade: primeiro, que a Igreja não tem feito nada contra os três flagelos, que Victor Hugo propõe-se destruir; segundo, que a revolução francesa tem realmente contribuído para exterminar esse mal. (*A Cruz*, 30/nov./1862, p. 2).

O crítico continua defendendo a importância da Igreja, algo que Victor Hugo teria abordado de maneira pouco positiva ao tratar dos problemas sociais que tanto critica. A mentira contada pelo romancista seria, por um lado, a de que a Igreja e o Estado não teriam agido para mudar a situação de miséria. Por outro lado, o fatalismo social é inaceitável na visão do crítico, pois ele permite à população leitora questionamentos sobre o mundo, o que pode impulsionar um desenvolvimento revolucionário.

Victor Hugo renovou em seu livro o escândalo, que encontramos em Michelet, em seu livro intitulado *La Femme*. Dissertou longamente sobre o passado, o presente e o futuro da mulher, sem pronunciar o nome da mulher por excelência, o nome da Virgem Maria; entretanto o *poeta* é bastante instruído para saber, e bastante imparcial para reconhecer, que a liberdade e a dignidade da mulher datam da Virgem Maria. Nós o desafiamos e a todos os seus sectários para apresentar-nos uma prova histórica contra a verdade deste grande fato: *Jesus Cristo regenerou a mulher*. As nações conheceram o que era a mulher, depois que viram a figura da Virgem Maria cercada de luzes celestes; as mulheres do universo tornaram-se verdadeira mães, esposas fiéis e virgens, depois que gozaram dessa visão maravilhosa; nós afirmamos sem receio que o tipo da mulher tornou-se belo e nobre, quando a Virgem veio ao mundo. A mulher cristã tem em sua casa o Crucifixo, que lhe ensina o sacrifício, e a imagem da Virgem que lhe prega a amável austeridade de uma pureza sem mancha; seus olhos não se levantam se não para sua família e para os pobres; a

todos os miseráveis abre liberalmente sua porta; consola os Thénardiens em seus albergues, e as Fantinas em seus desvarios; ela dá mais que seu ouro, seu tempo; mais que seu tempo, sua alma; tem uma caridade que vai até o gênio, uma abnegação que vai ao esquecimento até de sua própria pessoa, uma castidade, que lhe faz achar até no casamento uma sorte de virgindade. Seu coração está solidamente fixado em Deus, e lhe dá no meio de seus filhos, um culto onde a inteligência e o amor disputam o primeiro lugar; tem pelo sacrifício um entusiasmo prático; deleita-se em suas dores, que são cordas favoráveis para conduzi-la ao eterno repouso. Doce, misericordiosa, humilde, paciente, viril na desgraça, generosa, dispensadora, pura sobretudo, pura sempre em tudo; ela responderá ao chamado da voz divina no dia do Juízo, e apresentará a Deus, entre os escolhidos, seu marido, todos seus filhos, todos os cuidados, que ela despendeu para sua salvação. Procura-se nesse tipo a mulher cristã um vício, e não se acha, e o Sr. Victor Hugo tirou de sua obra o nome da Virgem Maria, e há desgraçadamente *leitores* que perguntam onde está a imoralidade desse romance?! (*A Cruz*, 30/nov./1862, p. 2)

Dessa forma, o crítico finaliza o último texto sobre *Os Miseráveis* acusando Victor Hugo de ter omitido o nome da Virgem Maria. Ele questiona como o autor representou a mulher em seu romance, argumentando ser impossível fazê-lo de forma completa e digna sem essa menção. Tal lacuna, para o crítico, reforçaria o caráter imoral do romance.

Nas próprias palavras de seu autor, essa crítica tem uma “missão”, que consiste em apresentar o romance *Os Miseráveis* de forma negativa. Percebe-se que o responsável por ela definiu três personagens principais para a análise: Myriel, Fantine e Marius — cada um com sua respectiva carga negativa. Por meio desse texto, foi possível compreender como esse jornal específico, com seu objetivo doutrinário católico, recebeu *Os Miseráveis*, assim como interpretou cada personagem que Victor Hugo criou.

Essa extensa crítica publicada em *A Cruz* (RJ) permite compreender os contornos de uma leitura católica do romance *Os Miseráveis* no Brasil. Por meio dela, pode-se constatar a existência de proximidades com a perspectiva católica francesa, tal como analisada por Bach (1962) que estuda a recepção católica e protestante na França do século XIX. É importante salientar que o estudo de Bach (1962) discute o caráter político que a obra assumiu, o que, em *A Cruz* (RJ) foi deixado em segundo plano, explorando-se apenas alguns tópicos específicos da revolução. Mas o ponto crucial no periódico carioca disse respeito à representação da Igreja, de seus membros e da moral católica, que teriam sido duramente atacados por Victor Hugo, gerando perigos potenciais para a manutenção da ordem social e política.

Outra diferença entre as recepções é apresentada nos estudos de Avi (2023). Neles, o debate de Baudelaire foca na forma de produção da arte, algo que a crítica de *A Cruz* (RJ) não aborda. No entanto, o crítico Lamartine, como demonstra Avi, discute um ponto em comum com o periódico carioca: o problema dos personagens “gigantescos” de Victor Hugo.

A partir dessas figuras, Lamartine argumenta que a história é problemática, pois Victor Hugo constrói o "homem Deus" (Avi, 2023). Essa perspectiva leva Lamartine a se preocupar

em desenvolver uma proposta reguladora para os leitores de *Os Miseráveis*, uma característica muito presente em *A Cruz* (RJ). Um dos grandes problemas apontados pelo periódico carioca é a forma como o romancista retrata os personagens em momentos que não seriam possíveis na realidade, como no encontro entre o Convencional G. e Myriel, no qual o bispo aceita a bênção do revolucionário. Esse momento é o que gerou um grande tempo dedicado à explicação de como Victor Hugo representa mal a Igreja e o bispo.

A pesquisadora Aguiar (2001) também identifica um padrão nessas críticas. Primeiramente, com a visão de Mirecourt, que diz que o romance incitava o temor entre as classes, colocando os ricos contra os pobres. Mirecourt ainda aponta o problema da representação da república de Victor Hugo, algo visto como pouco cristão.

Aguiar (2001) conclui sua análise com um ponto interessante da crítica de Mirecourt, que afirma que, mesmo sendo um “mau livro”, o romance poderia deixar um “tropol de impressões perigosas nos espíritos fracos” (Aguiar, 2001, p. 160). Nesse sentido, percebe-se uma similaridade com a crítica de *A Cruz* (RJ), cujo início é justificado pelo medo de que a qualidade da obra de Victor Hugo impedisse a existência de um juízo negativo.

A pesquisadora Aguiar (2001) também traz à tona outro ponto importante, ao expor a perspectiva do Barão de Ernouf, que versa sobre o caráter de crítica exclusivamente ao conteúdo do romance. Um dos problemas analisados por Ernouf é a irrealidade da obra, algo também criticado pelo periódico *A Cruz* (RJ). Ambos apontam a impossibilidade de acontecimentos como o encontro entre o bispo e o Convencional G. serem uma realidade, e trazem a representação da realidade para o debate sobre o livro.

Outro ponto interessante na análise do Barão, que condiz com a perspectiva de *A Cruz* (RJ), está na forma como Victor Hugo faz suas digressões para dar prosseguimento à história. Um exemplo seria a crítica sobre como o autor retrata a história de Waterloo em meio ao encontro de Jean Valjean e Cosette, o que é visto de forma negativa em ambos os casos. De modo geral, a proposta crítica do Barão de Ernouf e do periódico carioca é voltada para o conteúdo do texto e como as personagens são representadas.

A análise católica e brasileira se torna importante por este periódico conservador e religioso representar uma instituição muito forte no Brasil do século XIX. A opinião do periódico demonstra uma visão particular sobre *Os Miseráveis*; embora tenha pontos em comum com a crítica europeia, sua particularidade está na forma como se manifesta em território brasileiro.

Essa perspectiva da crítica religiosa permite entender por que Victor Hugo era malvisto pela Igreja, e por que suas obras foram banidas pela instituição católica. O texto em *A Cruz* (RJ), com seu caráter extremamente detalhista, permeia quase todos os momentos do romance e possibilita ao crítico demonstrar sua opinião sobre cada ponto de concordância ou discordância com a obra.

A crítica de *A Cruz* (RJ) não se configura como uma análise convencional, mas sim como uma "missão" doutrinária para guiar a leitura de seus fiéis. O objetivo do jornal era denunciar o que ele definia como um "erro" ideológico, combatendo as ideias de Victor Hugo em *Os Miseráveis* e o perigo que elas representavam para os leitores católicos.

O ponto de maior destaque na leitura é a inversão ideológica promovida pelo crítico. A barricada não é vista como uma “busca pela liberdade”, mas como um “massacre irracional”. A miséria, em vez de ser uma fatalidade, é um pretexto para a insurreição. Essa abordagem revela que a crítica não visava compreender a obra, mas reinterpretá-la para que servisse de alerta e reforçasse a moral católica.

Por fim, a particularidade da crítica de *A Cruz* (RJ) reside em seu foco na Igreja Católica. Embora existam pontos em comum com a crítica europeia – como o debate sobre personagens “gigantescos” e a ameaça de conflito de classes –, esse periódico traz a discussão para o campo da problemática religiosa. Essa análise permitiu aos leitores do jornal entenderem por que Victor Hugo era malvisto pela Igreja e por que suas obras foram banidas, pois, na visão do crítico, o romance era uma ofensa direta à moral e à fé católica.

## **1.2 A Formação e a Missão Doutrinária do Padre-Mestre Gustavo Gomes dos Santos**

Durante a segunda metade do século XIX, houve um aumento no número de jornais de caráter religioso no Brasil, conforme demonstra Lima (2023). O jornal *A Cruz: Jornal Religioso, Litterário, Histórico e Filosófico* (RJ) foi o primeiro a adquirir relevância durante a década de 1860, sendo organizado pelo padre-mestre Gustavo Gomes dos Santos, que também foi editor do jornal *O Apóstolo* (RJ), publicado até o final do século XIX, e que funcionava como uma “continuação” de *A Cruz* (RJ)

A publicação de *A Cruz* (RJ) era semanal, aos domingos, e sua retirada ocorria na Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, conforme os dados fornecidos por Lima (2023).

Além de ser o editor do jornal *A Cruz* (RJ), a crítica sobre *Os Miseráveis* é, possivelmente, de autoria de Gustavo Gomes. Os motivos para essa hipótese se baseiam em

dados relevantes encontrados na Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional. O primeiro, e mais importante, é a posição que ele ocupava no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro (RJ). Essa referência foi encontrada no periódico *Brasil. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negócios do Império* (RJ), datado de 31 de dezembro de 1860.

31/12/1860

PEDRO II

- 8 -

Infelizmente o meio coercitivo mais forte que temos á nossa disposição he o da multa, mas não estando ainda regularisada a conversão ou o meio pratico de a levar á execução, tenho-me abtido muito de a empregar.

Sobre este objecto chamei a attenção de V. Ex. no Relatorio passado, insistindo na conveniencia de ser a taes multas extensiva a conversão decretada para os do processo criminal.

Havendo preenchido as disposições que lhe são relativas no Regulamento de 17 de Fevereiro de 1854, e além dos mencionados em meu ultimo Relatorio, obtiverão durante o anno proximo passado titulos de Professores particulares de

### **Instrução primaria.**

Melchhiades Lourenço dos Santos.  
Philippe Nery Pereira de Andrade.  
João Ignacio do Patrocínio Costa.

#### *Latim.*

João da Matta Araujo.  
Joaquim Marques da Cruz Junior.

#### *Ingléz.*

Thomaz Camuon Gosling.  
Horace M. Lane.  
George Robert Gepp.  
José da Maia.

#### *Philosophia.*

Antonio Satyro Netto.  
Agostinho da Silva Campos.

#### *Geographia.*

M<sup>me</sup>. Marie Pauline P. Daux.

#### *Rhetorica e Poetica.*

Padre Gustavo Gomes dos Santos.

#### *Mathematicas elementares.*

Zeferino José de Oliveira.  
João Ignacio do Patrocínio Costa.

#### *Calligraphia.*

José Gonçalves Pimenta.

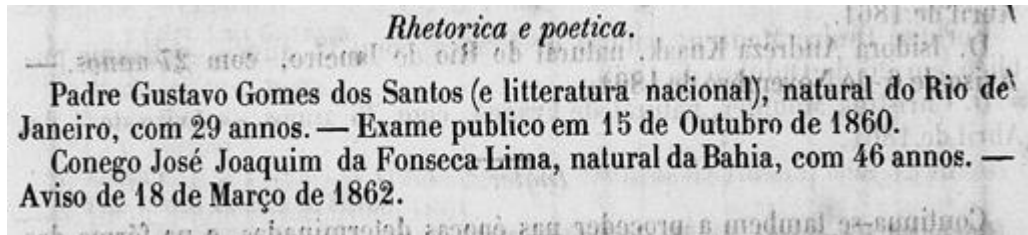
Comprehendidos no art. 101 do citado Regulamento de 17 de Fevereiro de 1854, forão dispensados dos ditos exames para

### **Dirigir Collegio de Instrução primaria e secundaria.**

D. Carolina Zoé Paulina Taulois. Aviso de 18 de Junho de 1860.  
D. Ernestina Mathilde Ludman. Aviso de 18 de Junho de 1860.  
Valentim José da Silveira Lopes. Aviso de 23 de Agosto de 1860.

Figura 6 - Padre-mestre Gustavo professor no colégio Pedro II

O Padre-Mestre Gustavo era professor de retórica, poética e literatura nacional, o que sugere que ele era um estudioso do assunto. Isso justifica pontos importantes na crítica do periódico, especialmente a comparação inicial entre a representação do clero e a tese de que Victor Hugo não estava fazendo algo novo, demonstrando conhecimento prévio sobre textos de outros autores relevantes, como foi abordado na edição de 4 de maio de 1862 em *A Cruz* (RJ).



**Figura 7 - Padre-mestre Gustavo e literatura nacional**

Outra notícia relevante é a de sua morte, em 1867. Um artigo sobre o Padre-Mestre Gustavo e as relações que ele possuía com as pessoas de seu convívio foi publicado em *O Apóstolo* (RJ), em 22 de setembro de 1867, e no *Jornal do Comércio* (RJ), em 24 de setembro de 1867. Esse texto relata parte da história do padre.

Compenetrem-se: não se devem trocar os papéis: attribuir a obrigação de ensinar a religião a outros, exigir delles que o façam; accusal-os de omissão é tirar de sobre si o trabalho, e impor a quem nada tem com isso: o clero não deve despir-se da sua primeira prerogativa.

Como é, que os seculares hão de ensinar a religião, si a elles não foi confiado esse poder, si elles na Igreja tem só o *munus* de ouvir, mas não de ensinar?

*Quomodo predicabunt, nisi mittantur?*

Como investil-os de um privilegio, que só compete aquelles, que para isso foram pela ordenação segregados do mundo e do commum dos homens?

Nos paizes catholicos da Europa o clero queixa-se, protesta, porque o governo e algum particular quer dirigir o ensino da religião, neste censura-se a autoridade suprema, o governo, porque não obriga a seus subordinados a se fazerem catechistas. Até nisto é este paiz anormal.

Reassumam os sacerdotes a sua posição, dediquem-se ao ensino da religião, de que são ministros, com isso os primeiros a colher os frutos, serão elles mesmos: far-se-hão mais amados, não serão olhados na sociedade como estranhos, raridades que só apparecem em certas occasiões.

Comecem pelo compendio de toda doutrina, o cathecismo—nesse resumo se contém tudo quanto é preciso para se conseguir a salvação; expliquem, até onde fôr possível, as verdades da nossa santa religião, desse modo mais ellas brilharão e mais respeito, acatamento e afeição resultarão aos mesmos sacerdotes, com quem familiarisar-se-hão por esse meio os meninos, os quaes mais tarde serão mui respeitadores daquelles, de quem receberam as primeiras noções da fé. Voltaremos ao assumpto.

#### o Padre Mestre Gustavo Gomes dos Santos.

Quanto mais repetida é a sanção da lei da morte, menos se afeioa á ella o homem. Cada dia de nossa existencia marca por dezenas de factos o cumprimento dos decretos divinos, chamando á sua presença o pai, o irmão, o amigo; e sempre recebemos estes avisos com extraneza. Tal é a condição humana! Não ha muito lamentou o clero flumi-

nense a morte de um de seus irmãos, illustre por muitos titulos; hoje mergulha se de novo em profunda dôr pela irreparavel perda de outro de seus mais distinctos membros; aquelle mesmo que sete mezes antes foi orgão sinsero dos sentimentos do clero fluminense, quando subio á Deos o Vigario da Candelaria, é hoje motivo de grande abalo e consternação de seus irmãos.

O Padre Mestre Gustavo Gomes dos Santos, que ha dias era objecto de nossa consideração e estima, baixou ao tumulo no dia 16 do corrente, quando a religião e a patria esperavam ainda mais do zelo e dedicação com que as servia.

Aos 17 de Agosto de 1832 nasceu nesta côrte o Padre Mestre Gustavo Gomes dos Santos, e foi baptisado na freguezia de Nossa Senhora da Candelaria em 6 de Janeiro de 1834. Era filho legitimo de Manoel Gomes dos Santos e de D. Rachel Maria Cordeiro dos Santos, que o educaram christãmente, e nos principios austeros de que tantas provas deu. Pelo lado materno pertencia a uma grande e importante familia desta côrte.

Ainda bem pequeno, e quando mais precisava dos cuidados maternos, quando mesmo a natureza exigia que permanecesse ao lado de sua mãe para ser-lhe a consolação; uma vocação forte, importante, de resultados mais consideraveis para a religião desenvolveu-se nelle, e obrigou-o a cortar pelos laços da carne e por tudo quanto mais caro tem o homem no mundo para entrar nas provações porque devem passar os ministros de Deos.

Bem menino portanto lá partio para a provincia de Minas, onde por espaço de quatorze annos recebeu o exemplo e a instigação dos mestres do Seminario de Marianna e Caraça. Fortificado na sciencia de Deos, firme e inabalavel na fé catholica convencido da missão que ia receber, alistando-se nas fileiras dos ministros do sanctuario, o joven Gustavo Gomes dos Santos com de missorias de seu Bispo de origem o virtuoso e sabio D. Manoel do Monte Rodrigues de Araujo (de saudosa memoria) recebeu as sagradas ordens do venerando Bispo de Marianna D. Antonio Ferreira Viçoso, que o amava como um de seus mais perfeitos e virtuosos discipulos. Com effeito o Padre Gustavo Gomes dos Santos nunca desmentio o bom juizo do santo Bispo. Zelo, aferro, e uma disposição natural para o ensino, revelados na assiduidade com que desempenhava suas funcções de mestre e no grande numero de discipulos que preparou; a austeridade de costumes, a abnegação por tudo aquillo que não fosse o serviço da patria e o maior bem da religião, são outros tantos argumentos em favor da justeza da opinião de D. Antonio Ferreira Viçoso, que entre outras provas de amisade dadas ao Padre Gustavo, foi espontaneamente presbytero assistente

em sua primeira missa; offereceu-lhe logo depois de ordenado a freguezia de S. João d'El-Rei, offerecimento repetido para outros beneficios ainda depois de estar nesta côrte.

Uma mãe de quem estava separado por mais de quatorze annos, duas irmãs, das quaes uma viuva, clamando de continuo pelo amparo do filho e do irmão, fizeram o Padre Gustavo surdo aos offerecimentos daquelle a quem devia tantos beneficios, ao sopro de cujos exemplos tinha desenvolvido as virtudes que levára em germinação e se fortificara nas que delle recebeu. Era tambem um novo e mais largo horizonte que se abria para resplandecerem com mais fulgor as virtudes do joven sacerdote fluminense. As contrariedades porque passou ao chegar á esta côrte, foram outras tantas provas de virtude pela resignação com que as soffreu.

Sua chegada á esta côrte coincidio com a apresentação do projecto de casamento civil do ministro Vasconcellos, e logo seus serviços desenvolveram-se, e tomou parte em um pequeno periodico que foi creado para combater o celebre projecto, logo depois modificado.

Creada a freguezia de S. Christovão foi elle provisionado seu Vigario Encomendado, e tomou posse no dia 20 de Dezembro de 1857.

Um laço armado pela mais negra perfidia, e no qual só não cahem os conhecedores dos homens e da sociedade, servio de obstaculo para que elle subisse á posição ecclesiastica que uma intelligencia robusta e suas virtudes pediam.

Foi julgado com excessiva severidade pelos homens, e sob a influencia dessa severidade vio murcharem todas as delicadas e bellas flores, que ao impulso de seu merecimento diariamente desabrochavam.

Inscreveu-se em 1858 para o concurso á freguezia de S. Christovão; não obstante a brilhante prova scientifica que deu, não obstante ter sido collocado em primeiro lugar da lista que subio ao Governo Imperial, não obstante a honrosa informação do Prelado, não foi apresentado; e esta repulsa bem longe de desaliar odios, foi para elle occasião de patentear sua acrisolada resignação.

Perdendo a esperanza de obter uma parochia, e tendo necessidade de cuidar de si e de sua familia, deliberou tirar a subsistencia de suas habilitações scientificas. Ainda uma vez experimentou o rigor dos homens, e uma vez mais a resignação foi o linitivo que deu a dôr, que a injustiça dos homens constantemente produzia em sua alma.

Não acceitaram os documentos honrosos, que attestavam sua proficiencia no ensino, exigiram um exame; á elle submetteu-se; e a exigencia que lhe apresentaram como um obice para afastal-o do ensino, foi mais uma occasião de triumpho; a vista das provas pro-

Figura 8 - Padre-Mestre Gustavo no Apóstolo (RJ)

Esse texto traz a formação de Gustavo Gomes dos Santos, demonstrando que, desde cedo, ele já seguiria os caminhos da Igreja Católica.

Bem menino portanto lá partiu para a província de Minas, onde por espaço de quatorze anos recebeu o exemplo e a instrução dos mestres do Seminário de Mariana e Caraça. Fortificado na ciência de Deus, firme e inabalável na fé católica convencido da missão que ia receber, alistando-se nas fileiras dos ministros do santuário, o jovem Gustavo Gomes dos Santos com demissórias de seu Bispo de origem o virtuoso e sábio D. Manoel do Monte Rodrigues de Araújo (de saudosa memória) recebeu as sagradas ordens do venerado Bispo de Mariana D. Antônio Ferreira Viçoso, que o amava como um de seus mais perfeitos e virtuosos discípulos. Com efeito o Padre Gustavo Gomes dos Santos nunca desmentiu o bom juízo do santo Bispo. Zelo, afêro, e uma disposição natural para o ensino, revelados na assiduidade com que desempenhava suas funções de mestre e no grande número de discípulos que preparou; a austeridade de costumes, a abnegação por tudo aquilo que não fosse o serviço da pátria e o maior bem da religião, são outros tantos argumentos em favor da justeza da opinião de D. Antonio Ferreira Viçoso, que entre outras provas de amizade dadas ao Padre Gustavo, foi espontaneamente presbítero assistente em sua primeira missa; ofereceu-lhe logo depois de ordenado a freguesia de S. João d'El-Rei, oferecimento repetido para outros benefícios ainda depois de estar nessa corte. (*O Apóstolo*, 22/set./1867, p. 299)

O seu parágrafo conecta de forma excelente a formação do Padre Gustavo Gomes dos Santos com a sua postura como crítico. A citação mostra que ele foi educado sob uma rigorosa disciplina e devoção à Igreja, e a sua análise de *Os Miseráveis* reflete exatamente essa formação. A "austeridade de costumes" e a "abnegação por tudo aquilo que não fosse o serviço da pátria e o maior bem da religião" são a base para a crítica moralista e a defesa do dogma católico que vimos em todos os seus textos.

Esse texto descreve a carreira de Gustavo Gomes. Sendo demonstrado que ele não possuía a licença para lecionar apenas retórica e poética, sua formação chegava além desses dois conteúdos.

Não aceitaram os documentos honrosos, que atestavam sua proficiência no ensino, exigiram um exame; a ele submeteu-se; e a exigência que lhe apresentaram como um óbice para afastá-lo do ensino, foi mais uma ocasião de triunfo; a vista das provas produzidas seria ofender à Deus, continuar no mesmo terreno; o Padre Gustavo foi julgado habilitado para lecionar latim, história, geografia, filosofia e retórica. (*O Apóstolo*, 22/set./1867, p. 299-300)

Ainda sobre sua profissão:

Porque o Padre Mestre Gustavo Gomes dos Santos estava intimamente compenetrado na missão de mestre, além das obrigações de professor, era na cadeira um missionário, ou quando restabelecia os fatos alterados da história pela ignorância ou pela má vontade: ou quando ensinava as verdadeiras doutrinas da filosofia. Seus discípulos, alguns já formados, são unânimes em confessar os merecimentos do mestre. (*O Apóstolo*, 22/set./1867, p. 300)

E, mais importante,

A predica solene, o modesto ensino da doutrina foi por muito tempo sua ocupação. Lançando depois para mais alto suas vistas, dedicou-se ao jornalismo religioso, onde seus serviços foram reais. O jornalismo católico tinha pouco a pouco desaparecido e deixado o

clero fluminense sem um órgão público que sustentasse seus direitos, e promovesse o ensino das doutrinas católicas. O padre-mestre Gustavo criou e foi redator em chefe da Cruz e do Cruzeiro do Brazil, que tão úteis foram a Igreja, como proveitosos ao Estado. Tanto zelo, tanta dedicação chamara a atenção do monsenhor Arcebispo de Atenas, quando Internunciou Apostólico no Brasil, que lhe ofereceu uma medalha com a efigie do Santo Padre Pio IX; o Exm. Sr. Arcebispo atual da Bahia, concedeu-lhe também as honras de mestre de cerimônias do sôlio arquiépiscopal. (*O Apóstolo*, 22/set./1867, p. 300).

O Padre-Mestre Gustavo era visto com bons olhos dentro do clero. O seu trabalho como professor das doutrinas católicas é tido como louvável pelos membros do clero fluminense, sendo Gustavo representado como um dos responsáveis por representar a doutrina católica em um momento em que ela havia perdido forças na mídia local.

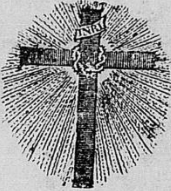
Sua importância pessoal, como sacerdote, jornalista e professor recebeu um testemunho real no acompanhamento que teve seu cadáver; seus irmãos sacerdotes os mais elevados em dignidades; os diretores dos três colégios de que era professor, e seus discípulos patentearam exuberantemente a falta que sentiam no momento mesmo, em que pediam a Deus pela salvação de Sua alma. (*O Apóstolo*, 22/set./1867, p. 300).

A análise da vida do Padre-Mestre Gustavo, por meio do texto sobre sua morte, demonstra pontos relevantes para a compreensão de sua crítica. Ele era um estudioso, professor e historiador, mas, acima de tudo, um ardente defensor dos dogmas religiosos. Essa formação e seu papel como expoente da doutrina católica no jornalismo, como foi largamente explorado na análise de *Os Miseráveis*, confirmam a natureza profundamente conservadora e doutrinária de seu trabalho como crítico.

### **1.3 A Cruz (RJ) e a Defesa da Moral Católica contra as Doutrinas Modernas**

O jornal *A Cruz* (RJ) surge nesse momento de ampliação da imprensa religiosa no Brasil como um periódico católico e conservador. Sodré (1999) o classifica como representante partidário do conservadorismo, associando-o aos jornais que apoiavam a Coroa em 1861. Para demonstrar essa perspectiva conservadora, é importante analisar o editorial do periódico, o que permite trazer a ideologia do jornal para o foco da pesquisa. Afinal, como explicam Mont’Alverne e Jamil (2015), os jornais da época tinham orientações políticas e ideológicas apresentadas nesses locais.

As palavras do primeiro editorial de *A Cruz* (RJ) permitem compreender bem os objetivos do editor: “Não há quem desconheça a necessidade absoluta da educação religiosa, maiormente em nosso país, onde desgraçadamente ela se acha tão desprezada.” (*A Cruz*, 18/ago./1861, p. 1). Assim, *A Cruz* (RJ) pretendia oferecer uma “educação religiosa” para seus leitores, garantindo que “(...) a felicidade de uma nação não consiste em seu extenso domínio, mas sim na moralidade de seu povo.” (*A Cruz*, 18/ago./1861, p. 1).



**AVE CRUZ**                      **SPES UNICA**

**A CRUZ.**

**SAHIRÁ TODOS OS DOMINGOS.**

**Jornal religioso, litterario, historico e philosophico.**

ASSIGNA-SE NA SACRISTIA DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CANDELARIA.

ASSIGNATURAS CORTE.	ASSIGNATURAS PROVINCIAS.
Por trimestre ..... 1\$500	Por trimestre..... 1\$800
Por semestre ..... 3\$000	Por semestre..... 3\$600
Por anno ..... 6\$000	Por anno ..... 7\$200

**Anno I.                      Rio de Janeiro, 18 de Agosto de 1861.                      N. 1.**

### INTRODUCCÃO.

Não ha quem desconheça a necessidade absoluta da educação religiosa, maiormente em nosso payz, onde desgraçadamente ella se acha, tão despresada. E' della principalmente que depende toda a harmonia, boa ordem e engrandecimento de qualquer nação. Os grandes homens assim o tem pensado; e a experiencia de todos os seculos nos mostra o que acabamos de dizer. — Recorra-se á historia, e ahí encontraremos todos os legisladores do mundo empregados em fazer leis, que felicitem seos povos, por meio de uma boa moral. Aborrecido de suas conquistas, Sesostris reconhece que a felicidade de uma nação não consiste em seo extenso dominio, mas sim na moralidade de seo povo. Anco Marcio subindo ao throno de Roma, cuida logo em restaurar os sacrificios instituidos por seos avós; por que, dizia elle, erão as perdas de Roma occasionadas pelo abandono das leis sagradas.

Do mesmo modo na historia dos Judéos, os vemos sempre vencedores e gloriosos, quando, lembrados dos preceitos de Moysés seguião a religião que lhes havia dictado seo Deos; e sempre vencidos e captivos, quando, delles esquecidos, entregavão-se a um culto extranho e informe.

A educação religiosa é pois a base de toda a civilisação; a móla real do edificio da boa sociedade. E' uma verdade inconcussa que ninguem pôde salvar-se sem o temor de Deos; a escriptura o diz claramente e todo o mundo assim o tem entendido. Como pois é possível que em uma sociedade onde se ignora os mais comeseinhos principios de religião, possa ser temido e amado Aquelle de quem depende a nossa salvação ? !

O que nos abalançamos a dizer não é mentira; pessoas ha que occupão altas posições, instruidas em varios ramos de sciencias, ignorando no entanto, o minimo preceito, da crença de seos pais.

Culpão o clero, nós o confessamos, em grande parte elle tem sido culpado; mas não se lhe imponha toda a responsabilidade, ella tãobem cabe aos pais de familia, e mais encarregados do adiantamento moral.

E si o clero é culpado, já é tempo que acorde desse peccaminoso lethargo, em que jazia sepultado; foi a elle, a quem o Salvador encarregou a missão do ensino; seja pois a cruz — um principio da pratica, no Brasil dessa missão divina.

Hoje mais que nunca, uma folha se torna necessaria, que defenda os interesses da esposa de Jesus Christo. O filosofismo moderno tem invadido tudo com suas falsas e perniciosas doutrinas;

**Figura 9 - Primeira publicação de A Cruz**

Ou seja, nessa primeira edição, o jornal *A Cruz* (RJ) defende que o sucesso da sociedade depende da moralidade de seu povo, moralidade essa alcançada pela fé cristã e pelo respeito às "leis sagradas". Para ilustrar seu argumento, o periódico utiliza uma passagem

sobre a crise de Roma: “Anco Marcio subindo ao trono de Roma, cuida logo em restaurar os sacrifícios instituídos por seus avós; porque, dizia ele, eram as perdas de Roma ocasionadas pelo abandono das leis sagradas” (*A Cruz*, 18/ago./1861, p. 1). Por meio dessa citação, o periódico deixa exposto que a decadência de Roma seria devido à perda de suas leis sagradas, utilizando o exemplo como um alerta para o Brasil.

A proposta do jornal era clara: ele tinha uma missão educativa focada na moral cristã, buscando qualificar seus leitores como bons cristãos — segundo seu ponto de vista — e garantindo a "felicidade e a prosperidade" daqueles que adotassem suas ideias.

Para alcançar esse objetivo, o jornal utilizava a educação religiosa, permitindo aos leitores um aprendizado que os libertaria das heresias da sociedade. Segundo o editorial, “A educação religiosa é, pois, a base de toda a civilização; a mola real do edifício da boa sociedade” (*A Cruz*, 18/ago./1861, p. 1). Nesse mesmo editorial, o jornal ainda expressa um receio sobre a nova geração que vem perdendo a fé e se instruindo pela ciência:

O que nos abalançamos a dizer não é mentira; pessoas há que ocupam altas posições, instruídas em vários ramos de ciências, ignorando, no entanto, o mínimo preceito, da crença de seus pais.

Culpam o clero, nós o confessamos, em grande parte, ele tem sido culpado; mas não se lhe imponha toda a responsabilidade, ela tão bem cabe aos pais de família, e mais encarregados do adiantamento moral;

E se o clero é culpado, já é tempo que acorde desse pecaminoso letargo, em que jazia sepultado; foi a ele, a quem o Salvador encarregou a missão do ensino; seja, pois, a cruz — um princípio da prática, no Brasil, dessa missão divina. (*A Cruz*, 18/ago./1861, p. 1)

A partir disso, o redator atribui a responsabilidade ao próprio clero e à família, que não educaram os jovens e afastaram a população da moral religiosa. Com essa problemática, ele conclui demonstrando a necessidade de seu periódico, colocando *A Cruz* (RJ) como responsável por essa "missão divina" no Brasil: “Hoje mais que nunca, uma folha se torna necessária, que defenda os interesses da esposa de Jesus Cristo. O filosofismo moderno tem invadido tudo com suas falsas e perniciosas doutrinas” (*A Cruz*, 18/ago./1861, p. 1). Para evitar esse avanço moderno, o redator conclui, apresentando de forma bem clara o foco do periódico: “*A Cruz* é dedicada especialmente à mocidade, a fim de vermos se por este modo, arredamos de suas mãos, essas perniciosas leituras, que vão pouco a pouco, lhe infiltrando no coração o veneno da perdição e do crime” (*A Cruz*, 18/ago./1861, p. 1). Fica claro que o objetivo desse jornal é a pregação contra os perigos das leituras filosóficas modernas — o que incluiria o romance.

Salienta-se que *A Cruz* (RJ), objetivando essa doutrinação católica, publicou textos e artigos que a punham em prática. Além de usar o espaço do editorial, o redator do jornal exprimiu suas ideias em outros tópicos importantes a serem ressaltados. Esses pontos ajudam a compreender a crítica de *Os Miseráveis*, pois, enquanto o romancista buscou realizar um romance acusando os problemas da sociedade em decadência, o jornal, por outro lado, exprimiu suas ideias em contraponto a Victor Hugo — ficando claro aqui que as críticas não versam apenas sobre o romance, mas também sobre o romancista.

Lembrando que o extenso texto sobre *Os Miseráveis* trata-se de uma tentativa de guiar os leitores e leitoras católicos que poderiam entrar em contato com *Os Miseráveis*, principalmente em folhetim, já que a obra de Victor Hugo estava sendo publicada no *Jornal do Comércio* (RJ), tornando-se assim prontamente acessível — principalmente se considerados os preços relativos do jornal e do livro, uma vez que, segundo dados encontrados em jornais comerciais, o romance, em formato livro e com vários volumes, era vendido por algo entre 12\$000 a 20\$000 réis<sup>9</sup>, sendo que o *Jornal do Comércio* (RJ) custava, em seu valor mais barato, na assinatura de 3 meses, 6\$000; e, na mais cara, a anual, 24\$000.

Ao longo de toda a crítica à obra de Victor Hugo, buscou-se demonstrar os problemas na forma como o romancista desenvolvia sua visão de mundo, como será apresentado mais adiante. O jornal abordou tópicos presentes no romance, discutindo diretamente o conteúdo dos capítulos e os personagens, além de tratar de temas que estavam diretamente ligados à obra. Entre os temas já destacados estavam o fatalismo social, além da forma como eram representadas a religião e a mulher.

#### **1.4 A Revolução como “Rebelião Contra Deus”: A Visão Contrarrevolucionária de *A Cruz* (RJ)**

Em 1863, após a publicação completa da crítica sobre *Os Miseráveis*, o periódico apresentou um editorial que faz referência direta a pontos que haviam sido trabalhados anteriormente. Essa passagem é importante, pois explicita a visão do jornal sobre a segunda metade do livro e sobre como os leitores deveriam interpretar a crítica já publicada. Essa coluna teve o objetivo de continuar a análise da perspectiva revolucionária do autor do

---

<sup>9</sup>Encontram-se, nos jornais da época, críticas com humor, como na 15ª edição da *Revista Popular* do Rio de Janeiro “*Os miseráveis* não são para os miseráveis” (*Revista Popular*, 1862, p. 54).

romance, enfatizando os aspectos que julgava problemáticos, especialmente no que diz respeito às ideias de mudança social e política de Victor Hugo.

Depois disto Saul perseguiu David até no deserto, e este para escapar teve de se metter em uma caverna. Deus enviou immediatamente uma aranha que formou sua teia diante da estreita abertura do asylo. Se tivesse entrado aqui, disse Saul rindo e caminhando para diante, a teia de aranha estaria rota.

David prostrou-se no pó.

« Depressa me esclareceste, Senhor, exclamou elle. Jeovah, jámais se elevára na minha alma a minima dúvida: sim, as aranhas e as proprias moscas são uteis na terra: o que tu dizes é bem dito, o que fazes é justo. »

### Que é a revolução?

E a negação do direito, é a subversão da ordem moral do universo, ou das leis que a Providencia estabeleceu para o regimen e conservação da sociedade.

A revolução é uma tempestade na ordem social, que como na ordem physica, é acompanhada de relampagos, raios e trovões, que mostra que a sociedade está fóra de seus eixos, ou de suas bases naturaes, e que é de necessidade para ella, que volte para traz em busca de um principio, ou d'um ponto de apoio, que a sustente, sob pena de subverter-se, ou deixar de existir; e esteja ella certa que enquanto não voltar atraz em busca deste principio, a sua historia será a continuação das suas desgraças.

Se este espirito vertiginoso, que ameaça subverter toda a ordem social não pára; se a Europa continúa a olhar de braços cruzados para esta infracção da ordem moral do universo, e sem que dê um passo para o restabelecimento de uma nova vida, ou d'uma nova era de cousas; é inevitavel que se realice, e n'um termo não mui distante, uma transformação social, porque o actual estado de cousas não permite duração.

E quem é que não reconhece esta verdade, e que uma grande revolução está imminente?

Quem é que não vê, que uma expectação extraordinaria de cousas grandes e insolidas tem hoje em suspensão a Europa?

Quem é que não está convencido, que tarde, ou cedo começará uma lucta tremenda, que como a chamma superada pelo vento, hade estender-se ao longe e incendiar as nações?

Quem ha que não esteja em sobresalto? Que não se receie do futuro? Que não tema pela sua sorte?

Que familia ha que se não horrorise com essas leis de ferro, que inquietão todas as fortunas, e que pretendem roubar ao povo a sua subsistencia, e condemnal-o á fome, e á miseria?

Que pais de familias não vertem legrimas, lembrando-se de seus filhos, e virando-se para elles: lhes não diz consternado? Meus filhos tremo por vós e pela vossa sorte, não sei se continuo a ter pão para vos alimentar, porque pre-

tendem arrancar-mo das mãos! Não sei mesmo se continuareis a ter pai, porque me não sinto com forças para supportar a minha desgraça, e para vos ver perecer á mingua!!

Que perspectiva mais triste e degradante para a humanidade?!

Levantão-se collosaes riquezas, ostenta-se um grande luxo, ainda que para isso seja necessario sacrificar myriadas de homens no altar do capricho, do egoismo e da ambição.

Quem é que se não revolta vendo um povo que pede em altos gritos tenhão delle compaixão, que não ponhão sobre seus hombros um peso, que não póde supportar, e não contentes de se mostrarem surdos á sua voz e insensíveis ás suas queixas, ainda o insultão pelo desdem com que o tratão?

E no emtanto este pobre povo nem vê refugio a que se abrigue, nem porto de salvação a que se recolha!!

Eis aqui a revolução, eis aqui o seu destino!!

Que povo ha, que ella não opprimiu, ou empobreceu?

Não tem ella acabado sempre por infelicitar o povo, de que se apoderou, ou que soube illudir?

Sacrificado ás mais violentas paixões, elle não tem colhido por fructo, senão a miseria, a desgraça, a oppressão mais insupportaveis; elle devia esperar este fructo amargoso, logo que desprezou os oraculos da verdade eterna, para ouvir os da mentira; logo que desprezou a voz de Deus, para escutar a voz do homem: logo que quiz pertencer a uma sociedade impia, de que se banhiu a Deus, e em que se desconhecêrão as leis moraes e religiosas.

De Deus não se escarnece: as nações tem podido conjurar-se contra Deus e o seu Christo, tomar o seu imperio, dizendo em seu orgulho—sou soberano, sou como Deus.

Ellas tem podido fazer tudo isto, mas Deus do alto dos Céos tem-se rido da sua loucura, e confundido o seu vão empenho.

Elle tem-lhes mostrado, que não ha Deus, senão elle, e que não reparte com outro a sua gloria.

Qual é o povo, que assim se levantou contra Deus, que pretendeu roubar-lhe o seu imperio, que não fosse condemnado a receber todo o peso do castigo da sua impiedade, a ser escravo de todos os poderes, preza, e miseravel juguete de todas as facções, um campo aberto a todos os ambiciosos, immolado ao seu furor, e ás suas mais fogosas paixões, não creando filhos, senão para os sacrificar vergonhosamente aos seus caprichos, e aos seus planos de elevação e grandeza: reduzindo-se a sua gloria a pagar um tributo de sangue a cada usurpador, que queira dominal-o ou que delle se queira ver livre, não colhendo por fructo senão a sua ruina, e a sua vergonha?!

Lêde a historia antiga, e moderna, e ella vos dará desta verdade um completo testemunho.

Mas por isso que somos chegados a um abysmo, devemos por isso desesperar?

Não certamente: confiemos antes, que seremos livres delle por Aquelle, que tem na sua mão o coração de todos os homens, e que dirige os acontecimentos do mundo, como bem lhe apraz; e que se permite o mal, é para tirar delle um maior bem, porque elle tudo creou para honra e gloria sua.

Lembre-mos ainda, que depois de uma grande tormenta segue-se a bonança, e a serenidade, e que depois de uma grande desordem, se restabelece quasi sempre a ordem.

A revolução é um erro, é um desmentido á sabedoria divina, é em uma palavra, só uma mentira dos homens, que hade passar, como todas as suas obras, para render testemunho á verdade, que é eterna como Deus, que nasceu delle, e nelle se remata, como seu centro, e unico fim—et veritas Domini manet in aeternum.

Está hoje demonstrado, que seja qual fór a face, com que ella se apresente, ou a capa, com que se embuce, partindo do mesmo principio, hade produzir sempre os mesmos effeitos, e apresentar os mesmos resultados; e por isso mais tarde, ou mais cedo, hade acabar gasta pelo crime, e pela corrupção.

Tudo hade perecer em queda desastrosa aos apupos da multidão indignada.

Ella hade mostrar á Europa, que se o catholicismo é uma verdade, que vivifica as nações, a politica, ou a sciencia social, que se lhe oppõe, é uma falsidade, é um erro, que os contamina e destroe.

Ella mostrará mais, que toda a sciencia politica, que não fór bebida na fonte do Evangelho, ou não fór repassada da torrente vivificante dos principios catholicos, é uma sciencia falsa, hypocrita, e materialista, que não póde fazer, senão a desgraça, e desordem do mundo.

Ella dará ainda á Europa um completo desengano, que não póde haver paz para ella, sem que volte ao principio religioso, que primeiro faltará o céo e a terra, que elle deixe de ser o principio conservador da sociedade.

### Do Protestantismo e Catholicismo.

#### 1.

Que é o protestantismo, ou que tem elle, que não seja impiedade, ou vilipendio da razão? Que nos apresenta a sua historia, que não sejam os desvarios do espirito humano? Que tem elle sido senão o açoute e flagello da humanidade? Que mostra elle, senão a corrupção immensa da natureza humana, senão o erro, perdendo-se em todos os excessos, ou sepultando-se nos mais profundos abysmos? Que se vê nelle, que não seja o stygma da mentira,

Figura 10 - O que é a revolução?

Em 18 de janeiro de 1863, um texto em *A Cruz* (RJ) procurou responder à questão: “O que é a revolução?”. Em sua resposta, a revolução é definida como “a negação do direito, é a

subversão da ordem moral do universo, ou das leis que a Providência estabeleceu para o regime e conservação da sociedade” (*A Cruz*, 18/jan./1863, p. 3). Em outras palavras, ressaltasse o lado negativo e antinatural da mudança, classificando a revolução como prejudicial para a sociedade. Para o periódico,

A revolução é uma tempestade na ordem social, que, como na ordem física, é acompanhada de relâmpagos, raios e trovões, que mostra que a sociedade está fora de seus eixos ou de suas bases naturais, e que é de necessidade para ela, que volte para trás em busca de um princípio, ou de um ponto de apoio, que a sustente, sob pena de subverter-se, ou deixar de existir; e esteja ela certa que enquanto não voltar atrás em busca deste princípio, a sua história será a continuação das suas desgraças. (*A Cruz*, 18/jan./1863, p. 3)

A definição de revolução proposta pelo periódico exprime não só sua visão de mundo, mas também sua vontade de expressar uma ideologia, manifestada nas publicações que reforçam os objetivos de sua perspectiva. Essa visão busca se opor às transformações sociais e políticas que surgem durante o século XIX, posicionando-se contra as ideias revolucionárias e defendendo uma ordem estabelecida, fundamentada em valores tradicionais e religiosos.

Se este espírito vertiginoso, que ameaça subverter toda a ordem social não parar; se a Europa continuar a olhar de braços cruzados para esta infração da ordem moral do universo, e sem que dê um passo para o restabelecimento de uma nova vida, ou de uma nova era de coisas; é inevitável que se realize, e em um termo não muito distante, uma transformação social, porque o atual estado das coisas não permite duração.

[...]

Que família há que se não horrorize com essas leis de ferro, que inquietam todas as fortunas, e que pretendem roubar ao povo a sua subsistência, e condená-lo à fome, e à miséria?

Que pais de família não vertem lágrimas, lembrando-se de seus filhos, e virando-se para eles: lhes não diz consternado? Meus filhos tremo por vós e pela vossa sorte, não sei se continuo a ter pão para vos alimentar, porque pretendem arrancar-me das mãos! Não sei mesmo se continuareis a ter pai, porque não me sinto com forças para suportar a minha desgraça, e para vós ver perecer à mingua!!

Que perspectiva mais triste e degradante para a humanidade?! (*A Cruz*, 18/jan./1863, p. 3)

Após apresentar uma visão negativa sobre esse elemento tão característico do século XIX, trazendo um lado mais sentimental para a sua análise, o periódico traz a própria visão cristã sobre a revolução:

Qual é o povo, que assim se levantou contra Deus, que pretendeu roubar-lhe o seu império, que não fosse condenado a receber todo o peso do castigo da sua impiedade, a ser escravo de todos os poderes, presa, e miserável juguete de todas as facções, um campo aberto a todos os ambiciosos, imolados ao seu furor, e às suas mais fogosas paixões, não criando filhos, senão para os sacrificar vergonhosamente aos seus caprichos, e aos seus planos de elevação e grandeza; reduzindo-se a sua glória a pagar um tributo de sangue a cada usurpador, que queira dominá-lo ou que dele se queira ver livre, não colhendo por fruto senão a sua ruína, e a sua vergonha?! (*A Cruz*, 18/jan./1863, p. 3)

O ponto sobre a revolução é revivido com a mesma abordagem que o crítico utilizou no texto sobre *Os Miseráveis*. Em 2 de novembro de 1862, o crítico afirma que os revolucionários são “feras famintas, homens desesperados, que querem sangue e mais sangue” e, em 9 de novembro de 1862, ele diz que os participantes das barricadas são “abjetos e detestáveis sofistas, que se revoltam abertamente contra a sociedade, contra a ordem e contra Deus!”. Esses pontos mostram uma característica relevante da análise: a revolução não é nobre, ela é um ato de rebeldia contra Deus.

O periódico, então, busca amedrontar o seu leitor cristão, sustentando que a revolução é responsável pelos problemas sociais, sendo uma punição divina pelos males que ela causa ao mundo. Defende-se que os únicos responsáveis por salvar a população seriam a crença e a fé, de maneira que o periódico apresenta questionamentos e respostas:

Mas por isso que somos chegados a um abismo, devemos por isso desesperar?  
 Não certamente: confiemos antes, que seremos livres dele por Aquele, que tem na sua mão o coração de todos os homens, e que dirige os acontecimentos do mundo, como bem lhe apraz; e que se permite o mal, é para tirar dele um maior bem, porque ele tudo criou para honra e glória sua. (*A Cruz*, 18/jan./1863, p. 3)

Nessa lógica, as pessoas deveriam apenas esperar e crer em Deus, sendo possível a salvação apenas por Ele. Se existissem problemas na vida do leitor, a fé o salvaria. Assim, o periódico conclui o extenso texto sobre os males e perigos da revolução, afirmando que a verdadeira liberdade só poderia ser alcançada pela perspectiva católica, deixando claro que

A revolução é um erro, é um desmentido à sabedoria divina, é em uma palavra, só uma mentira dos homens, que há de passar, como todas as suas obras, para render testemunho à verdade, que é eterna como Deus, que nasceu dele, e nele se remata, como seu centro e único fim – *et verita Dominiman et in aeternum*. (*A Cruz*, 18/jan./1863, p.3)

É importante ressaltar que este tópico sobre a revolução aparece após a publicação da crítica do romance de Victor Hugo. Sua relevância na análise da obra torna-se evidente pelo posicionamento do redator. A posição contrarrevolucionária é um elemento constante na crítica de *Os Miseráveis*, e a condenação da revolução é uma bandeira defendida por *A Cruz* (RJ).

### **1.5 O Romance como Ameaça à Moralidade: *A Cruz* (RJ) e a Luta contra o “Veneno” da Ficção.**

A exemplo dessa discussão sobre a revolução, vamos nos deter em alguns outros temas que apareceram tanto no juízo crítico do romance de Victor Hugo quanto em outros

textos publicados em *A Cruz* (RJ), a fim de compreender melhor a longa crítica de *Os Miseráveis* saída nesse jornal.

Dois outros tópicos estão diretamente relacionados à opinião do crítico e a seu juízo sobre o romance hugoano. O primeiro deles aparece na edição de 13 de outubro de 1861, em um texto intitulado “Perigo do Romance”, que começava com um alerta:

Grande é o estrago que tem feito o romance no seio das famílias! É um veneno tão sutil, que vai pouco a pouco roendo o coração e tirando-lhe todo o seu viço e primor. A inocência o abraça, e seu contato a definha e mata. A inteligência acanha-se, o coração não pode formar-se para a virtude, as faculdades da alma ficam entorpecidas em sua ação, e nesse estado de abatimento tudo parece desfalecer. Milhares de pessoas têm sido vítimas de seus atrativos, e incautas vão tragando o cálix do infortúnio e da perdição; deleitam-se nessas pinturas extravagantes, que a imaginação em seu exaltamento cria, e cegas vão caminhando para o abismo da infelicidade, esquecidas dos meios poderosos que a Religião tão benignamente oferece para remover esses obstáculos que cativam e perdem o espírito. (*A Cruz*, 13/out./1861, p. 2)

pelo ferro, sua cabeça coroada de espinhos, e pregado em fim n'um infame patíbulo. E por ventura chamou Elle trovões e raios para vingar-se dos seus inimigos? Abriu os thesouros do seo furor para castigal-os pelo mais horroroso attentado? Não christãos; pelo contrario derramou até a ultima gota do seo sangue pelo perdão dos seus algozes e pela salvação de todos os homens; gastou os ultimos momentos de sua vida em favor dos seus inimigos, e em alcançar o seo perdão. Nós que nascemos e crescemos á sombra da Cruz de Jesus Christo, que fomos instruidos dos seus misterios, que estamos persuadidos da sua religião cheia dos seus favores, e nutridos com o seu sangue, devemos ser os imitadores da sua generosidade e de sua clemencia: as occasiões de servir aos nossos inimigos dever-nos-hão ser preciosas, por que assim conseguimos imitar ao nosso Divino Mestre.

Deos não pede que derramemos o nosso sangue como os martyres, nem que morramos para o mundo como os Anachoretas; pede somente que perdoemos aos nossos inimigos. Perdoai e sereis perdoados, eis as suas promessas. Façamos-lhe a vontade, e então poderemos dizer-lhe com uma liberdade santa: fiz o que me ordenaste; fazei o que me prometteste; perdoei e por tanto perdoai-me.

Na mesma parábola de hoje Jesus Christo nos annuncia a sorte que nos espera, se de todo o coração não perdoarmos aos que nos offendem; seremos entregues a algozes sem piedade, até que fique satisfeita a justiça divina; nenhuma misericordia haverá para quem não a teve para seus irmãos.

Christãos, obedecemos a Deos, que nos manda amar aos nossos inimigos; imitemol-o afim de merecermos as grandes recompensas que Elle nos promette; apressemo-nos a dar aos nossos inimigos o osculo da paz, reconciliando-nos com elles para sempre: este perdão obrigará o Senhor a conceder-nos o nosso, e nos alcançará a graça do céo.

#### Perigo do romance.

Grande é o estrago que tem feito o romance no seo das familias! É um veneno tão subtil, que vai pouco á pouco roendo o coração e tirando-lhe todo o seo viço e primôr. A innocencia o abraça, e seo contacto a deſinha e mata. A intelligencia acanha-se, o coração não pôde formar-se para a virtude, as faculdades d'alma ficão entorpecidas em sua acção, e nesse estado de abatimento tudo parece desfallecer. Milhares de pessoas tem sido victimas de seus attractivos, e incautas vão tragando o calix do infortunio e da perdição; delectão-se nessas pinturas extravagantes, que a imaginação em seo exaltamento cria, e cegas vão caminhando para o abysmo da infelicidade, esquecidas dos meios poderosos que a Religião tão benignamente

offerece para remover esses obstaculos que captivão e perdem o espirito. O coração assim educado é necessariamente fraco, e não se poderá de maneira alguma apreciar a nobreza de seus actos, nem se conhecer o fim para que foi formado. O romance é um espelho tão negro que só nelle pôde reflectir a immoralidade, o amor desfigurado, o ciúme, e finalmente a desordem em toda a sua plenitude. É uma escola aonde se aprende as lições da impureza; aonde se vê as estatuas da sensualidade desenhadas; é um mar que engole em suas ondas o thesouro sublime da fidelidade; é um campo esteril que não consente a flor da virtude crescer.

O véo que cobre o seo enredo é tão transparente, que ao primeiro lance d'olhos se avista todo o seo fundo; é uma rede que deixa prender a quem se embebeza de seo tecido. A experiencia nos tem apresentado seus effeitos. A época actual caminha para um despenhadeiro — o estrondo de sua queda será espantoso; a mocidade corre a emaranhar-se em seus espinhos; a donzella dorme o somno da perdição á sua sombra. O luxo e a vaidade são os fructos que a virgem colhe em recompensa do tempo que emprega para contemplar esses paineis seductores, que se inventão para adoçar os labios, e estragar o coração. Embriagada nesse aroma ephemero, que a flôr da desgraça deixa sahir de seo calice, olha para o quadro da verdade como um espectro, e horrorizada pela belleza que o cerca, recua diante do braço que a convida para entrar no templo da felicidade e gozar do legado que constitue sua maior grandeza. Que firmeza de espirito pôde ter a virgem, que entrega-se absolutamente ao passa-tempo de um romance? Que felicidade pôde offerecer a seo esposo?

Que exemplo para legar a seus filhos? Serão por ventura esses meios fracos, que a elevarão a altura que lhe compete na sociedade? É essa a missão importante que se une ao seo coração?

Certamente que não.

Não será a melhor, e mesmo sublime, que uma virgem, em vez de folhear as paginas de um romance, abrisse cautelosamente a Escripura Sagrada, que decorasse as maximas do Evangelho, que consentisse seo espirito reflectir sobre essas verdades, que visse as batalhas que affrontarão as heroínas do Christianismo, que admirasse o amphitheatro em que se expunhão os defensores da fé, que aprendesse a maneira porque se deve soffrer e amar?!

Haverá grandeza maior do que essa, riqueza mais solida, formosura mais bella, tempo mais feliz para gozar-se? Porém a virgem só attende aos interesses do mundo, aos adornos da corrupção, ás felicitações de um espirito degenerado, que quer de um só jacto consumil-a em sua furia. E quem será a causa de sua desgraça? Certamente que é a sua educação: breve nos occuparemos della.

Figura 11 - O perigo do romance

Essa perspectiva reforça a visão pejorativa do romance nos séculos XVIII e XIX. Nesse contexto, o romance era considerado uma forma de literatura “baixa”, sem valor agregado, destinada apenas ao passatempo e que afastava os leitores da Igreja. Walter Siti (2009) afirma que essa visão do romance como literatura “baixa” era característica do período, pois: “A acusação geral era de que os romances rebaixam o nível cultural, promovem a curiosidade e o mexerico em prejuízo da *‘littératures savante’*. Os romances acabariam com o hábito de pensar: “não se relê um romance”, escreve Vauvenargues ainda em 1745” (Siti, 2009, p. 170).

Este texto de *A Cruz* (RJ) ainda afirma que esse conhecimento produzido pelo romance é perigoso, por enfraquecer o coração e refletir sentimentos e ações considerados ruins pelo redator dessa coluna.

O coração assim educado é necessariamente fraco, e não se poderá de maneira alguma apreciar a nobreza de seus atos, nem se conhecer o fim para que foi formado. O romance é um espelho tão negro que só nele pode refletir a imoralidade, o amor desfigurado, o ciúme, e finalmente a desordem em toda a sua plenitude. É uma escola onde se aprendem as lições da impureza; onde se veem as estátuas da sensualidade desenhadas; é um mar que engole em suas ondas o tesouro sublime da fidelidade; é um campo estéril que não consente a flor da virtude crescer. (*A Cruz*, 13/out./1861, p. 2)

O romance seria o local de apresentação do mundo dos costumes não convencionais à época, como a miséria, a revolução e a prostituição, como em *Os Miseráveis*. No entanto, o texto do jornal argumenta que essa representação seria algo sem valor para agregar ao leitor, causando apenas a sua decadência moral. Ou seja, a crítica ao romance de Victor Hugo pelo jornal se fundava em uma visão pejorativa da literatura.

Nessa mesma coluna, afirma-se que a leitura do romance, por ser um “passatempo”, impede a mulher de ser uma boa mãe ou esposa.<sup>10</sup>

O véu que cobre o seu enredo é tão transparente que ao primeiro lance de olhos se avista todo o seu fundo; é uma rede que deixa prender a quem se embeleza de seu tecido. A experiência nos tem apresentado seus efeitos. A época atual caminha para um despenhadeiro – o estrondo de sua queda será espantoso; a mocidade corre a emaranhar-se em seus espinhos; a donzela dorme o sono da perdição à sua sombra. O luxo e a vaidade são os frutos que a virgem colhe em recompensa do tempo que emprega para contemplar esses painéis sedutores, que se inventam para adoçar os lábios, e estragar o coração. Embriagada nesse aroma efêmero, que a flor da desgraça deixa sair de seu cálice, olha para o quadro da verdade como um espectro, e horrorizada pela beleza que o cerca, recua diante

<sup>10</sup> Por mais que o romance estivesse perdendo a qualidade como literatura baixa ao final do século XIX, Siti nos mostra também que durante a segunda metade desse século ainda persistia tal entendimento. “Nos séculos XIX e XX, um setor do romance se torna um gênero de elite, mas um outro setor muito amplo continua a ser um gênero de massa: as acusações que se faziam ao romance são as mesmas que ora se fazem à ficção televisiva.” (Siti, 2009, p. 171).

do braço que a convida para entrar no templo da felicidade e gozar do legado que constitui sua maior grandeza. Que firmeza de espírito pode ter a virgem, que entrega-se absolutamente ao passatempo de um romance? Que felicidade pode oferecer a seu esposo? Que exemplo para legar a seus filhos? Serão porventura esses meios fracos, que a elevarão à altura que lhe compete na sociedade? É essa a missão importante que se une ao seu coração?

Certamente que não. (*A Cruz*, 13/out./1861, p. 2)

O romance, para o jornal, causa estragos: ele torna a mãe preguiçosa e a impede de dar a devida atenção à família e ao marido. O objetivo do periódico é desaconselhar as leituras perniciosas dos romances, que não educam as pessoas na doutrina cristã. Em vez disso, o jornal sugere unicamente a leitura das Escrituras Sagradas:

Não seria melhor, e mesmo sublime, que uma virgem, em vez de folhear as páginas de um romance, abrisse cautelosamente a Escritura Sagrada, que decorasse as máximas do Evangelho, que consentisse a seu espírito refletir sobre essas verdades, que visse as batalhas que afrontaram as heroínas do Cristianismo, que admirasse o anfiteatro em que se expunham os defensores da fé, que aprendesse a maneira por que se deve sofrer e amar! (*A Cruz*, 13/out./1861, p. 2)

As pessoas, principalmente as mulheres, não deveriam ter contato com romances, cujos perigos eram vivamente enfatizados. Assim, pode-se concluir que, de saída, o romance de Victor Hugo seria negativamente avaliado pelo simples fato de ser um romance. A abordagem inicial da obra de Victor Hugo será negativa em relação ao seu impacto no cotidiano dos leitores. O estilo de Victor Hugo é classificado como “baixo”, o que se tornaria explícito na crítica.

### **1.6 A Pobreza como Virtude: *A Cruz* (RJ) e a Contestação da “Fatalidade Social” de Victor Hugo.**

O segundo tópico abordado no jornal, que precede a análise do livro, diz respeito à pobreza. É importante lembrar que, ao escrever seu célebre romance, Victor Hugo criticou principalmente a existência da miséria na França, na primeira metade do século XIX. A pobreza era uma questão amplamente discutida, assim como seu agravamento, resultante dos processos pós-revolucionários e napoleônicos na França.

Vale destacar que, em sua escrita, Victor Hugo sempre adotou uma abordagem profundamente humanista, ou seja, esteve sempre preocupado com a marginalização humana, empenhando-se em expor as desigualdades e as injustiças sociais. Seus romances quase sempre traziam temas que acusavam esses problemas sociais do século XIX, como o poder e a atuação da Igreja, a pena de morte, a miséria, a fome etc.

Conforme visto, no juízo crítico sobre o romance de Victor Hugo, destaca-se como suas personagens se degradavam com o tempo — Fantine vendendo seu corpo, Jean Valjean roubando pão e passando 19 anos nas galés, os Thénardiens vivendo na pobreza e resolvendo suas vidas por meio de golpes e trapaças, e Gavroche, uma criança, jogado às ruas, lutando pela dignidade de seu povo. A atenção a esse ponto e o modo como ele foi levantado na leitura de *Os Miseráveis* podem, ser em parte, compreendidos à luz de um texto sobre a pobreza, saído em *A Cruz* (RJ) alguns anos antes da longa crítica do romance hugoano, em 10 de novembro de 1861. Nesse texto, transparece uma divergência argumentativa na visão da pobreza. Esta é tratada sob uma ótica mais determinista, sendo também objeto de romantização por parte da religião. A abertura do texto confirma isso:

[A Pobreza] É a partilha mais sublime que o Criador concede a seus filhos, é a escada por onde o homem sobe a seus filhos, é a escada por onde o homem sobe ao trono da bem-aventurança; sem ela não pode crescer a mimosa flor da humildade, a esperança deixa o infortúnio vencê-la, a fé degenera em fraqueza, tudo quebra-se e desconcerta-se como a verde palmeira do deserto que, açoitada pelo vento, deixa que verguem seus ramos e ressequidos morram. Ela nasceu na cabana de Belém, e cresceu nos braços da Cruz regada pelo sangue do Cordeiro da Redenção; e o Cristianismo é o seu Anjo que constantemente a socorre e fortifica no meio da opressão, como o sol que nascendo vem animar a natureza.

[...]

Esses entes que o mundo despreza, e os faz provar o cálix do infortúnio, cobrindo-os de vilipêndios, lançando a eles o mais desabrido ódio — são esses os verdadeiros filhos do Céu, que sabem compreender as revoluções que a sociedade constantemente forma — as quais só servem para ir enfraquecendo seus alicerces, até que a morte e a infelicidade a domine. (*A Cruz*, 10/nov./1861, p. 2)

O pobre, sem comida ou bens materiais, se encontraria em um estado de espírito mais puro do que aqueles que possuíam melhores condições. Nesse contexto, o jornal defendia que a pobreza é uma condição abençoada, uma escada para a felicidade eterna, e que o Cristianismo é seu anjo da guarda, que constantemente a socorre e a fortalece contra a opressão do mundo.

Essa visão idealizada da pobreza entra em conflito direto com o romance de Victor Hugo. O crítico, com sua visão moralista, não aceita a complexidade das personagens. Fantine é condenada não por seu sofrimento, mas por suas falhas morais. Os Thénardiens não são vistos como vítimas da miséria, mas como criminosos. A pobreza, para o crítico, não é o motivo do crime, mas uma condição que, em vez de corromper, deve purificar a alma.

(...) seu coração [do pobre] bate tranquilo, seu prazer é ter junto de si seus filhos, sua mulher — ensinando-lhes a doutrina pura que receberam de seus pais, e fazendo com que jamais possam adular esses princípios santos bebidos no desabrochar da vida e nos primeiros ensaios da razão. Quantos opulentos que passeiam em seus carros cobertos de luxo, que habitam em magníficos palácios, não desejariam partilhar dessa felicidade que possui o pobre no centro de sua choupana! (*A Cruz*, 10/nov./1861, p. 2)

Esses tópicos evidenciam a forma como o jornal tratou aspectos presentes também na obra de Victor Hugo. Esses textos permitem trazer mais informações sobre o periódico, o que possibilita uma melhor compreensão dos elementos discutidos na crítica de *Os Miseráveis*. É importante ver que esses textos abordados demonstram uma diferenciação na realidade que o crítico do jornal e Victor Hugo encontraram, conforme o texto à obra *Os Miseráveis* se desenvolve.

A crítica de *A Cruz* (RJ) a *Os Miseráveis* não foi uma análise literária neutra, mas uma leitura engajada, movida por uma missão doutrinária. O crítico utilizou o romance de Victor Hugo como um campo de batalha ideológico para guiar seus leitores católicos, alertando-os sobre o que considerava perigoso. O jornal inverteu os principais temas da obra: a pobreza foi transformada em uma questão de ordem moral e religiosa, a revolução em um "massacre irracional" e uma "rebelião contra Deus", e os personagens, em arquétipos usados como prova dos "crimes" do autor.

Essa crítica intensa e detalhada demonstra o impacto que a literatura, e particularmente *Os Miseráveis* de Victor Hugo, causou na instituição católica brasileira do século XIX. Segundo o crítico, o romance não deveria ser lido pelos verdadeiros cristãos, e essa opinião foi posteriormente validada pelo banimento do romance pela Igreja Católica.

## **Capítulo 2 - O *Diário De Pernambuco* (PE) e a Crítica Liberal: O Romance Como Luta Entre A Lei Humana E A Divina**

### **2.1 O Elogio à Arte e ao Gênio: A Leitura de *Os Miseráveis* sob a Ótica Liberal do *Diário de Pernambuco* (PE)-**

É importante ressaltar que o *Diário de Pernambuco* (PE) publicou essa crítica nas últimas páginas, local onde a literatura costumava ser abordada. Santos (2021) afirma que, após 1855, o jornal passou por uma reestruturação para melhor acomodar os folhetins e os textos literários, aumentando o número de colunas e páginas.

A tradução crítica publicada no *Diário de Pernambuco* (PE) é datada de 9 de julho de 1862. Nesse momento, a publicação mais próxima de *Os Miseráveis* no *Jornal do Commercio* (RJ) foi de 7 de julho de 1862, e estava na terceira parte, capítulo VIII: “O Mau Pobre”. O capítulo focava no momento após a fuga de Leblanc (Jean Valjean) e Cosette, de Luxemburgo, pois o personagem principal havia pensado que Marius estava o perseguindo para denunciá-lo à polícia. Aos leitores do folhetim, a história estava nesse capítulo.

Nesse momento temos a crítica traduzida, intitulada “Os Miseráveis”, que apresenta duas assinaturas diferentes. Os primeiros quatro parágrafos têm a assinatura de Adr. Carl., nome que não foi identificado em nenhum outro número do jornal nesse ano. Além disso, no segundo parágrafo há outra indicação, informando que o texto original foi publicado no jornal francês *Charivari* (FR), assinado por Clement Caraguel. Ou seja, essa crítica é uma tradução de um texto publicado no *Charivari* (FR), cuja versão original foi publicada no periódico *Política Liberal* (PT), após ter sido remetida a ele por Adr. Carl.

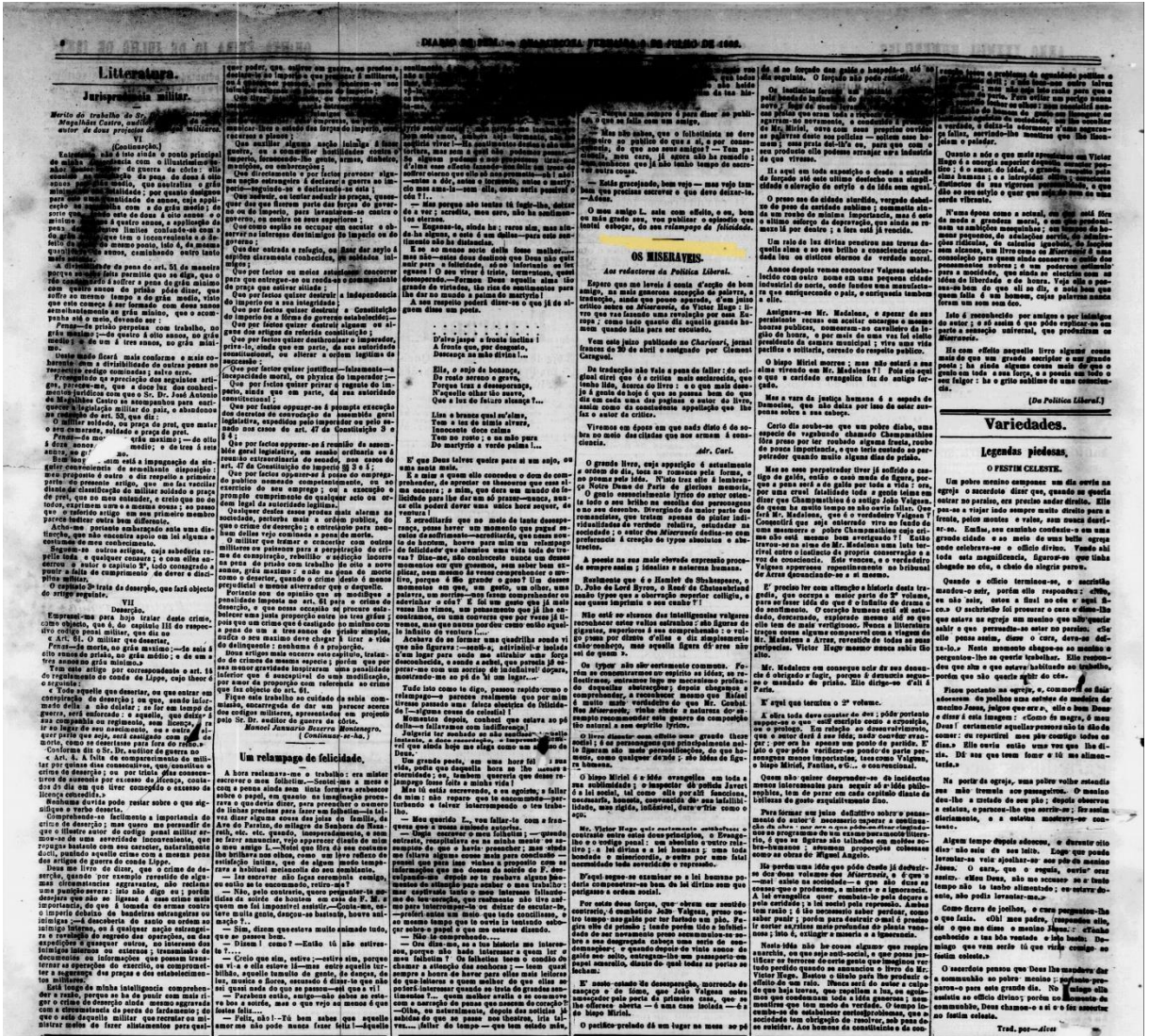


Figura 12 - Crítica no Diário de Pernambuco (PE)

Espero que me leveis à conta da ação de bom amigo, na mais generosa acepção da palavra, a tradução, ainda que pouco apurada, de um juízo crítico sobre os *Miseráveis*, de Victor Hugo: livro que vai fazendo uma revolução por essa Europa; como tudo quanto diz aquele grande homem quando fala para ser escutado.

Vem este juízo publicado no *Charivari*, jornal francês de 20 de abril e assinado por Clément Caraguel.

Da tradução não vale a pena de falar: do original direi que é a crítica mais esclarecida, que tenho lido, acerca do livro: e o que mais desejo a gente de hoje é que se possua bem do que diz em cada uma das páginas o autor do livro, assim como da concludente apelação que lhe faz o autor da crítica. (*Diário de Pernambuco*, 9/jul./1862, p. 8)

Inicialmente, Caraguel afirma que, por ser romancista e poeta, Victor Hugo sabe utilizar recursos literários para alcançar o público e despertar emoções no leitor. Ele discute o modo como o autor constrói suas personagens e desenvolve o romance, caracterizando-as como "tipos absolutos e abstratos".

O grande livro, cuja aparição é atualmente a ordem do dia, toca no romance pela forma, e no poema pela ideia. Nisto traz ele à lembrança Notre Dame de Paris de gloriosa memória. O gênio essencialmente lírico do autor ostenta todo o seu brilho na escolha dos personagens e no seu desenho. Divergindo da maior parte dos romancistas, que tratam apenas de pintar individualidades de verdade relativa, estudadas na sociedade; o autor dos *Miseráveis* dedica-se com preferência à criação de tipos absolutos e abstratos. (*Diário de Pernambuco*, 9/jul./1862, p. 8)

Segundo Caraguel, Victor Hugo se diferencia de outros romancistas por imprimir sua idealização nas personagens. O romancista se destaca pela forma como constrói a história com profundidade e riqueza, criando personagens que vão além de retratos da realidade. Note-se que tal juízo diverge de outros já discutidos neste trabalho, como aqueles de *A Cruz* (RJ), de Lamartine e de Baudelaire (Avi, 2023), dos juristas (Magdaleno, 2023), dos críticos religiosos (Bach, 1962) – todos eles sustentaram que as personagens hugoanas seriam irreais, exageradas ou distorcidas em relação às pessoas comuns.

O elogio a essa forma de construção das personagens é mais evidente quando Clément Caraguel sustenta que: “A poesia na sua mais elevada expressão procede sempre assim; idealiza a natureza humana” (*Diário de Pernambuco*, 9/jul./1862, p. 8). Ou seja, o belo no romance é representado pela idealização da natureza humana, e não pela mera cópia da realidade.

Os tipos não são certamente comuns. Porém se concentrarmos no espírito as ideias, se refletirmos, entramos logo no mecanismo profundo daquelas abstrações; depois chegamos a compreender, a reconhecer mesmo que Rafael é muito mais verdadeiro do que Mr. Courbet. Nos *Miseráveis*, vinha ainda a natureza do assunto recomendar este gênero de composição tão natural a seu espírito lírico.

O livro discute com efeito uma grande tese social; e os personagens que principalmente nele figuram são mais personificações, do que homens, como qualquer de nós; são ideias de figura humana. (*Diário de Pernambuco*, 9/jul./1862, p. 8)

Para evidenciar essa qualidade, Caraguel apresenta uma classificação das personagens, iniciando pelo bispo Myriel e pelo inspetor Javert. As personagens são descritas da seguinte maneira: “O bispo Myriel é a ideia evangélica em toda sua sublimidade; o inspetor de polícia Javert é a lei social, tal como ela por aí funciona, necessária, honesta, convencida de sua infalibilidade, mas rígida, [ilegível], dura e fria como aço” (*Diário de Pernambuco*, 9/jul./1862, p. 8). A crítica conclui que as personagens são concebidas como parte de um conjunto intencionalmente estruturado por Victor Hugo, contrapondo, de um lado, o “Evangelho”, do outro, o “código penal”:

Mr. Victor Hugo quis certamente estabelecer o contraste entre estes dois princípios, o Evangelho e o código penal: um absoluto e outro relativo; a lei divina e a lei humana; uma

toda bondade e misericórdia, a outra por uma fatal necessidade toda severidade e repressão (*Diário de Pernambuco*, 9/jul./1862, p. 8).

Essas reflexões trazem novamente o ponto inicial da crítica, que distingue entre personagens absolutas e abstratas, evidenciando essa distinção por meio da análise de Myriel e Javert. O crítico interpreta a visão de Victor Hugo e utiliza essas duas figuras para expor sua própria leitura da obra.

De um lado, o bispo Myriel, representando a bondade e a misericórdia, reflete uma perspectiva cristã que parece alinhada à do próprio crítico. Do outro, Javert encarna a “fatal necessidade” da repressão, demonstrando que a lei, por mais inflexível que seja, é uma força essencial no romance. O crítico enfatiza que essas personagens são fundamentais para a história de Jean Valjean e que:

Por entre estas duas forças, que obram em sentido contrário, se debate João Valgean, preso outro tempo nas galés por ter furtado um pão. Fugira ele da prisão; tendo, porém, tido a infelicidade de ser novamente preso, acumulou-se sobre a sua desgraçada cabeça uma série de condenações; e quando depois de vinte anos de galés foi solto, entregaram-lhe um passaporte em papel amarelo, diante do qual todas as portas se fecham. (*Diário de Pernambuco*, 9/jul./1862, p. 8)

Primeiro o crítico destaca o resultado da lei na vida de Jean Valjean, para depois introduzir a oposição entre essa lei e a redenção proporcionada pelo Evangelho. Ele demonstra esse contraste ao afirmar: “É neste estado de desesperação, morrendo de cansaço e de fome, que João Valgean entra ameaçador pela porta da primeira casa, que se lhe oferece aberta – é uma casa isolada – é a do bispo Miriel” (*Diário de Pernambuco*, 9/jul./1862, p. 8), simbolizando o embate entre a lei e a salvação divina.

O crítico sugere que a própria sociedade moldou Jean Valjean na forma como Victor Hugo o apresenta nos primeiros capítulos de *Os Miseráveis*. Em vez de inserir novamente Valjean na sociedade, a justiça humana foi a principal responsável por sua miséria, o que gerou o embrutecimento da personagem e reforçou a crítica social presente na obra de Victor Hugo.

Compreende-se que a passagem destaca a bondade do bispo Myriel ao entregar a prataria à personagem principal, evitando sua prisão e dando-lhe uma nova chance, simbolizando a transformação moral de Jean Valjean. O crítico interpreta essa cena como o desenvolvimento do personagem principal, cuja compaixão o salva.

Há aqui em toda exposição desde a entrada do forçado até este último desfecho uma simplicidade e elevação de estilo e de ideia sem igual.

O preso sai da cidade aturdido, vergado debaixo do peso da caridade sublime; comete ainda um roubo de mínima importância, mas é este o último esforço da depravação, que ainda se mexe lá por dentro; a fera está já vencida.

Um raio de luz divina penetrou nas trevas daquela alma e ao seu brilho a consciência acordada leu os dísticos eternos da verdade moral. (*Diário de Pernambuco*, 9/jul./1862, p. 8)

Ou seja, a personagem do bispo é revestida de uma aura totalmente positiva, a retomada da humanidade e da crença na vida de Jean Valjean é apresentada como resultado da ação benfeitora de Myriel. Essa parte revela não só a história do romance, mas também a forma como Victor Hugo trabalha essa transição. Existe um cuidado em mostrar que o romancista detalha a vida de sua personagem principal de forma única, desde a sua entrada nas galés até o momento em que o bispo encarna novamente o bem na sociedade.

Aqui, é possível notar um contraste com o periódico *A Cruz* (RJ), que via o romance de Victor Hugo como um "veneno" para a moral cristã. A crítica do *Diário de Pernambuco* (PE), por outro lado, elogia a narrativa por demonstrar a força transformadora da caridade e da compaixão, princípios que, para o jornal, elevam a arte de *Os Miseráveis* a um patamar superior.

Ao apresentar a humanização da personagem e evidenciar a nova vida de Jean Valjean, que deixou de ser o antigo condenado para se tornar "Mr. Madalena", o crítico continua a desenvolver essa transformação. Caraguel ressalta como a mudança não ocorre de maneira instantânea, mas sim por meio de um processo gradual, no qual Valjean precisa reconstruir sua identidade e superar o passado. A partir desse ponto, a análise se detém na forma como Victor Hugo conduz a história de Valjean, explorando os desafios e dilemas morais que moldam o protagonista ao longo do romance.

Anos depois vamos encontrar Valjean estabelecido com outro nome em uma pequena cidade industrial do norte, onde fundou uma manufatura que, enriquecendo o país, o enriquecia também a ele.

Assinava-se Mr. Madalena, e apesar de sua persistente recusa em aceitar encargos e mesmo honras públicas, nomearam-no cavaleiro da legião de honra, e por mais de uma vez foi eleito presidente da câmara municipal; vive uma vida pacífica e solitária, cercado do respeito público.

O bispo Miriel morreu; mas não estará a sua alma vivendo em Mr. Madalena?! Pois eis aqui o que a caridade evangélica fez do antigo forçado. (*Diário de Pernambuco*, 9/jul./1862, p. 8)

Os dois espectros são claramente definidos: de um lado, a punição necessária imposta pela lei humana; do outro, a misericórdia e a bondade praticadas pela lei divina. Como esse é o foco central da crítica, a questão é retomada no texto, destacando-se o papel do bispo como uma presença eterna na vida de Jean Valjean. Agora, sob a identidade de Mr. Madalena,

Valjean ressurgue como prefeito da cidade e fundador de uma fábrica, símbolo de sua redenção. No entanto, segundo o crítico, seu passado não pôde ser esquecido pela lei humana, aquela que pune:

Mas a vara da justiça humana é a espada de Dâmocles, que não deixa por isso de estar suspensa sobre a sua cabeça.

Certo dia soube-se que um pobre diabo, uma espécie de vagabundo chamado Champmathieu fora preso por ter roubado alguma fruta, roubo de pouco importância, e que teria custado ao perpetrador quando muito alguns dias de prisão.

Mas se esse perpetrador tiver já sofrido o castigo de galés, então o caso muda de figura, porque a pena será a de galés por toda a vida: ora, por uma cruel fatalidade toda a gente teima em dizer que Champmathieu é o antigo João Valjean. De quem há muito tempo se não ouvia falar. Que fará Mr. Madalena, que é o verdadeiro Valjean? Consentirá que seja enterrado? Consentirá que seja enterrado vivo no fundo de uma masmorra o pobre Champmathieu cujo crime não está mesmo bem averiguado?! Então travou-se na alma de Mr. Madalena uma luta terrível entre o instinto da própria conservação e a voz da consciência. Este venceu, e o verdadeiro Valjean apareceu repentinamente no tribunal de Arras denunciando-se a si mesmo.

É preciso ler com atenção a história desta tragédia, que ocupa a maior parte do 2º volume, para se fazer ideia do que é o infinito do drama e do sentimento. O coração humano está aí estudado, descarnado, explorado mesmo até ao que ele tem de mais vertiginoso. Nunca a literatura traçou coisa alguma comparável com a viagem de Mr. Madalena a Arras, revestida de todas as suas peripécias. Victor Hugo mesmo nunca subiu tão alto.

Mr. Madalena em consequência da sua denúncia é obrigado a fugir, porque à denúncia segue-se o mandado de prisão. Ele dirige-se dali a Paris. (*Diário de Pernambuco*, 9/jul./1862, p. 8)

Embora Caraguel se concentre na dificuldade de reinserção social após a saída das galés, a crítica deixa claro que a existência da lei humana é imprescindível, mesmo que imperfeita.

Caraguel ainda afirma: “É aqui que termina o 2º volume” (*Diário de Pernambuco*, 9/jul./1862, p. 8), destacando que sua análise se encerra nesse ponto da narrativa, quando Jean Valjean parte para Paris. A partir desse momento, o texto se volta para a estética de Victor Hugo, elogiando sua capacidade de escrita. Essa admiração torna-se evidente quando o crítico afirma que “Victor Hugo mesmo nunca subiu tão alto”, referindo-se à intensa batalha interna de Valjean para livrar Champmathieu da prisão perpétua. Dessa forma, Caraguel reforça a qualidade do dilema enfrentado pela personagem principal, destacando a profundidade psicológica e moral do romance.

A conclusão da crítica, construída com base apenas nesses 2 primeiros volumes, gira em torno da tese defendida por Caraguel: a contraposição entre a lei humana e a lei divina. Por isso:

A obra toda deve constar de dez [volumes]; pode, portanto, supor-se o que está escrito como a exposição ou o prólogo. Em relação ao desenvolvimento, que o autor dará à sua

ideia, nada convém avançar; por ora há apenas um ponto de partida. É isto o que pode verificar-se pondo de parte personagens menos importantes que como Valgean e o bispo Miriel, tais como Fantine, e G... o convencional. Quem não quiser desprender-se de incidentes menos interessantes para seguir só a ideia filosófica, tem de parar em cada capítulo diante de belezas de gosto esquisitamente fino. (*Diário de Pernambuco*, 9/jul./1862, p. 8)

Do ponto de vista do crítico, foram abordadas apenas a introdução e os primeiros capítulos do romance, contidos nos dois primeiros volumes. Caso o leitor quisesse se aprofundar mais em *Os Miseráveis*, deveria ler os volumes seguintes para compreender o romance e o pensamento de Victor Hugo como um todo – algo que Caraguel ainda não podia fazer. Tanto que ele afirma:

Para formar um juízo definitivo sobre o pensamento do autor é necessário esperar a continuação da obra; por ora o que pode-se dizer cingindo-nos ao programa de um exame puramente literário, é que as figuras são talhadas em moldes sobre-humanos; assumem proporções colossais como as obras de Miguel Angelo. (*Diário de Pernambuco*, 9/jul./1862, p. 8)

Nota-se a clareza do crítico ao tratar do romance de Victor Hugo. Caraguel tem o cuidado de advertir o leitor de que a compreensão plena do pensamento do autor exigiria a leitura completa do romance. Afinal, esse texto traduzido tem o objetivo de incentivar a leitura de *Os Miseráveis*, funcionando, em certa medida, como uma propaganda do romance. O crítico reforça essa intenção em determinada passagem e, em seguida, retoma a análise dos volumes iniciais, nos quais:

Há, porém, uma ideia que pode desde já deduzir-se dos dois volumes dos *Miseráveis*, e é que o – mal existe na sociedade – e que são duas as coisas que o produzem, a miséria e a ignorância. A lei evangélica quer combatê-lo pela doçura e pela caridade; a lei social pela repressão. Ambas têm razão; é tão necessário saber perdoar, como saber punir; porém para destruir o mal é preciso ir cortar as raízes mais profundas da planta venenosa; isto é, extinguir a miséria e a ignorância. (*Diário de Pernambuco*, 9/jul./1862, p. 8)

O crítico aponta a miséria e a ignorância como os verdadeiros problemas do mundo, responsáveis pela degradação do indivíduo. Desse modo, conclui ele:

Nesta ideia não há coisa alguma que respire anarquia, ou que seja antissocial, e que possa justificar os terrores de certa gente que imaginou ver tudo perdido quando se anunciou o livro de Mr. Victor Hugo. Bastou o título para lhe produzir o efeito de um raio. Nunca será do autor a culpa de que haja trevas, que repelem a luz, ou egoísmos que condenam toda a ideia generosa; nem mentiras que têm medo da verdade. O tempo incumbe-se de estabelecer certos problemas, que a sociedade tem a obrigação de resolver, sob pena de se suicidar. Aos homens da constituinte e da convenção tocou o problema da igualdade política e da igualdade civil. Resta-nos encontrar a solução para um novo problema, talvez mais difícil que o outro, mas isso não é motivo para desviarmos nosso olhar. Não basta fechar os olhos e deixar de ver um perigo para evitá-lo, e o papel do homem de gênio não é

bajular os instintos egoístas da sociedade, esconder-lhe a verdade ou o adormecer em uma falsa segurança com mentiras agradáveis.<sup>11</sup>(*Diário de Pernambuco*, 9/jul./1862, p. 8)

A passagem deixa a entender que Victor Hugo é um gênio para Caraguel, pois a crítica em *Os Miseráveis* não tem o objetivo de causar mais caos, e sua intenção não é algo que “respira anarquia”. A existência de histórias como *Os Miseráveis* não é culpa do escritor, mas sim da sociedade que permite essas histórias existirem. Segundo essa crítica, trazer o tema para um romance é acusar a existência desses problemas sociais. O papel do gênio, portanto, é fazer isso.

Na sequência, Caraguel busca discutir a qualificação de Victor Hugo como “socialista”, sustentando que tal entendimento podia ser atribuído pelos leitores, não sendo uma posição reivindicada pelo romancista. Partindo dessa compreensão, para concluir a crítica, Caraguel apresenta sua própria visão, deixando de lado as interpretações que podiam vir a ser feitas por outros leitores:

Quanto a nós o que mais apreciamos em Victor Hugo é a energia superior daquele caráter poético; é o amor do ideal, o grande respeito pela alma humana; é a intrepidez altiva; caracteres distintos da sua vigorosa personalidade, e que dão ao seu estilo o que quer que seja do som de uma corda vibrante.

Em uma época como a atual, em que está fora da moda a grandeza moral, e em que predominam as ambições mesquinhas; em tempos de homens pequenos, de adulações servis, de admirações ridículas, de cálculos ignóbeis, de façções sem alcance, um livro como os *Miseráveis* é uma consolação para quem ainda conserva o culto dos pensamentos nobres; e um poderoso estímulo para a mocidade, que ainda se eletriza com as ideias de liberdade de honra. Veja ela e possua-se bem do que ali se diz, e nota bem que quem fala é um homem, cujas palavras nunca foram um som sem eco. (*Diário de Pernambuco*, 9/jul./1862, p. 8)

O crítico encerra seu texto demonstrando a relevância de *Os Miseráveis*, do debate e do questionamento gerados por Victor Hugo. Para ele, a obra foi um propagador de ideias liberais, responsável por promover “pensamentos nobres”, servindo de grande estímulo para a juventude que leu e que viria a ler o romance. Enquanto o mundo prezava pela “ambição mesquinha”, Victor Hugo se contrapunha a essa ideia.

Segundo Caraguel, a crítica que Victor Hugo fazia em *Os Miseráveis* foi direcionada para aquelas pessoas que “ainda se eletrizavam com as ideias de liberdade e honra”. Além desses pontos, ficam ainda evidentes elogios à forma adotada pelo autor ao escrever seu romance e o reconhecimento da forte repercussão de seus escritos. Ele defende, por fim, que a

---

<sup>11</sup> Tradução realizada da edição original encontrada na Gallica, do jornal *Le Charivari* (FR) de 20 de abril de 1862, pois não foi possível ler na edição em português do *Diário de Pernambuco* (PE)

importância da obra residia na universalidade de suas ideias, em sua capacidade de tocar todas as pessoas, sendo que:

Isto é reconhecido por amigos e por inimigos do autor; e só assim é que pode explicar-se em parte a sensação universal, que produziram os *Miseráveis*. Há com efeito naquele livro alguma coisa mais do que um grande escritor e um grande poeta; há ainda alguma coisa mais do que o gênio em toda a sua força, e a poesia em todo o seu fulgor: há o grito sublime de uma consciência. (*Diário de Pernambuco*, 9/jul./1862, p. 8)

Nessa citação o crítico é mais direto na definição de gênio para Victor Hugo, antes, Caraguel disse que o romancista genial é aquele que expunha a sociedade pelo romance, agora, ele afirma que Victor Hugo o fez em *Os Miseráveis*.

O objetivo dessa crítica, publicada no *Charivari* (FR), traduzida na *Política Liberal* (PT) e trazida para o *Diário de Pernambuco* (PE), demonstra, por um lado, a intenção de vender a obra, o que é evidenciado tanto no início do texto, sobre a necessidade da leitura, quanto no final, com os elogios ao autor, defendendo, inclusive, que Victor Hugo não era um socialista ao escrever o romance, já que o debate era abrangente à época, como já demonstrado. Por outro lado, a crítica reforça a moral debatida no romance, ao sustentar que a necessidade da leitura de *Os Miseráveis* era para aqueles que possuíam “pensamentos nobres” e ainda valorizavam a grandeza moral, defendendo o ponto sobre a lei divina e a lei humana e demonstrando os problemas sociais que geraram a miséria da personagem principal.

A proposta desta crítica se parece bastante com a de Paul Voituron (Aguiar, 2001), que, segundo a pesquisa, tinha o objetivo de fazer uma crítica positiva sobre o autor de *Os Miseráveis*. Se Aguiar mostra que Voituron tinha a visão sobre o objetivo de revolução que a arte tem que propor, Caraguel faz o mesmo, pois também considera um ponto positivo a visão sobre a liberdade e a revolução.

Nota-se a forma como Caraguel traz a lei para o centro do debate, pois os primeiros capítulos do romance focam em como a justiça humana embruteceu Jean Valjean. Magdaleno (2023) mostra como a lei em *Os Miseráveis* foi apreendida pela crítica francesa, apontando a irreabilidade da obra devido a Victor Hugo a representar de forma tão fora da realidade. A crítica jurídica, como é visto por todo o trabalho de Magdaleno, se concentra na pena designada a Jean Valjean pelo furto de um pão, que os juristas franceses consideraram desproporcional.

Aguiar (2001) também demonstra que Mirecourt aponta esse aspecto negativo sobre a irrealidade da obra, um ponto no qual os críticos se concentravam ao escrever textos negativos sobre *Os Miseráveis*, algo que também permeia o discurso de *A Cruz* (RJ).

A perspectiva da lei, nesta crítica do *Diário de Pernambuco* (PE), é apresentada como ela é retratada no romance. Assim como o crítico traz as personagens "gigantescas" para a necessidade de uma história, a "lei do homem" é tratada por Victor Hugo dessa forma para que o romance se faça romance.

Victor Hugo critica a sociedade de forma artística e, para Caraguel, o romancista francês faz isso muito bem na representação da sociedade que é criada para *Os Miseráveis*, pois, segundo o crítico, o romance é feito para isso.

## 2.2 Clément Caraguel: O Crítico Irônico e a Defesa do Gênio de Victor Hugo

Segundo o Museu d'Orsay, Clément Caraguel foi um literato, publicista e cronista teatral (McCauley, 1985). No ano de 1862, quando publicou a crítica sobre *Os Miseráveis*, ele foi responsável pela coluna intitulada *Bulletin*, que abria o jornal *Le Charivari* (FR).

O *Bulletin* era um espaço para as sátiras políticas e opiniões de Clément Caraguel. Após sua morte, em 24 de novembro de 1882, em um texto em sua homenagem, o periódico caracterizou Caraguel utilizava esse espaço como “modelos de zombaria política e de bom senso humorístico”<sup>12</sup> (*Le Charivari*, 24/nov./1882, p. 2).

Os textos de Caraguel foram lembrados por sua ironia, que se caracterizava pela “a penetração de uma lâmina de aço finamente temperada. Não era a sátira virulenta avassaladora. Era o sarcasmo sutil que – sem parecer tocar – machucava de forma justa e profunda”<sup>13</sup> (*Le Charivari*, 24/nov./1882, p. 2).

Mas esse texto mostra que não foi no *Bulletin* que Clément Caraguel se destacou. Segundo Pierre Véron, redator-chefe de *Le Charivari* (FR), que assina o texto em homenagem ao crítico, que foi “[...]como folhetinista teatral que veio a se estabelecer definitivamente o

<sup>12</sup> Les Bulletins de Caraguel resteront comme des modèles de persiflage politique et d'humoristique bon sens

<sup>13</sup> Son ironie avait la pénétration d'une lame d'acier finement trempée. Ce n'était pas la satire virulente qui emporte le morceau. C'était la raillerie subtile qui – sans avoir l'air d'y toucher – faisait blessure juste et profonde.

seu local, depois de ter continuado sua campanha de um brilhante polemista”<sup>14</sup> (*Le Charivari*, 24/nov./1882, p. 2).

Ora, olhando para o texto sobre *Os Miseráveis*, esse caráter polemista é justificado também na crítica. Enquanto grande parte dos críticos está levantando os pontos negativos — personagens “gigantescas”, o “socialismo” de Victor Hugo e a representação do Clero —, Caraguel aparece opinando de forma oposta. Como dito na conclusão do capítulo anterior, para ele Victor Hugo era um gênio.

Ao pesquisar sobre Clément Caraguel no ano de 1862, fica evidente seu apreço por Victor Hugo. Os elogios são diversos: “a magnífica descrição da batalha de Waterloo”<sup>15</sup> (*Le Charivari*, 10/jul./1862, p. 1); “o magnífico romance de Victor Hugo”<sup>16</sup> (*Le Charivari*, 7/out./1862, p. 1), referindo-se a *Os Miseráveis*; “o belo livro de Victor Hugo, *Os Miseráveis*”<sup>17</sup> (*Le Charivari*, 2/mai./1862, p. 1); mas a passagem que melhor representa a identidade irônica e elogiosa de Clément Caraguel é a da edição de 23 de maio de 1862:

O *Le Siècle* publica uma carta bastante curiosa sobre um fato que veio se passar em Bordeaux. Ele se trata de comprar o livro *Os Miseráveis* de Victor Hugo para a biblioteca pública. Mas o clero, que se encontra em maioria na comissão consultiva, como na maior parte das comissões, conseguiram obter um voto contrário a essa compra. O motivo alegado é que o livro não é bastante conhecido e que não se sabe bem o que ele é. Assim, a assinatura de Victor Hugo não teria autoridade suficiente para que o livro que carrega esse nome flamejante tenha lugar em uma biblioteca pública sem mais exames. Um dos membros da comissão teria, diz-se, motivado seu voto negativo por causa do ilustre autor do livro *Os Miseráveis* se tratar de um romancista. O correspondente do *Le Siècle* afirma este fato cujo ridículo toca o sublime.<sup>18</sup> (*Le Charivari*, 23/mai./1862, p. 1)

Clément Caraguel demonstra sua ironia na crítica ao clero ao longo de todo o texto. Alegar que *Os Miseráveis* se trata de um livro pouco conhecido e que não se sabe bem o que

<sup>14</sup> Les Débats qui avaient apprécié à sa valeur ce talent si personnel, se l'étaient attaché, et c'est comme feuilletoniste théâtral qu'il y avait pris définitivement place, après y avoir d'abord continué sa campagne de brillant polémiste.

<sup>15</sup> Il reste un autre mot moins connu et encore plus énergique, quoique beaucoup moins littéraire, un mot auquel Victor Hugo dans sa magnifique description de la bataille de Waterloo a consacré un chapitre tout entier.

<sup>16</sup> On disait aussi qu'aucune allusion au magnifique roman de Victor Hugo ne serait permise à la scène.

<sup>17</sup> Le Siècle publie ce matin un article de M. E. Legouvé en l'honneur des sexagénaires. C'est à propôs du beau livre de Victor Hugo, les Misérables, que M. Legouvé fait l'apothéose de la soixantaine.

<sup>18</sup> *Le Siècle* publie une lettre assez curieuse sur un fait qui vient de se passer à Bordeaux. Il s'agissait d'acheter les *Misérables* de Victor Hugo pour la bibliothèque publique. Mais les cléricaux, qui se trouvent en majorité dans la commission consultative comme dans la plupart des commissions, sont parvenus à obtenir un vote contraire à cet achat. Le motif allégué est que ce livre n'est pas assez connu et qu'on ne sait pas bien ce que c'est. Ainsi la signature de Victor Hugo n'a pas assez d'autorité pour que le livre qui porte ce nom flamboyant prenne place dans une bibliothèque publique sans autre examen. Un des membres de la commission aurait, dit-on, motivé son vote négatif sur ce que l'illustre auteur des *Misérables* était romantique. Le correspondant du *Siècle* affirme ce fait dont le ridicule touche au sublime.

ele representa é algo irreal para Caraguel. Sua indignação se expressa na conclusão de que “este fato ridículo toca o sublime”, o que, por si só, evidencia o absurdo da decisão.

Essa paixão por *Os Miseráveis* e a ironia na forma de escrita de Caraguel foram o que permitiu essa crítica "diferente", produzida em um momento próximo à publicação do romance de Victor Hugo. A excentricidade do crítico e o gosto pela obra fizeram com que pontos vistos como negativos fossem enxergados como positivos no texto traduzido no *Diário de Pernambuco* (PE).

### **2.3 O *Diário de Pernambuco* (PE): Do Pioneirismo à Consolidação de uma Força Intelectual no Norte do País**

O *Diário de Pernambuco* (PE) é um dos periódicos mais antigos em circulação na América Latina. Fundado por Antônio José de Miranda Falcão em 7 de novembro de 1825, inicialmente com o objetivo de anunciar produtos, o jornal, ao longo de sua trajetória, se tornou um símbolo da conexão entre a história de Pernambuco e a imprensa. Sua história, segundo Santos, se confunde com a do próprio estado:

[...] o *Diário de Pernambuco* é o jornal mais antigo em circulação da América Latina e, desde 1825, ano de seu aparecimento, circulou quase sem interrupções e alcançou a atualidade. Todo o tempo de sua longa sobrevivência foi marcado por transformações de proprietário, de oficinas tipográficas, de linha editorial, de público leitor etc. Por isso, sua história se confunde com a história não só da imprensa brasileira, mas com a história de Pernambuco. (Santos, 2021, p. 46)

Para este estudo, foram consideradas apenas as passagens referentes à relação com a literatura, permitindo compreender como o periódico atuava na publicação de textos originalmente divulgados em outros países. Luiz do Nascimento (1968) elaborou uma cronologia do jornal desde 1821 até 1954, disponibilizando informações fundamentais, como sua posição política, estruturação inicial e ao longo do tempo, além das críticas publicadas pelo periódico, aspectos que foram essenciais para a produção deste trabalho.

Como esta pesquisa diz respeito ao romance e à literatura, torna-se importante compreender a visão de imprensa do *Diário de Pernambuco* (PE). Em seu início, o jornal abre a edição de 1º de fevereiro de 1827 explicando a importância da liberdade de expressão, sustentando que é a partir dela que se pode prevenir os abusos do governo sobre o povo.

Dentro dessa visão, a imprensa se torna garantia de justiça política para a população. Nesses termos, Nascimento afirma que:

[...] já no 25º número do ano, abria-se a primeira página com o artigo “Liberdade de Imprensa”, assim iniciado: “Os meios de se assegurar as vantagens desta salutar instituição, os meios de fazer eficaz a sua garantia, os meios, enfim, de tornar proveitoso este primeiro ingrediente dos governos constitucionais, todos eles se reduzem a prevenir seus desastrosos abusos; nisto só é que toda a dificuldade consiste. Debalde se pretenderá deduzir o benefício da liberdade de escrever e de publicar os nossos pensamentos, se, convertendo-se os pensamentos em fatos por meio de sua publicação por escrito, for esta liberdade convertida num valhacouto, onde impunemente possam de contínuo ser violados os direitos dos outros, e continuamente caluniadas todas as operações do governo”. (Nascimento, 1968, p. 24-25)

Deixando claro, desde o início, seu grande apoio à escrita e ao pensamento livres, o *Diário de Pernambuco* (PE) defendeu, nesse período, a crítica ao governo como forma de sustentar a garantia de direitos. Além desse teor crítico inicial, ainda durante a primeira metade do século XIX, o periódico demonstrou um ideal nacionalista, enfatizando a ideia de um Brasil em desenvolvimento. Isso ficou claro, segundo Nascimento, na reação do jornal diante da abdicação do primeiro Imperador:

A abdicação de D. Pedro I, só conhecida, no Recife, quase um mês depois, foi motivo de júbilo para o Diário, que, no seu Suplemento à edição de 4 de maio, divulgou, em apenas quatro linhas, a nota a seguir: “Temos a satisfação de dar a saber aos nossos caros concidadãos os felizes sucessos da Capital do Império: triunfou a Opinião Pública. Parabéns, pernambucanos!” No dia seguinte, divulgava a “Proclamação dos representantes da Nação Brasileira ao Povo do Brasil motivando a causa da gloriosa Revolução operada no governo do Brasil no dia 7 de abril de 1831” (Nascimento, 1968, p. 31).

O periódico esteve ligado ao desenvolvimento de uma ideologia liberal no início de sua trajetória, celebrando a abdicação do imperador D. Pedro I. No entanto, sua linha editorial se consolidou de forma distinta ao longo do tempo. Após a Revolução Praieira (1848), por volta de 1850, o *Diário de Pernambuco* (PE) já se alinhava a uma política conservadora, tornando-se, inclusive, um dos órgãos oficiais do governo pernambucano. Apesar de assumir essa posição, o jornal afirmava em suas páginas que mantinha um olhar neutro sobre os assuntos políticos, sendo que:

[...] o *Diário de Pernambuco* entraria na década de 50 do Oitocentos na condição de órgão oficial do governo, defendendo a política conservadora, embora declarasse em seus editoriais que assumia neutralidade em relação aos assuntos políticos (NASCIMENTO, 1968). (Santos, 2021, p. 47)

Desta forma, as características do periódico foram se consolidando. Sua definição conservadora foi estabelecida e, embora afirmasse partir de um pressuposto imparcial, o jornal já havia delineado seu ponto de vista político.

Com o crescimento do periódico, “Em 1851, Figueiroa [proprietário do jornal à época] adquiriu um prelo mecânico encomendado em Paris e, em 1854, o *DP* [*Diário de Pernambuco*] aumentou de tamanho, chegando ao fólio-máximo (72x55), com sete colunas” (Santos, 2021, p. 47). Esse crescimento tornou o jornal um ambiente propício para a publicação de uma seção de folhetim, que ocupava um espaço considerável e podia hospedar romances, contos, críticas e outros gêneros literários. A expansão do periódico se justifica por sua importância no norte do país. Santos (2021) destaca que o *Diário de Pernambuco* (PE) contava com: “[...] uma tiragem de 4.000 exemplares e em tudo – tamanho, variedade de conteúdos e número de leitores – já se igualava aos diários da capital do Império” (Santos, 2021, p. 48).

Conforme alcançava sucesso de vendas com a publicação de folhetins autorais, traduções de críticas e demais conteúdos, o *Diário de Pernambuco* (PE) desempenhou um papel fundamental na consolidação de uma independência intelectual de Pernambuco em relação ao restante do Brasil. Santos (2021) reforça essa ideia ao afirmar que:

Ao traçar o perfil biográfico de Antônio Pedro de Figueiredo [redator do periódico que utilizava o pseudônimo Abdallah-el-Kratif, foi responsável pelo folhetim “A Carteira” (1855-159)], Rios (2010) aponta que, nesse período, Pernambuco guardava certa independência intelectual em relação ao resto do Brasil. Efetivamente, o DP e seus colaboradores contribuíram sobremaneira para tal independência. (Santos, 2021, p. 49).

E, nessa independência, o periódico foi responsável por viabilizar o acesso a diversos textos vindos do exterior. O redator do jornal, Antônio Pedro de Figueiredo, desempenhou um papel central nesse processo, sendo responsável tanto pelas traduções quanto pelas publicações de romances de sua própria autoria no periódico (Santos, 2021). Com isso, Figueiredo

[...] reivindicou uma literatura cujos motivos fossem locais e de exaltação da pátria, mas tendo como parâmetro a literatura europeia, especialmente a francesa – Alphonse de Lamartine (1790-1869), Victor Hugo (1802-1855) e George Sand (1804-1876). Vale salientar também que, em 1843, quando contava apenas 21 anos, Figueiredo publicou pela tipografia de M. F. de Faria a tradução do *Cours d’Histoire de La Philosophie* (Curso de história da filosofia), de Victor Cousin (1792-1867), que lhe rendeu, segundo Rios (2010), o apodo de “Coutin Cousin Fusco” (primo de cor parda) pelo qual lhe chamavam seus desafetos, a fim de evidenciar sua origem pobre e mestiça. Fundou a já mencionada revista *O progresso*, em 1846, na qual publica poemas de autores pernambucanos a exemplo de Soares de Azevedo e Maciel Monteiro, mas também dá a ler artigos de filosofia de Louis Léger Vauthier (1815-1901), traduções de poetas franceses e uma peça teatral de George Sand (RIOS, 2010) (Santos, 2021, p. 50).

Essa citação demonstra um dos motivos do redator traduzir uma crítica sobre *Os Miseráveis* para as páginas de seu jornal. Embora a existência de um folhetim e o interesse em autores franceses já permitisse a publicação do texto, a sua tradução e divulgação tinham um propósito também ideológico. E com isso, era comum ao *Diário de Pernambuco* (PE) publicar traduções de autores que se alinhavam a sua filosofia, o que explica o fato de que:

[...] o *Diário de Pernambuco* difundiu a prosa de ficção francesa em suas páginas ao longo da década de 1850-59 por meio do recurso direto à *Revue de Paris*, mas também a outros impressos periódicos franceses como o *La Presse*, a *Revue des Deux Mondes* e o *Annuaire des Deux Mondes*. Nessa década [1850], ao contrário do que se pode supor, o DP [Diário de Pernambuco] muitas vezes dispensou a mediação dos periódicos da capital do Império e daqueles oriundos de Portugal, para receber e dar a ler, em primeira mão, periódicos e prosas de ficção advindos de Paris (Santos, 2021, p. 55).

#### **2.4 Victor Hugo como Referência Liberal e Republicana: A Presença Política do Autor nas Páginas do *Diário de Pernambuco* (PE)**

Ao realizar uma pesquisa na Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional, de 1840 até 1860, a presença de Victor Hugo no *Diário de Pernambuco* (PE) torna-se mais visível. No início desse período, em 19 de janeiro de 1841, o romancista já é citado como referência na literatura preocupada com o social, em um artigo intitulado “A missão do poeta”. Segundo o autor desse texto:

Todas as produções da escola moderna se ressentem; como é natural, do desassossego, que para assim dizer, devora o coração da sociedade; porém por uma aberração tão estranha, como inexplicável tem formado seus sectários e pertençam singular de converter em sistema filosófico, a reforma das belas letras em reforma social. Victor Hugo e outros supondo as produções da literatura ainda mais transcendentem do que na realidade são e podem ser, tem ponderado a importância da missão do poeta. (*Diário de Pernambuco*, 19/jan./1841, p. 3)

A característica que o escritor desse texto ressalta em Victor Hugo é o poder de questionamento que ele conseguia trazer em suas obras. Àquela época, um dos grandes exemplos de questionamento por Hugo é *Le Dernier Jour d'un Condamné* (1829), um romance sobre a pena de morte. Em 1862, o grande exemplo de Victor Hugo passa a ser *Os Miseráveis*. A crítica do periódico *A Cruz* (RJ) demonstra esse temor, buscando evitar que as ideias desse romance se desenvolvam na sociedade. Mas, acima de tudo, a sua extensa crítica demonstra, por meio de seu temor, a veracidade dessa afirmação.

Nesse texto, Victor Hugo é acusado de superestimar a importância da literatura, pois seus romances possuem críticas sociais que fogem do objetivo da “missão do poeta”: divertir (*Diário de Pernambuco*, 19/jan./1841, p. 3).

Já em 28 de abril de 1841, Victor Hugo é citado novamente. O romancista tem seu sucesso representado mesmo produzindo textos que, segundo o periódico, eram simples.

O célebre Victor Hugo reconhecendo que uma peça de poesia sobre a volta dos restos de Napoleão a França seria muito popular, acaba de publicar um pequeno folheto de poucas páginas, do qual se haviam esgotado quase dez mil exemplares, fazendo o autor perto de dois contos de réis só nesta meia dúzia de versos que compôs! (*Diário de Pernambuco*, 28/abr./1841, p. 2)

E, mais aprofundado, as notícias sobre Victor Hugo apareciam, também, misturadas com notícias sobre a França<sup>19</sup>, pois, como já dito, ele participava ativamente da política francesa. É o caso do mesmo texto sobre a questão romana, das revoltas de 1848, de caráter republicano e liberal, apresentado na introdução, pelo periódico *Publicador Maranhense* (MA), e publicado também no *Diário de Pernambuco* (PE)<sup>20</sup>. Victor Hugo era apresentado aqui como uma referência liberal do século XIX.

E, nas traduções que o *Diário de Pernambuco* (PE) trazia de outros países, Victor Hugo não era citado apenas por jornais franceses, mas também por jornais de outras nações. É o caso de um artigo sobre “A Educação na França”, traduzido do jornal *Times* (ING), que traz outro ponto de divergência entre o romancista e a Igreja. Neste artigo, o autor do texto está defendendo a atuação do Clero na abertura de escolas. Victor Hugo é apresentado como representante da ideia de secularização das escolas e da organização feita pelo Estado. No texto ele aparece como:

O clero nada mais requer do que o simples direito de abrir estabelecimentos de educação conforme o seu próprio sistema, os quais sejam frequentados por aqueles que livremente o quiserem, entrando em livre competência com as escolas do estado e submetendo as qualificações de seus pupilos à mesma prova do exame público; mas esta mesma concessão é contestada, e contestada com excessiva violência por homens que se denominam os chefes do partido popular. Mr. Rarthelemy de San-Hilaire e Mr. Victor Hugo não se envergonharam de apelar para todas as paixões furiosas da facção revolucionária, a fim de perpetuarem esta muito sutil e odiosa forma de despotismo que nega ao pai os meios de formar o caráter e a inteligência de seu filho, segundo suas próprias convicções, a que se for julgada por seus frutos, deve ser considerada como responsável pelas loucuras e crimes de uma geração insensata, turbulenta e dissoluta.

Para fazer completa esta escravidão, para não deixar nenhuma abertura pela qual a luz do céu possa penetrar, a fim de acabar com este esplendor artificial para encarcerar a inteligência de uma outra geração de Franceses nas celas desta inquisição secular, Mr. Victor Hugo quer fazer o sistema inteiro da educação do estado universal, obrigatório, gratuito e absoluto. (*Diário de Pernambuco*, 5/jul./1850, p. 1)

<sup>19</sup>Tinham sido eleitos deputados por Paris os seguintes cidadãos: Caussidière, ex-prefeito de polícia, por 146,716 cotos; Moreau, antigo deputado, por 126,650; Goudehau, banqueiro, por 106,982; Changarnier, general, por 105,301; Thiers, ex-deputado, por 97,546; Pedro Lerroux, economista, por 90,577; Victor Hugo, literato, por 86,726; Luiz Bonaparte, por 84,431; Lagrange, ex-preso político, por 78,180; Boissel, or 77,119; Proudhon, economista, por 74,416. (*Diário de Pernambuco*, 27/jul./1848, p. 2).

<sup>20</sup>A edição de 11 de janeiro de 1850 traz um grande texto, se tratando de uma continuação de edições anteriores, do discurso de Victor Hugo na Assembleia Legislativa da França.

A problemática de Victor Hugo com o Clero não era algo novo, pois *Notre-Dame de Paris* (1831) foi um romance escrito com críticas à Igreja. *Os Miseráveis* também faz uma crítica ao Clero, e um dos objetivos do periódico *A Cruz* (RJ) foi defender-se dos ataques dela.

Nessa citação, Victor Hugo expressa uma opinião contrária à doutrinação nas escolas pela Igreja, defendendo um ensino universal, obrigatório, gratuito e absoluto. Ele é quase sempre apresentado como uma voz da liberdade e da república.

Dessa forma, além de breves citações, textos completos traduzidos — como “Discurso de Victor Hugo na Reunião Polaca” (16 de fevereiro de 1855), “Victor Hugo a Luiz Bonaparte” (16 de julho de 1855) e, mais importante, “A Legenda dos Séculos” (24 de dezembro de 1859) — aparecem no periódico, demonstrando as opiniões mais pessoais do autor sobre política e sociedade

Sendo assim, cabe uma breve análise sobre o texto intitulado “A Legenda dos Séculos”, uma tradução vinda do periódico *O Commercio do Porto* (PT), que se destaca nesta pesquisa por apresentar uma crítica a um livro de poemas de Victor Hugo. O texto recebeu espaço em um periódico que, poucos anos depois, viria a publicar outra crítica sobre o autor, se tratando de *Os Miseráveis*.

Assim como a crítica sobre *Os Miseráveis*, esta também é positiva. A crítica é breve, ocupando uma pequena parte de uma coluna no periódico:

Esta recentíssima obra de Victor Hugo, de que em tempo falámos, apareceu em Paris ultimamente, como se anunciara, e para o mundo literário daquela grande capital está na ordem do dia das conversas de todas as academias, de todos os grupos, e em todos os *soirées*, de todos os grupos, e em toda a parte aonde chegou a notícia deste brilhante acontecimento para os parisienses, e para os que amam as letras de bom quilate.

Uma correspondência de Paris, citada pela *Correspondência autographe*, dá os seguintes pormenores acerca da dita obra. O livro (diz) está datado de Hauteville-House (ilha de Guernsey) setembro de 1859; porém, evidentemente, contém composições que remontam à juventude do seu autor.

Victor Hugo deveu empreender um poema sobre o Gênesis, a julgar pelos fragmentos da epopeia bíblica que, debaixo do título “Eva e Jesus”, inaugura a primeira parte da Lenda dos Séculos. A sombria figura de Caim personificando a consciência; Daniel no lago dos leões, e Booz dormindo; mostram-nos o Antigo Testamento, debaixo de um novo aspecto. É a Bíblia romântica. O Alcorão, do mesmo modo que o evangelho, inspirando o poeta, que faz dizer a Maomé: “Filhos, eu sou a força; Jesus é a doçura”. Também faz despertar por Omer, São João, que estava dormindo na ilha de Patmos, como se quisesse reconciliar o cristianismo com o islamismo.

Victor Hugo canta os chefes escandinavos, como Shakespeare; Rolando, segundo Ariosto; o Cid, como Corneille; os cavaleiros errantes, como Cervantes. Em vez de mofar de Dom Quixote, Victor Hugo exalta os paladinos e consagra-lhes dois poemas: Erirardus e Le petit Roi de Galice (O régulo de Galiza).

O episódio de Rotbert personifica a Itália da Idade Média; a luta dos barões, dos bispos, dos soberanos. A Lombardia teve também os burgraves, e as suas castelãs.

*Place à tout! Jesus Pan! Jupiter à genoux! La rose l'Infante*, da qual produziu a Presse um fragmento, é uma grande composição, no mesmo gênero que a canção das Aventuras de Mar, que Figaro foi o primeiro a dar à luz. Porém, a mais bela poesia desta coleção, no conceito de muitos, é a apóstrofe aos *Mercenários*.

A época atual aparece um tanto sacrificada na Lenda dos Séculos. O autor não sente grandes simpatias pela nossa sociedade, que compara ao Leviatã, essa Babel dos mares, que flutua pesadamente sobre as ondas; mas poetiza o futuro, e personifica-o no horóscopo que deve conduzir a humanidade aos seus celestiais destinos (*Diário de Pernambuco*, 24/dez./1859, p. 8)

Victor Hugo tem seu livro referido como “brilhante acontecimento” para pessoas que “amam as letras de bom quilate”, o que demonstra mais uma crítica com elogios ao autor, algo que se repetirá para *Os Miseráveis*. Além disso, essa crítica é uma referência e comparação de Victor Hugo a outros autores, como Shakespeare, Ariosto, Corneille e Cervantes, o que reafirma a ideia de que o romancista francês era considerado um gênio escritor.

Esse caráter que permeia pelos tempos, caminhando rumo ao futuro, dito sobre a obra de Victor Hugo, aquele que “personifica o horóscopo que deve conduzir a humanidade aos seus celestiais destinos”, é rememorado também na crítica sobre *Os Miseráveis*, que traz o romancista como um símbolo do progresso.

É patente que Victor Hugo não foi trazido por acaso no *Diário de Pernambuco* (PE). Mesmo que fosse comum ao periódico, devido ao gosto pessoal do editor, publicar textos traduzidos sobre literatura de diversos países, o romancista aparece de forma recorrente nas páginas do jornal. Mas ele aparece predominantemente sendo elogiado, os discursos exaltavam o autor romântico, representado conforme a ideologia republicana, liberal e genial que ele detinha à época. Victor Hugo se demonstrou como uma figura bem-vista pelo *Diário de Pernambuco* (PE) e, graças a isso, tinha um espaço garantido no periódico quando necessário.

### Capítulo 3 - A Crítica Liberal do *Correio Mercantil* (RJ): Entre o Elogio aos Revolucionários e a Crítica ao Final Religioso

#### 3.1 A Análise do Romance no *Correio Mercantil* (RJ): Entre o Elogio da Arte e a Crítica ao Desfecho “Pouco Cristão”

Este capítulo se dedica à análise da recepção de *Os Miseráveis* em outro importante periódico brasileiro do século XIX: o *Correio Mercantil* (RJ). Diferente da abordagem doutrinária e religiosa de *A Cruz* (RJ), este jornal, de caráter mais liberal, ofereceu aos seus leitores uma perspectiva distinta sobre o romance de Victor Hugo. Aqui, a crítica à obra se manifesta de uma forma menos moralista e mais focada nas questões sociais e políticas, buscando compreender o impacto do romance na sociedade e no pensamento da época.

O *Correio Mercantil* (RJ) demonstrava uma visão positiva sobre Victor Hugo, utilizando suas opiniões políticas e sociais em suas publicações, explorando temas que seriam abordados em *Os Miseráveis*. Nesse contexto, em 21 de agosto de 1862, na seção de Folhetim, foi publicada uma crítica intitulada “O Final dos Miseráveis”, traduzida do jornal *El Chasco* (ESP). É importante destacar que, mesmo após a busca por informações sobre o *El Chasco* (ESP) nas hemerotecas digitais da Espanha, França, Argentina e Brasil, não foram encontrados dados sobre esse periódico.

Nesse momento, o folhetim de *Os Miseráveis* no *Jornal do Comércio* (RJ) se encontrava na quarta parte, livro XII, “Corintho”, datada de 20 de agosto de 1862. A história no folhetim chegava ao momento do embate da sociedade do ABC nas barricadas. É relevante analisar que o texto sobre o final de *Os Miseráveis* tenha sido publicado antes do público leitor do folhetim ler o final da obra.

Voltando ao *Correio Mercantil* (RJ), era costume periódico publicar críticas diversas e folhetins, não sendo algo pontual, como ocorria em *A Cruz* (RJ).

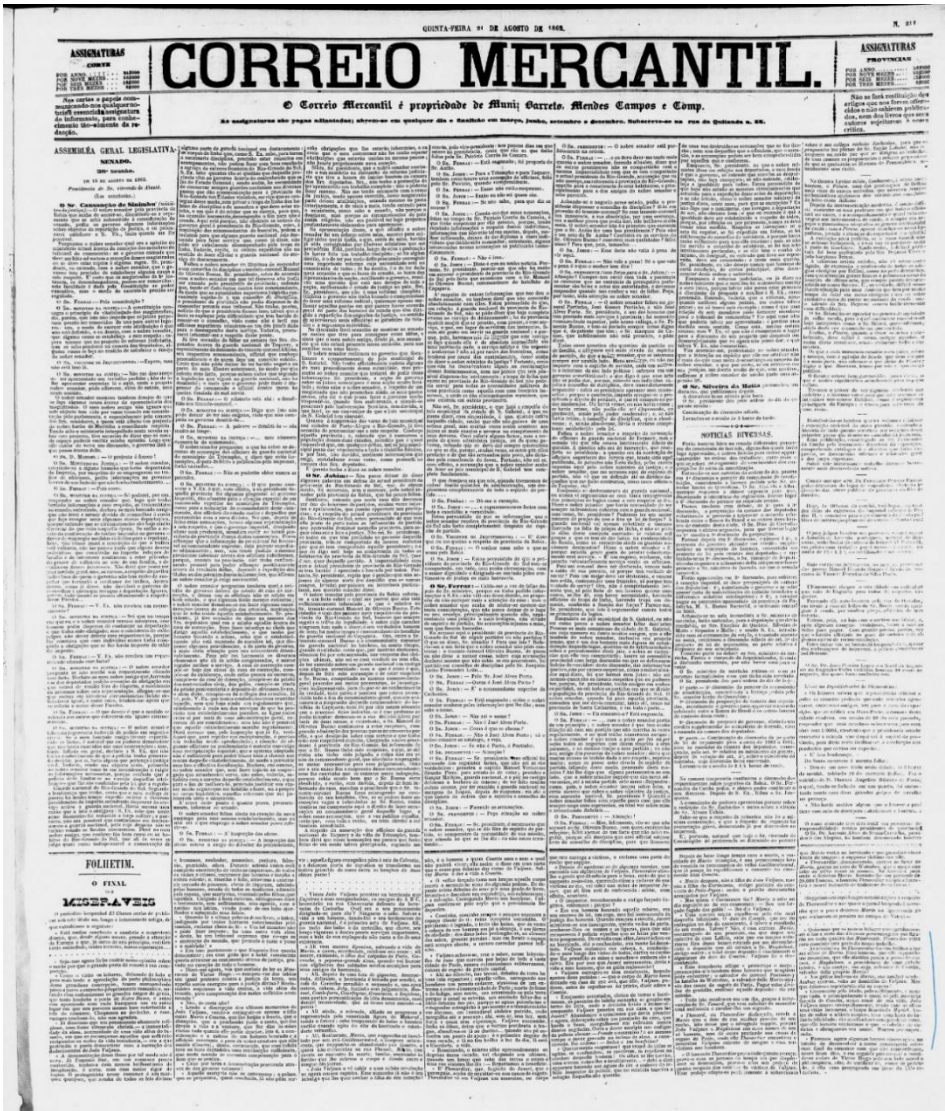


Figura 13 - Página com a publicação do texto "O final dos Miseráveis"

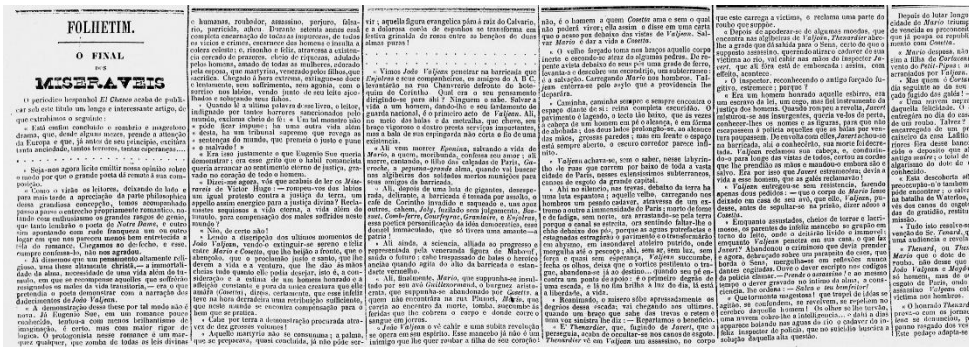


Figura 14 - Folheteim com "O final dos Miseráveis"

A proposta dessa crítica traduzida, como já indica o título, é apresentar um relato sobre o final de *Os Miseráveis*. Ela se inicia com as seguintes palavras: "Está enfim concluído o sombrio e majestoso drama, que, desde alguns meses, prende a atenção da Europa e que, já antes de seu princípio, excitara tanta ansiedade, tantos terrores, tantas esperanças..." (*Correio Mercantil*, 21/ago./1862, p. 1), o que evidencia o grande sucesso que o romance alcançou. A citação também sugere os sentimentos despertados no público leitor, pois a obra causou "ansiedade", "terrores" e "esperanças" nos leitores.

O crítico abre o texto dialogando com os leitores, afirmando que não se deterá na parte filosófica de *Os Miseráveis*, preferindo discutir seu enredo:

Como o viram os leitores, deixando de lado e para mais tarde a apreciação da parte filosófica dessa grandiosa concepção, temos acompanhado passo a passo o trecho propriamente romântico, notando com entusiasmo os grandes rasgos de gênio que tanto lembram o poeta de *Notre Dame*, e outrossim apontando com rude franqueza um ou outro lugar em que nos apareceu menos bem entretecida a tela do romance (*Correio Mercantil*, 21/ago./1862, p. 1).

Além de indicar qual será o objeto principal de sua análise, o crítico já anuncia que não deixará de apontar o que identificou como algumas fraquezas do romance. Na sequência, isso se torna mais claro, pois o autor afirma que o "desfecho, [...] cumpre confessá-lo, não nos agradou" (*Correio Mercantil*, 21/ago./1862, p. 1).

Contudo, o início do texto apresenta uma avaliação bastante positiva e não deixa de surpreender, quando se tem em vista a análise do romance que se publicava em *A Cruz* (RJ) naquele mesmo momento:

Já dissemos que um pensamento altamente religioso, uma tese altamente cristã, - a imortalidade da alma, necessidade de uma vida além do túmulo, em que se recompense a aqueles que sofreram resignados os males da vida transitória, - era o que pretendia o poeta demonstrar com a narração dos padecimentos de João Valjean (*Correio Mercantil*, 21/ago./1862, p. 1).

Resgatando o último capítulo de *Os Miseráveis*, a conclusão apresentada pela crítica está em sintonia com o final de Jean Valjean. O protagonista do romance morre e vai aos braços do bispo Myriel, libertando-se de todos os problemas terrenos e concluindo sua missão de cuidar de Cosette. A "tese altamente cristã" diz respeito especialmente à figura do bispo Myriel, que, no início do romance, fora o responsável pela transformação na vida de Jean Valjean e que se apresenta como o salvador de sua alma no fim.

A partir desse momento, ao destacar o “final feliz” do romance de Victor Hugo — um final cristão —, a crítica retoma um ponto amplamente discutido na imprensa da época, como em *A Cruz* (RJ). Jean Valjean é descrito “[...] nesse romance, [como] um marquês qualquer, que zomba de todas as leis divinas e humanas, roubador, assassino, perjuro, falsário, parricida, ateu” (*Correio Mercantil*, 21/ago./1862, p. 1). Dado o estilo de vida que esse personagem tem ao longo da narrativa, o crítico argumenta que o final proposto por Victor Hugo seria incoerente:

Durante setenta anos essa completa encarnação de todas as impurezas, de todos os vícios e crimes, escarnece dos homens e insulta a cólera celeste; e, risonho e feliz, atravessa a existência cercado de prazeres, cheio de riquezas, adulado pelos homens, amado de todas as mulheres, adorado pela esposa, que martiriza, venerado pelos filhos, que sacrifica. Chegando a hora extrema, extingue-se doce e lentamente, sem sofrimento, sem agonia, com o sorriso nos lábios, vendo junto de seu leito ajoelhados e soluçando seus filhos. (*Correio Mercantil*, 21/ago./1862, p. 1)

A crítica sugere que o final é inconsistente e insatisfatório, pois não pune os atos de Jean Valjean, que, embora houvesse cometido vários atos ilícitos ao longo da vida, termina venerado pelas demais personagens. O crítico expressa, então, seu ponto de vista sobre a provável reação dos leitores, deixando claro seu posicionamento quanto à necessidade de punição de Jean Valjean em sua vida além-túmulo:

Quando lê a última palavra desse livro, o leitor, indignado por tantos horrores sancionados pelo mundo, exclama cheio de fê: <<Um tal monstro não pode ficar impune; há uma outra vida além desta, há um tribunal supremo que revoga as sentenças do mundo, que premeia o justo e pune o malvado!>> (*Correio Mercantil*, 21/ago./1862, p. 1)

Ele se dirige, então, aos leitores idealizados, interpelando-os quanto à sua efetiva reação diante do final do romance:

Dizei-me agora, vós que acabai de ler os *Miseráveis* de Victor Hugo: - rompeu-vos dos lábios um igual protesto contra a justiça da terra, um apelo assim enérgico para a justiça divina? Reclamastes sequiosos a vida eterna, a vida além do túmulo, para compensação dos males sofridos neste mundo?

Não, de certo não!

Lendo a descrição dos últimos momentos de João Valjean, vendo-o extinguir-se sereno e feliz entre Mario e Cosetta, que lhe beijam a fronte, que o abençoam, que o proclamam justo e santo, que lhe devem a vida e a ventura, que lhe dão às mãos cheias tudo quanto ele podia desejar, isto é, a consideração e a estima de um homem honrado e a afeição constante e pura da única criatura que ele amara (*Cosetta*), direis, certamente, que esse infeliz teve na hora derradeira uma retribuição suficiente, que neste mundo se encontra compensação para o bem que se pratica.

Cai por terra a demonstração procurada através de dez grossos volumes!

Aquele martírio não se consuma; a palma, que se preparava, quase concluída, já não pode servir; aquela figura evangélica para a raiz do Calvário, e a dolorosa coroa de espinhos se transforma em festiva grinalda de rosas entre as bênçãos de duas almas puras! (*Correio Mercantil*, 21/ago./1862, p. 1)

Na análise do crítico, a demonstração objetivada pela obra “cai por terra” porque Jean Valjean consegue viver o suficiente para alcançar seu objetivo, o que, na visão da crítica, contraria o propósito cristão do livro, que preconiza a recompensa após a morte.

A crítica prossegue ao expor a trajetória de Jean Valjean, buscando explicar como o protagonista chega ao final que Victor Hugo lhe dá. Além da descrição sucinta sobre o desfecho, ela deixa claro seu posicionamento, justificando a publicação nas páginas de um jornal com viés tão democrático e liberal. Ao longo da história, o crítico exalta partes que revelam suas próprias opiniões, como quando se refere a Gavroche como uma "*pequena-grande alma*", que morre lutando nas barricadas:

Vimos *João Valjean* penetrar na barricada que *Enjolras* e seus companheiros, os amigos do ABC, levantaram na rua Chanvrière defronte do botequim do Corinto. Qual era o seu pensamento dirigindo-se aí? Ninguém o sabe. Salvar a vida a um homem, dando-lhe o seu fardamento de guarda nacional, é o primeiro ato de *Valjean*. Ali, no meio das balas e da metralha, que chove, seu braço vigoroso e destro presta serviços importantes, mas a bala de sua espingarda não corta o fio de uma existência. Ali vem morrer *Eponina*, salvando a vida de *Mario*, a quem, moribunda, confessa seu amor; ali morre, cantando, o filho das calçadas de Paris, *Gavroche*, a pequena-grande alma, quando vai buscar nas algibeiras dos soldados mortos munições para seus amigos da barricada. (*Correio Mercantil*, 21/ago./1862, p. 1)

Note-se o grande contraste entre essa apresentação tão positiva e aquela feita em *A Cruz* (RJ), que pintou as mesmas personagens — em particular Gavroche, tratado no texto do *Correio Mercantil* (RJ) como um herói — com adjetivos bastante desqualificadores. A sociedade do ABC é referida, por sua vez, como “os amigos do ABC”, algo impensável para o autor do texto de *A Cruz* (RJ), para quem se trata de uma sociedade que age na escuridão, em defesa da revolução.

Ainda a respeito dos revolucionários que se organizaram para montar as barricadas, sua luta é apresentada como uma ação em favor da instauração de uma ordem democrática na França.:

Ali, depois de uma luta de gigantes, desesperada, delirante, a barricada é tomada por assalto, o café de Corinto invadido e saqueado e, uns após outros, caem, *Joly*, fuzilado sem julgamento, *Bossuet*, *Combeferre*, *Courfeyrac*, *Grantaire*, e *Enjolras*, essa poética personificação da ideia democrática, esse donzel imaculado, que só tivera uma amante — a pátria! Ali ainda, a ciência, aliada ao progresso e representada pela veneranda figura de *Maboeuf*, saúda o futuro; cai trespassado de balas o heroico ancião quando agita do alto da barricada o estandarte vermelho. Ali, finalmente, *Mario*, que supunha-se insultado por seu avô *Guillenormand*, o burguês aristocrata, que supunha-se abandonado por *Cosetta*, a quem não encontrara na rua Plumet, *Mario*, que corria ao encontro da morte, tomba, sucumbe às feridas que lhe cobrem o corpo e onde corre o sangue em jorros. (*Correio Mercantil*, 21/ago./1862, p. 1)

“Luta de gigantes, delirante”, “poética personificação da ideia democrática”, “donzel imaculado”, “veneranda figura”, “heroico ancião”: os termos são explicitamente positivos. Há uma clara intenção de apresentar os revolucionários como figuras abnegadas, que se sacrificaram em nome de valores nobres como a ciência, o progresso, o futuro.

A crítica se transforma em certos momentos em uma simples descrição do enredo, detalhando passagens nos esgotos, quando Jean Valjean carrega Marius pelos caminhos de lama, estreitos e escuros, para salvar a vida do jovem.

*João Valjean* o vê cair [Marius] e uma súbita revolução se opera em seu espírito. Esse mancebo já não é um inimigo que lhe quer roubar a filha de seu coração; não, é o homem a quem *Cosetta* ama e sem o qual não poderá viver; ela assim o disse em uma carta que o acaso pôs debaixo das vistas de Valjean. Salvar *Mario* é dar a vida a *Cosetta*. O velho forçado toma nos braços aquele corpo inerte e esconde-se atrás de algumas pedras. De repente avista debaixo de seus pés uma grade de ferro, levanta-a e descobre um esconderijo, um subterrâneo; é a salvação. Carregando *Mario* nos ombros, *Valjean* enterra-se pelo asilo que a providência lhe deparara. (*Correio Mercantil*, 21/ago./1862, p. 1)

Jean Valjean achava-se, sem o saber, naquele labirinto de ruas que correm por baixo de toda a vasta cidade de Paris, naqueles extensos subterrâneos que formam os canais de esgoto da grande capital.

Aí no silêncio, nas trevas, debaixo da terra há uma luta espantosa; aquele velho, carregando nos ombros um pesado cadáver, atravessa de um extremo a outro a imensidade de Paris; morto de fome de fadiga, sem norte, ora arrastando-se pela terra porque o canal se estreita, ora sentindo faltar-lhe o chão debaixo dos pés, porque as águas putrefatas e estagnadas estragaram o pavimento e o transformaram em abismo, em insondável atoleiro pútrido, onde mergulha até o pescoço. Aí, sem ar, sem luz, sem força e quase sem esperança, Valjean sucumbe, fecha os olhos, deixa que o vórtice pestilento o trague, abandona-se já ao destino... quando seu pé encontra um ponto de apoio: é o primeiro degrau de uma escada, e lá no fim brilha a luz do dia, lá está a liberdade, a vida (*Correio Mercantil*, 21/ago./1862, p. 1).

Jean Valjean se encontra com a luz, conseguindo sair da escuridão dos esgotos e salvar a vida de Marius, encontrando “a liberdade, a vida”, segundo o crítico. Na história de *Os Miseráveis*, esse é o momento em que Jean Valjean encontra novamente Thénardier. Sobre esse encontro, afirma o autor de “O fim dos *Miseráveis*”:

Reanimado, o mísero sobe apressadamente os degraus dessa escada; vai chegando aos últimos, quando um braço que sai das trevas o retém e uma voz sinistra lhe diz: – Repartamos o benefício. É *Thénardier*, que, fugindo de *Javert*, que o perseguia, acaba de ocultar-se nos canos de esgoto. *Thénardier* vê em *Valjean* um assassino, no corpo que este carrega a vítima, e reclama uma parte do roubo que supõe. Depois de apoderar-se de algumas moedas, que encontra nas algibeiras de *Valjean*, *Thénardier* abre-lhe a grade que dá saída para o Sena, certo de que o suposto assassino, querendo atirar o cadáver de sua vítima ao rio, vai cair nas mãos do inspetor *Javert*, que ali

fora está de emboscada: assim, com efeito, acontece. (*Correio Mercantil*, 21/ago./1862, p. 1)

Na maior parte do texto, ele assume sobretudo um caráter de resumo do enredo do que de avaliação explícita das opções narrativas, estilísticas e ideológicas de Victor Hugo, com um perfil muito diferente da análise publicada nas páginas de *A Cruz* (RJ).

Na passagem seguinte, relata-se o encontro de Jean Valjean com Javert e o autor do texto aproveita para revelar sua avaliação acerca do inspetor de polícia:

Era um homem honrado aquele esbirro [Javert], era um escravo da lei, um cego, mas fiel instrumento da justiça dos homens. Quando rompeu a revolta, *Javert* misturou-se aos insurgentes, queria vê-los de perto, conhecer-lhes os nomes e as figuras, para que não escapassem à polícia aqueles que as balas porventura poupassem. De envolta com eles, *Javert* achou-se na barricada, aí o conheceram, sua morte foi decretada. *Valjean* reclamou sua cabeça, e, conduzindo-o para longe das vistas de todos, cortou as cordas que lhe prendiam as mãos e mandou-o embora são e salvo. Era por isso que *Javert* estremeceu; devia a vida a esse homem, que as galés reclamavam! (*Correio Mercantil*, 21/ago./1862, p. 1)

O crítico explora as qualidades de Javert: ele é visto como justo e honrado, mas segue a justiça dos homens de forma cega. Entre o dilema do inspetor de polícia, que confronta a honra, a justiça cega e o ato de Jean Valjean ao salvar sua vida nas barricadas, não há saída que não seja a morte, avalia o autor de “O fim dos *Miseráveis*”, endossando, assim, o desfecho criado por Victor Hugo:

*Valjean* entregou-se sem resistência, fazendo apenas dois pedidos: – que o corpo de Mario fosse deixado em casa de seu avô, que ele, *Valjean*, pudesse, antes de sepultar-se na prisão, dizer adeus a *Cosetta*.

Enquanto assustados, cheios de terror e lacrimosos, os parentes do infeliz mancebo [Marius] se agrupam em torno do leito, onde o deitaram lívido e imóvel; enquanto *Valjean* penetra em sua casa, o que faz *Javert*? Abandonou o criminoso que devia prender e agora, debruçado sobre um parapeito do cais, que borda o Sena, mergulha-se em reflexões nunca antes cogitadas. Ouve o dever escrito nos códigos da polícia clamar. – *Prende o assassino!* E ao mesmo tempo o dever gravado no íntimo da alma, a consciência, lhe ordena: - *Salva o teu benfeitor!*

Que tormenta majestosa! Que tropel de ideias se agitam, se confundem, se revolvem, se repelem no cérebro daquele homem! Os olhos se lhe turvam, uma nuvem cobre-lhe a inteligência... e daí a dias aparece boiando nas águas do rio o cadáver do infeliz inspetor de polícia, que no suicídio buscara a solução daquela alta questão. (*Correio Mercantil*, 21/ago./1862, p. 1)

Segundo o crítico, o problema de Javert era a cegueira que fazia o policial seguir a lei sem se questionar, e cujo destino inevitável seria a morte. Essa reflexão "nunca antes cogitada" foi o que levou Javert ao suicídio. Nesse ponto, há dois aspectos a se notar: por um lado, Javert é visto como um personagem honrado, porém não tão perfeito como se defendeu em *A Cruz* (RJ); por outro lado, o suicídio é visto como fruto de uma “tormenta majestosa”,

como a solução encontrada pelo “infeliz inspetor”, que não conseguiu decidir entre o império da lei e a dívida pessoal em relação a seu benfeitor.

O texto se volta, então, à personagem de Marius:

Depois de lutar longo tempo com a morte, a mocidade de *Mario* triunfa, e sua perseverança leva de vencida os preconceitos do velho *Guillenormand*, que já poupa os republicanos e consente no casamento com *Cosetta*.

Mario desposa, não a filha de *João Valjean*, mas sim a filha de *Cortavento*, antigo porteiro do convento do *Petit-Pipus*; assim o provam documentos arranjados por *Valjean*.

Mas quem é *Cortavento* tio? Mario o sabe no dia seguinte ao do seu casamento: – Sou um forçado fugido das galés! – lhe diz *Valjean*.

Uma nuvem negra espalha-se pelo céu azul daquela felicidade. O dote de *Cosetta*, que seu tio entregara no dia do casamento, é talvez o resultado de um roubo. Talvez? Não, é com certeza. Mario encarregado de um processo, em que depõe um caixeiro da casa Lafitte, sabe que em tempos anteriores fora desse banco retirada por um desconhecido o depósito que ali deixara o *Sr. Magdalena*, antigo *maire*; o total desse depósito é exatamente o algarismo do dote de *Cosetta*; *Valjean* foi o desconhecido. (*Correio Mercantil*, 21/ago./1862, p. 1)

De forma resumida, o crítico continua a relatar os acontecimentos da história até o momento em que Thénardier conta a Marius toda a verdade sobre Jean Valjean e seu resgate pelos esgotos de Paris. A referência à história de Thénardier, no entanto, foi suprimida da publicação no *Correio Mercantil* (RJ), segundo se informa ao leitor: “(Suprimimos aqui longas considerações a respeito de *Thenardier* e nas quais o jornal Espanhol estranha que o poeta deixasse Marius na ignorância do que realmente se passara no campo de Waterloo)” (*Correio Mercantil*, 21/ago./1862, p. 1).

Assim, no jornal brasileiro, o texto se encaminha para sua conclusão:

Quisemos que os nossos leitores acompanhassem até o fim a sorte das diversas personagens que figuram no vasto quadro dos *Miseráveis*. Pouco nos resta para concluir esta parte do nosso trabalho.

As revelações de *Thenardier* fizeram brilhar a luz aos olhos de *Mario*. Esse homem, que ele supunha um assassino, que ele afastara pouco a pouco de sua casa, é *Magdalena*, a providência de uma cidade inteira, é um mártir, um anjo, salvador de *Cosetta*, salvador dele próprio *Mario*!

Aos gritos festivos de *Mario*, sua mulher acode. Ambos correm, voam ao domicílio de *Valjean*. Mas que doloroso espetáculo aí os espera! (*Correio Mercantil*, 21/ago./1862, p. 1)

Este início da conclusão confirma o que havia sido anunciado anteriormente: o texto se interessa mais pelo enredo do romance do que pela “parte filosófica” da obra de Victor Hugo.

Assim, após ter narrado o desfecho das relações entre Marius, Cosetta e Jean Valjean, a partir das revelações de Thénardier, o texto aborda novamente o destino final do ex-forçado.

Consumido pela idade [Jean Valjean], pelo sofrimento, e mais que tudo, e principalmente e quase só pela ausência forçada de *Cosetta*, único amor de sua vida, *João Valjean* morre tranquilamente, tendo ante os olhos uma visão luminosa, o bispo *Bemvindo Myriel*. Antes

de soltar o último suspiro, teve uma hora de infinita felicidade: viu ajoelhados a seus pés dois entes, que ele tornara venturosos e que cobriam de carícias e abençoavam seu nome. Morreu recompensado. (*Correio Mercantil*, 21/ago./1862, p. 1)

O texto traduzido pelo *Correio Mercantil* (RJ) se concentra na crítica ao final do livro, especialmente no que se refere à recompensa em vida. A crítica completa, realizada no jornal *El Chasco* (ESP), parece ser maior do que a versão traduzida, com alguns pontos que o próprio *Correio Mercantil* (RJ) opta por omitir, anunciando essas omissões por meio dos pontos de divisão do texto, conforme indicado anteriormente.

A tradução escolhe manter essa parte específica, evidenciando, assim, a opção clara por divulgar uma parte do juízo sobre o romance de Victor Hugo. O final da crítica no jornal original propõe continuar o debate com outra questão: a orientação socialista de Victor Hugo. Contudo, essa parte não foi traduzida pelo *Correio Mercantil* (RJ). A tradução conclui no início de outro tema abordado no jornal *El Chasco* (ESP), encerrando-se com:

Faremos agora algumas breves observações no intuito de desenvolver o nosso pensamento sobre esse final do romance com que não concordamos, como ficou dito, e em seguida passaremos a considerar a obra de Victor Hugo pelo seu lado moral e filosófico, a fim de verificar se, como se pretende, é ela uma propaganda em favor da ideia socialista. (*Correio Mercantil*, 21/ago./1862, p. 1)

A opção do *Correio Mercantil* (RJ), neste folhetim, é clara: demonstrar um ponto que também não agradou ao tradutor dessa crítica.

Embora o texto se concentre no final de *Os Miseráveis*, ele tem um tom predominantemente positivo, levantando apenas uma ressalva em relação ao destino final de Jean Valjean. A partir disso, nota-se que a afirmação do periódico *A Cruz* (RJ) — que defendia a impossibilidade de existirem críticas negativas sobre o romance, por ser escrito por Victor Hugo — é contestável, demonstrando ser uma opinião mais pessoal do que real sobre a obra. É possível perceber críticas negativas em Baudelaire e Lamartine (Avi, 2023), na crítica católica (Bach, 1962), em Magdaleno (2023), e também aqui, no *Correio Mercantil* (RJ).

Avi (2023) demonstra que para os críticos o problema é a forma como Victor Hugo constrói o enredo e cria as personagens “gigantescas”, assim como sua maneira de conceber a arte como dotada de função crítica e social, focada na exposição de problemas da França no século XIX. Bach (1862) discute a acusação levantada pela Igreja Católica de que o romance falseava a realidade, no que dizia respeito aos dogmas religiosos ali presentes. Magdaleno (2023) trouxe o debate para o campo jurídico e demonstrou a insatisfação de críticos com a inconsistência dos fundamentos legais do enredo, na medida em que não mais existia a

possibilidade de se punir tão duramente – com trabalhos forçados – o crime cometido por Jean Valjean. O texto publicado no *Correio Mercantil* (RJ) trouxe mais uma restrição levantada contra o romance de Victor Hugo.

Por outro lado, ficou nítido também o caráter liberal e republicano do crítico na maneira como apresentou a sociedade do ABC, servindo-se de termos muito positivos e interpretando sua luta como uma ação em favor da democracia, da ciência, do progresso e do futuro. Particularmente sintomática foi sua interpretação de Gavroche, representado como pequena-grande alma dedicada à luta pela liberdade e cuja morte foi tida como um sinal de alerta levantado por Victor Hugo – avaliação bem diferente daquela de *A Cruz* (RJ), para quem a infância foi, assim, desrespeitada, maculada.

Por fim, ressalte-se que, não obstante sua adesão a um ponto de vista liberal e republicano, o autor do texto não aprovou o que qualificou como um final pouco cristão do romance. Para ele, um desfecho efetivamente cristão teria ocorrido se Jean Valjean tivesse pago por seus pecados ainda em vida, para que pudesse ser redimido e salvo após a morte.

Pode-se identificar, assim, uma interessante confluência entre dois juízos situados em polos ideológicos distintos, se não opostos. Tal confluência evidencia o peso do debate religioso na primeira recepção de *Os Miseráveis* no Brasil. Mesmo para o crítico liberal, a fé e os princípios cristãos eram elementos relevantes para se proceder à análise desse romance de Victor Hugo.

### **3.2 Um Periódico Liberal na Corte Imperial e seu Diálogo com o Público e a Crítica Social**

O *Correio Mercantil* (RJ), ao contrário de *A Cruz* (RJ), era um jornal de cunho liberal, e sua relevância para o Rio de Janeiro e a imprensa brasileira é amplamente reconhecida. Estudos sobre o periódico são relativamente frequentes, como demonstram as pesquisas de Márcia Abreu e William Tognolo (2015), Nilvânia de Souza Santana (2021), José Alcides Ribeiro (2008) e Geison Siqueira (2022). Esses pesquisadores analisaram as páginas do jornal e trouxeram contribuições significativas para a compreensão de seus aspectos políticos, sociais, comerciais e literários.

O *Correio Mercantil* (RJ) foi publicado entre 1848 e 1868, consolidando-se como um dos principais veículos de crítica ao governo no Rio de Janeiro à época (Abreu e Tognolo,

2015). O jornal, de periodicidade diária, tinha suas páginas organizadas em sete colunas. Na parte inferior da primeira página, encontrava-se a coluna de folhetim, onde foi publicada a crítica sobre *Os Miseráveis*. Ao analisarem a importância comercial do jornal e sua relação com os romances, Márcia Abreu e William Tognolo afirmaram que:

Tendo em vista que a maior parte dos jornais da época tinha circulação efêmera (HEINEBERG, 2008), percebe-se a importância deste periódico, que aderiu abertamente às ideias liberais e que conseguiu manter sua presença por duas décadas na capital imperial. Além das questões relacionadas à política, a literatura tinha espaço garantido nas páginas do diário, tanto na forma de folhetins e crônicas, quanto pela presença de dois literatos de peso na redação do jornal, em diferentes períodos: José de Alencar e Manuel Antônio de Almeida. (Abreu e Tognolo, 2015, p. 200-201)

Fica evidente que o *Correio Mercantil* (RJ) não apenas permitia a voz dos leitores, mas também exercia um papel curador, selecionando e traduzindo textos que se alinhavam com sua própria linha editorial, reforçando sua identidade ideológica:

O *Correio Mercantil* conquistara uma considerável gama de leitores não somente na Corte carioca como também nas províncias circunvizinhas. Seu público assinante era constituído em grande parte pela minoria letrada elitista que, sob influência da modernidade vigente, ditava seus modismos no jornal. Contudo, a participação de segmentos populares menos favorecidos na dinâmica do *Correio Mercantil* era recorrente. Nesse espaço o público leitor se manifestava por meio de diversificados pareceres, os quais tramitavam entre elogios, críticas, esclarecimentos, pedidos de desculpas, produções literárias, denúncias, anúncios e desse modo contribuíam para que as práticas sociais quotidianas fossem difundidas no periódico (Santana, 2021, p. 192).

Com "A Pacotilha", o *Correio Mercantil* (RJ) abriu um canal de diálogo com seus leitores, tornando-se um fórum de debate onde os redatores podiam expressar suas opiniões e os leitores podiam enviar suas queixas e comentários, o que fortalecia a relação do jornal com seu público e aprofundava o engajamento em temas relevantes. Assim, com "A Pacotilha", o *Correio Mercantil* (RJ)

[...] visava difundir um ideal civilizatório. A seção intencionalista, pois, "civilizar" o público leitor ao privilegiar os bons costumes. Os segmentos criticados pela Pacotilha eram diversos e provenientes de todos os setores sociais: "próximos ao imperador Pedro II, gente das câmaras políticas e gabinetes governamentais, ou mesmo cidadãos comuns e mais pobres" (GOMES, 2017, p. 09). Todos os setores apontados na seção atentavam contra os ideais civilizatórios apregoados no *Correio Mercantil*. (Santana, 2021, p. 193)

Embora o *Correio Mercantil* (RJ) fosse aliado do Partido Liberal (Santana, 2021), "A Pacotilha" era preenchida com textos dirigidas a diversos alvos, desde liberais até conservadores. Segundo Santana (2021), "Bastava atentar contra a ordem, a moral e os costumes para ser alvo de críticas no jornal, seja por parte direta dos redatores, ou dos cidadãos escreventes" (Santana, 2021, p. 197). Fica claro que o jornal, mesmo possuindo um

alinhamento político, não limitava suas publicações à sua ideologia. As críticas eram apresentadas com um tom satírico e ácido que marcava os textos do *Correio Mercantil* (RJ).

Além de "A Pacotilha", outros textos publicados no jornal nos ajudam a compreender a essência do *Correio Mercantil* (RJ). Era comum o periódico publicar textos de Victor Hugo — como discursos e cartas — uma vez que o romancista expressava uma visão de mundo liberal e republicana. Essa afinidade ideológica é o que torna ainda mais notável a decisão do jornal de publicar, a respeito de *Os Miseráveis*, uma crítica que, embora majoritariamente positiva, apresentava ressalvas em relação ao final da obra.

Ao contrário de um jornal conservador como *A Cruz* (RJ), que atacava a obra motivado por seu dogmatismo religioso, o *Correio Mercantil* (RJ), um jornal liberal, elogiou o lado revolucionário de *Os Miseráveis*. Isso reforça a ideia de que o único ponto de questionamento foi a questão moral-teológica do final.

### **3.3 A Voz Política de Victor Hugo no *Correio Mercantil* (RJ): A Circulação de Ideias Liberais e Abolicionistas em um País Escravagista**

No caso desse trabalho, discutimos dois textos publicados com o nome de Victor Hugo no *Correio Mercantil* (RJ) para apresentar como o escritor era retratado pelo periódico. Ressalte-se que esses dois textos se referem à visão do romancista sobre a escravidão e foram publicados em um jornal de um país ainda escravagista. Os textos saíram em 13 de fevereiro e 13 de agosto de 1860, respectivamente.

O primeiro texto é a carta de Victor Hugo pedindo o perdão de John Brown, um abolicionista norte-americano condenado à morte. Este texto, datado de 13 de fevereiro de 1860, inicia por:

Quando se pensa nos Estado Unidos, assumo no espírito de todos uma figura majestosa: – *Washington*.

Ora, eis o que ocorre agora nessa pátria de Washington:

Há escravos nos estados do sul, o que enche de indignação, como o mais monstruoso dos contrassensos a consciência lógica e pura dos estados do norte. Um homem branco, um homem livre, John Brown, quis libertar esses escravos, esses negros. Certo se há obra civilizadora é essa.

John Brown quis começar sua tarefa pelos escravos da Virgínia. Puritano, religioso, austero, cheio do Evangelho. *Christus nos liberavit*, ele convocou esses homens, seus irmãos, para os arraiás da emancipação. Não foi ouvido, porque a servidão enervara os escravos. A escravidão produz a surdez da alma. (*Correio Mercantil*, 13/fev./1860, p. 1)

Victor Hugo traz a sua visão abolicionista e liberal, coloca os Estados Unidos como uma civilização avançada, porém com uma dicotomia grande em seu território, entre o norte

abolicionista e o sul escravagista. O romancista diz que a obra civilizadora é a abolição da escravidão. Mas ainda lhe cabe defender outro ponto importante da sua opinião política e social, a pena de morte, à qual John Brown estava sendo condenado:

Quando se reflete no que Brown, no que esse libertador, esse combatente de Cristo tentou, e quando se pensa que ele vai morrer esganado pela república americana, o atentado toma as proporções da nação que o comete. Quando se diz que essa nação é uma glória do gênero humano; que, como a França, a Inglaterra, a Alemanha, é um dos órgãos da civilização; que muitas vezes ela excede à Europa em certas audácias sublimes do progresso; que ela é o vértice de um mundo inteiro; que ela traz sobre a frente a imensa luz da liberdade, afirma-se que John Brown não há de morrer, porque se recua aterrado perante tamanho crime, cometido por tão grande povo! (*Correio Mercantil*, 13/fev./1860, p. 1)

Depreende-se dessa carta a atribuição de um caráter cristão à defesa da abolição da escravidão e a compreensão de que a pena de morte é uma prática retrógrada. Victor Hugo finaliza a carta suplicando pela salvação de John Brown, defendendo que a morte do abolicionista significaria a derrota da luta contra a escravidão no “novo continente”.

Quanto a mim, que sou apenas um átomo, mas que como todos os homens, tenho em mim a consciência humana, ajoelho-me com lágrimas perante a grande bandeira estrelada do novo mundo, e suplico de mãos postas, com respeito profundo e filial a essa ilustre república americana, irmã da república francesa, que salve a lei moral universal, que salve Brown, que lance por terra o cadafalso ameaçador de 16 de dezembro, e que não permita que à sua vista, e, tremendo o digo, quase por sua culpa, o primeiro fratricídio seja excedido. Sim! Não o deslembre a América, e sobre isso reflita; há espetáculo mais horrível do que Cain matando Abel: é Washington matando Spartacus! (*Correio Mercantil*, 13/fev./1860, p. 1)

Victor Hugo traz sua mensagem em uma tentativa de proteger o que considera correto: salvar um abolicionista de um governo republicano que, em teoria, representa o avanço. No entanto, o desenrolar da história de John Brown remete a tudo aquilo que Victor Hugo sempre condenou: a escravidão e a pena de morte. Suas causas apareciam com uma frequência razoável nos jornais brasileiros e permitiam ao público entender quem era o romancista, poeta e artista, fora de seu campo de atuação.

Ainda sobre John Brown, a edição de 13 de agosto de 1860 trouxe outra carta de Victor Hugo, dessa vez publicada no jornal haitiano *Le Progrès*, segundo a tradução do *Correio Mercantil* (RJ):

Do *Courrier Du Brésil* de ontem transcrevemos a seguinte carta escrita por Victor Hugo, o eloquente arauto da moderna civilização ao redator do *Progrès* jornal que se publica no Haiti, em resposta aos agradecimentos que este havia lhe dirigido por ocasião da defesa do infeliz John Brown. (*Correio Mercantil*, 13/ago./1860, p. 1)

## Segundo Victor Hugo

Vossa carta me comove. Vós sois uma nobre amostra desta humanidade negra há tanto tempo oprimida e aviltada.

De um a outro extremo da terra a chama está no homem, e os negros como vós o provam.

Houve muitos Adãos? Os naturalistas podem discutir a questão; mas o que é certo é que só há um Deus.

E, pois, que não há senão um pai, nós somos irmãos; é por esta verdade que morreu John Brown; é por esta verdade que eu combato. Vós me agradeceis e eu não tenho expressões para dizer-vos quanto me enchem de emoção as vossas palavras.

Não há sobre a terra nem brancos nem pretos: há espíritos. Perante Deus todas as almas são brancas.

Amo vosso país, vossa raça, vossa liberdade, vossa revolução, vossa república, vossa ilha magnífica e amena são apazíveis hoje às almas livres; ela acaba de dar um grande exemplo abatendo o despotismo. Ela nos ajudará a quebrar os ferros da escravidão. A servidão sob todas as formas desaparecerá. O que os estados do sul acabam de matar não é John Brown, é a escravidão.

Desde hoje a União americana, apesar da vergonhosa mensagem do presidente Buchanan, pode considerar-se como rompida. Eu o deploro profundamente; mas isto é, entretanto, fatal; Entre o sul e o norte há o patíbulo de Brown. A solidariedade não é possível. Um tal crime não pode pertencer a dois.

Este crime, continuei a estigmatizá-lo e continuei a consolidar vossa generosa revolução. Prosegui na vossa hora, vós e vossos dignos concidadãos.

O Haiti é hoje uma luz. É belo que entre os faróis do progresso que esclarecem os caminhos do homem se veja um sustentado pela mão do negro.

Vosso Irmão. (*Correio Mercantil*, 13/ago./1860, p. 1).

Este texto permite compreender diversas facetas do romancista, revelando opiniões que ele tinha e defendia abertamente. Ao analisar esses dois textos no contexto da recepção do autor, percebe-se que a visão publicada no *Correio Mercantil* (RJ) também era uma visão do próprio periódico, que se qualificava como liberal. Entender o que se publicava sobre Victor Hugo no periódico facilita compreender os motivos pelos quais o jornal optou por publicar uma crítica sobre *Os Miseráveis*.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo central investigar como *Os Miseráveis*, de Victor Hugo, foi recebido no Brasil no século XIX, com foco nos anos de 1862 e 1863, período em que se concentram as primeiras e mais intensas críticas a obra. A análise das fontes publicadas em *A Cruz* (RJ), *Correio Mercantil* (RJ) e *Diário de Pernambuco* (PE), constituiu um verdadeiro campo de batalha ideológico. A publicação em folhetim no *Jornal do Comércio* (RJ), um mês antes do lançamento mundial, tornou as ideias de Hugo acessíveis a um público amplo e intensificou a disputa pela interpretação da obra.

As críticas estudadas revelaram abordagens distintas, mas convergentes em alguns pontos centrais. *A Cruz* (RJ), alinhado ao conservadorismo católico, interpretou o romance como perigoso e imoral, denunciando um suposto “fatalismo social” e a deturpação da fé. O *Diário de Pernambuco* (PE), traduzindo o *Charivari* (FR), valorizou as personagens “gigantescas” como estratégia artística e contrapôs a justiça dos homens à do Evangelho. Já o *Correio Mercantil* (RJ), em tradução espanhola, assumiu uma perspectiva liberal, elogiando os revolucionários e Gavroche, mas questionando o final “pouco cristão” de Jean Valjean.

*A Cruz* (RJ), alinhado ao conservadorismo católico, promoveu uma sistemática leitura moral do romance. Ao interpretar a obra como perigosa, imoral e defensora de um “fatalismo social”, o periódico não apenas atacava Victor Hugo, mas também combatia o avanço das ideias liberais do romancista, reafirmando a autoridade da Igreja como guardião da ordem e da moral. A crítica minuciosa a personagens como Fantine e o Bispo Myriel serviu para educar o leitor católico, neutralizando o “veneno” de uma obra que, aos olhos do jornal, promovia a insurreição contra a ordem divina.

A tradução publicada no *Diário de Pernambuco* (PE), oriunda do *Charivari* (FR), trouxe um caráter liberal para o debate. Ela valorizou a genialidade artística de Victor Hugo, defendendo suas personagens “gigantescas” como uma estratégia legítima para idealizar a natureza humana e debater a luta entre a justiça dos homens e a do Evangelho.

De forma semelhante o *Correio Mercantil* (RJ), embora ressaltando o final pouco cristão de *Os Miseráveis*, elogiou as figuras revolucionárias – Gavroche e a Sociedade do ABC – tratando-os como heróis que lutavam por algo belo: a liberdade e o fim da miséria.

A Estética da Recepção permite essa análise, pois com o uso dela, fica evidente que essas críticas não apenas expressaram opiniões, mas ativamente moldaram o horizonte de

expectativa do público brasileiro. Durante as críticas, principalmente em *A Cruz* (RJ), aparecem ideias de quem seria o leitor de Victor Hugo, assim como o diálogo do leitor de *A Cruz* (RJ) e a diferença moral entre o leitor de *Os Miseráveis* e o leitor cristão. Orientando, então, a leitura de *Os Miseráveis* segundo suas próprias agendas ideológicas. A imprensa, como mediadora cultural, selecionou, traduziu e interpretou o romance, transformando-o em um espelho das tensões que definiam o Brasil da época.

Por isso, a recepção de *Os Miseráveis* no Brasil, no momento de sua publicação, não pode ser reduzida a juízos estéticos, mas deve ser compreendida como expressão das tensões sociais e culturais da época. Essas tensões se manifestavam no embate entre ideologias divergentes: de um lado, um ideário monárquico, conservador e sob hegemonia moral da Igreja, representado pela visão de mundo de *A Cruz* (RJ); de outro, a ideia de reformas liberais e novas formas de organização social, cujos ideais se encontravam no *Diário de Pernambuco* (PE) e no *Correio Mercantil* (RJ). Nesse cenário, Victor Hugo não foi apenas um autor estrangeiro traduzido, mas uma força simbólica incorporada às disputas nacionais. Dessa forma, a crítica sobre *Os Miseráveis* se transforma em um “campo de batalha” ideológico no Brasil do século XIX.

Essa perspectiva evidencia a contribuição desta dissertação em relação ao estado da arte. Enquanto Aguiar (2001) destacou críticas preservadas em bibliotecas pessoais e Tin (2023) e Callipo (2010) analisaram presenças posteriores de Victor Hugo em autores brasileiros como Monteiro Lobato e Machado de Assis, esta pesquisa concentrou-se no momento imediato da publicação, e em como a obra foi recebida já em 1862. Trata-se, portanto, em uma busca de recorte que mostra a crítica jornalística como mediadora ideológica em disputas políticas, religiosas e culturais.

Por fim, o trabalho abre um caminho fértil para novas investigações sobre a recepção de outras obras estrangeiras no Brasil e sobre o papel da imprensa na formação da sensibilidade literária do século XIX. Ao revelar a crítica jornalística como prática ativa de mediação, reafirma-se a relevância de compreender a circulação da literatura como fenômeno histórico e social, capaz de trazer a relação entre texto, leitores e práticas culturais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

*A Aurora Fluminense: jornal politico e litterario*. Rio de Janeiro, 1827-1839. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/aurora/706795>

*A Cruz: Jornal religioso, litterario, historico e philosophico*, Rio de Janeiro, 1861-1864. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/cruz/717185>.

*A Regeneração: jornal da província de Santa Catharina*, Florianópolis, 1868-1889. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/regeneracao/709603>

*A Situacao: jornal politico e de variedades*, Rio de Janeiro, 1862,. Disponível em: [https://acervo.bn.gov.br/sophia\\_web/acervo/detalhe/1118794](https://acervo.bn.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/1118794)

ABREU, M. *Os caminhos dos livros*. 2. ed. Campinas: Mercado de Letras: ALB; São Paulo: Fapesp, 2012.

ABREU, M.; TOGNOLO, W. Dou-lhe uma, dou-lhe duas e dou-lhe três. Vendido! – um estudo sobre anúncios de leilões de livros no jornal Correio Mercantil (1848-1868). *Signótica*, Goiânia, v. 27, n. 1, p. 197–218, 2015.

AGUIAR, O. B. de. A recepção de *Os Miseráveis* no Brasil do século XIX. *Signótica*, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 157–170, 2009.

AVI, A. M. “Na praça pública”: a recepção crítica de *O último dia de um condenado* e *Os Miseráveis*, de Victor Hugo. *Mafuá*, Florianópolis, n. 39, 2023.

BACH, M. Critique et politique: la réception des *Misérables* en 1862. *Publications of the Modern Language Association of America*, v. 77, n. 5, p. 595-608, 1962.

CALLIPO, D. M. A repercussão da morte de Victor Hugo no Brasil: o olhar agudo de Machado de Assis. *Lettres Françaises*, n. 5, São Paulo, 2003.

CALLIPO, D. M. *Rimas de ouro e sândalo: a presença de Victor Hugo nas crônicas de Machado de Assis*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

CHARTIER, R. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CHARTIER, R. *Mobilidade e materialidade dos textos: traduzir nos séculos XVI e XVII*. Tradução de Marlon Salomon e Raquel Campos. Salvador, BA: EDUFBA, 2020.

COMPAGNON, A. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão; Consuelo Fortes Santiago. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

*Correio Mercantil e Instructivo Político Universal*, Rio de Janeiro, 1848-1868. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/correio/217280>

D'ALGE, C. Crítica literária e jornalismo. *Revista de Comunicação Social*, Fortaleza, vol. 11, nº 1, p. 119-134, jan./jun. 1981.

DARNTON, R. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Tradução: D. Bottmann. 1. Ed. Companhia de Bolso. 1989.

*Diário de Pernambuco*, Recife, 1860-1869. Disponível em: [memoria.bn.gov.br/docreader/docmulti.aspx?Bib=029033](http://memoria.bn.gov.br/docreader/docmulti.aspx?Bib=029033)

*Diário de São Paulo*, São Paulo, 1865-1878. Disponível em: [bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/diario/709557](http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/diario/709557)

*Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1821 – 1878. Disponível em: [https://acervo.bn.gov.br/sophia\\_web/acervo/detalhe/871096](https://acervo.bn.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/871096)

GRANDOLPHO, M. V. *O crítico Machado de Assis e a Semana Literária*. 2019. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2019.

GUIMARÃES, H. De S. *Os leitores de Machado de Assis*. 2ª ed. São Paulo: Nankin; Edusp, 2012.

HUGO, V. *Napoleão - O Pequeno*. Tradução: Márcia Valéria Martinez de Aguiar. 1. ed. São Paulo: Ensaio, 1996.

HUGO, V. *Os Miseráveis*. Tradução: Frederico O. P. de Barros. 1. Ed. Eletrônica. São Paulo: Cosac Naify, 2015

HUGO, V. *Os Miseráveis*. Tradução: Regina C. De Oliveira. 1. Ed. São Paulo: Martin Claret. 2014.

HUGO, Victor. *Os trabalhadores do mar*. São Paulo: Editora UNESP, 2022.

ISER, W. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. Volume 1. São Paulo: Editora 34, 1996.

ISER, W. The reader as a component part of the realistic novel: esthetic effects in Thackeray's *Vanity Fair*. In.: *The implied reader: patterns of communication in prose fiction from Bunyan to Beckett*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1974.

JAUSS, H. R. *Pour une esthétique de la réception*. Paris: Gallimard, 1990.

*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1860-1869. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/docmulti.aspx?Bib=364568&pesq=>

*Le Charivari: publiant chaque jour un nouveau dessin*. Paris, 1832-1937. Disponível em: <http://ark.bnf.fr/ark:/12148/cb34452332k>

LEÃO, A. C. *Victor Hugo no Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1960.

LEONEL, J. O jornal Imprensa Evangélica e a formação do leitor protestante brasileiro no século XIX. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 35, p. 65-81, 2014.

LIMA, M. R. S. *A fé na arena pública: lutas simbólicas e representações sociais no discurso político dos jornais Imprensa Evangélica e O Apostolo na década de 1860*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2023.

MAGDALENO, R. T. *O debate político-jurídico n'Os Miseráveis de Victor Hugo e a sua recepção pelos juristas franceses no século XIX*. 2023. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

MARINHO, M. De F. Literatura e construção da identidade. *História Revista*, Goiânia, v. 17, p. 239-251, n. 1, 2012.

MARINHO, M. De F. Victor Hugo e o romance histórico. In: *ESTUDOS em homenagem ao Professor Doutor António Ferreira de Brito*. p. 211-220, 2004.

MARQUES, W. J. Machado de Assis e o Correio Mercantil (A história de um mistério biográfico). *Machado de Assis em Linha*, São Paulo, v. 11, n. 24, p. 33–47, 2018

- MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R. (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.
- MARX, K. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução de Nélo Schneider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- McCAULEY, E. A., *A. A. E. Disdéri and the Carte de Visite Portrait Photograph*, New Haven, Yale University Press, 1985.
- MELLO, C. M. M. De; CATHARINA, P. P. G. F. (Org.). *Metodologia e transdisciplinaridade nos estudos literários*. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2022.
- MOLLIER, J.-Y. As origens do romance-folhetim: do espaço textual ao recorte de uma obra de ficção. *ALEA*, Rio de Janeiro, vol. 20, nº 3, p. 17-36, 2018.
- MONT'ALVERNE, C., e MARQUES, F. P. J. A opinião da empresa no Jornalismo Brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, vol. 12, nº 1, p. 121-137, 2015.
- NASCIMENTO, L. do. *História da imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. v. 1. 2. ed. Recife: Imprensa Universitária, Universidade Federal de Pernambuco, 1968.
- O Brasil: Vestra res agitur*, Rio de Janeiro, 1840 – 1852. Disponível em: [https://acervo.bn.gov.br/sophia\\_web/acervo/detalhe/1115345](https://acervo.bn.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/1115345)
- O Brasil: Vestra res agitur*. Rio de Janeiro, 1840-1852. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/brasil/709565>
- O Constitucional: folha politica, litteraria, e comercial*, Rio de Janeiro, 1851-1864. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/constitucional/748501>
- O Correio da Tarde: jornal politico, litterario e commercial*. Rio de Janeiro 1848-1852. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/correio/616028>
- O Moderado*. Niterói, RJ :[s.n.], 1862. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/moderado/830410>
- Publicador Maranhense: folha official, politica, litteraria, e commercial*, Maranhão, 1842-1885. Disponível em: [bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/publicador/720089](https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/publicador/720089)
- RANCIÈRE, J. *O inconsciente estético*. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, J. *Os nomes da história: ensaio de poética do saber*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

REIS, D. da S. *Victor Hugo, um tradutor interartístico no século XIX*. 2019. Tese (Doutorado em Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Literatura e Práticas Sociais, Departamento de Teoria Literária e Literaturas, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

*Revista popular: noticiosa, científica, industrial, historica, litteraria, artistica, biographica, anecdotica, musical, etc, etc : jornal illustrado*, Rio de Janeiro, 1859 – 1862. Disponível em: [https://acervo.bn.gov.br/sophia\\_web/acervo/detalhe/877373](https://acervo.bn.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/877373)

*Revista popular: noticiosa, científica, industrial, historica, litteraria, artistica, biographica, anecdotica, musical, etc, etc : jornal illustrado*, Rio de Janeiro, 1859 – 1862. Disponível em: [https://acervo.bn.gov.br/sophia\\_web/acervo/detalhe/877373](https://acervo.bn.gov.br/sophia_web/acervo/detalhe/877373)

RIBEIRO, A. J. As seções e gêneros como prática da língua portuguesa nos jornais: *Jornal do Commercio e Correio Mercantil*. *Revista da Anpoll*, [s.l.], v. 1, n. 25, 2008.

ROBB, G. *Victor Hugo*. London: Picador, 1998.

SALES, G. A. O jornal como espaço para a crítica ao romance. *Cadernos Literários*, [S. L.], v. 23, n. 1, p. 45–52, 2016.

SANTANA, N. de S. *O Rio de Janeiro oitocentista sob a perspectiva do Correio Mercantil*. *Contraponto*, Teresina, v. 10, n. 2, p. 187 - 207, 2021.

SANTOS, R. C. dos. *A prosa de ficção francesa nos periódicos Diário de Pernambuco, O Liberal Pernambucano e Jornal do Recife (1850-1870): Joseph Méry e o público leitor*. 2021. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Letras, João Pessoa, 2021.

SILVA, A. R. C. Da. Imprensa católica e identidade ultramontana no Brasil do século XIX: uma análise a partir do jornal *O Apóstolo*. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 18, n. 56, p. 542-569, 2020.

SIQUEIRA, G. A “Amarela maldita”: a epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro pelas páginas do *Correio Mercantil* (1850). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 14, n. 28, p. 88–109, 2022.

SITI, W. O romance sob acusação. In.: *A cultura do romance*. São Paulo: Cosac Naify, 2009. P. 165-195.

SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TIN, E. Uma Cosette negra: aproximações entre Monteiro Lobato e Victor Hugo. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 1-7, jan./abr. 2023.